

ANPOCÍ

ISSN 0100-199X

**bib**

BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

23

**Neste número:**

Estudos de Parentesco no Brasil  
Movimentos Sociais Urbanos  
Donald Pierson e a Sociologia  
no Brasil



O BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

*Editor*

Charles Pessanha

*Conselho Editorial*

Aspásia Camargo, Presidente (Cpdoc-FGV)  
Charles Pessanha (IUPERJ)  
Claudia Fonseca (UFRGS)  
Luiz Antonio Castro Santos (Cebrap)  
Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)  
Nadya Araujo Castro (UFBA)

*Secretária*

Maria Elizabeth R. Cobra

*Coordenação editorial:* Mário de Moura

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em  
Ciências Sociais  
Editoria do BIB  
Rua da Matriz, 82 — Botafogo  
22.260 — Rio de Janeiro — RJ

Direitos reservados para esta edição  
Vértice / ANPOCS

Publicação e comercialização  
Editora Revista dos Tribunais Ltda.  
EDIÇÕES VÉRTICE  
Rua Conde do Pinhal, 78 - Tel. (011) 37-2433  
01501 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil  
outubro de 1987

FFLCH - USP

Sumário

SBD/PFLON

**Resenha Bibliográfica**

Os Estudos de Parentesco no Brasil  
Roque de Barros Laraia 3

Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura  
nos Anos 70 e 80 18  
Pedro Jacobi

**Problemas do Ensino e da Pesquisa**

Donald Pierson e a Sociologia no Brasil 35  
Lúcia Lippi de Oliveira

**Fontes de Pesquisa**

As Fontes para a História Social do Brasil Meridional 49  
Altiva Pilatti Balhana  
Cecília Maria Westphalen

**Perfil Institucional**

Núcleo de Documentação Cultural — Nudoc 57

**Pesquisas em Andamento** 60

**Teses e Dissertações** 62

**Noticiário** 68

Colaboram neste número:

*Altiva Pilatti Balhana* é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná — UFPR

*Cecilia Maria Westphalen* é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná — UFPR

*Lucia Lippi de Oliveira* é pesquisadora do Centro de Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas — CPDoc-FGV

*Pedro Jacobi* é pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — Cedec

*Roque de Barros Laraia* é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília — UnB

## Os Estudos de Parentesco no Brasil \*

Roque de Barros Laraia

*"O ter em respeito as filhas dos irmãos é porque lhes chamam filhas e nesta conta as têm; e assim neque fornicarie as conhecem, porque têm para si que o parentesco verdadeiro vem pela parte dos pais, que são agentes; e que as mães não são mais que uns sacos, em respeito dos pais, em que se criam as crianças, e por esta causa os filhos dos pais, posto que sejam havidos de escravas e contrárias cativas são sempre livres e tão estimados como os outros; e os filhos das fêmeas, se são filhos de cativos, os têm por escravos e os vendem, e às vezes matam e comem, ainda que sejam seus netos, filhos de suas filhas, e por isto também usam das filhas das irmãs sem nenhum pejo ad copulam, mas não que haja obrigação e nem costume universal de as terem por mulheres verdadeiras mais que as outras, como dito é."*

JOSÉ DE ANCHIETA

"Informações dos Casamentos dos Índios do Brasil"

A moderna Antropologia brasileira, como não poderia deixar de ser, está ciente de que o parentesco é um dos aspectos mais importantes da organização social, notadamente nas chamadas sociedades simples onde influencia a maioria dos *status* que abrangem a estrutura social, tornando-se, assim, um dos princípios dos quais depende toda a vida social. Desta maneira, a busca da compreensão do parentesco é uma das principais preocupações da nossa Antropologia.

A verdade, porém, é que a preocupação com os estudos de parentesco somente ganhou importância, entre nós, na segunda metade deste século. Até então se manteve relegada a um plano inferior em função,

talvez, da falta de uma formação teórica adequada que possibilitasse uma análise deste importante fenômeno social.

Neste trabalho, pretendemos demonstrar que é possível estabelecer uma periodização que divide, no que concerne a esta temática, a história da Antropologia brasileira em dois períodos: o primeiro, que se extingue no meado do século, onde predomina o pouco interesse pelos estudos do parentesco e quando existe ainda a hegemonia de pesquisadores de uma formação auto-didática. Trata-se do período heróico de nossa ciência, marcado pela presença de um grande nome tutelar, Curt Hunkel, que se transformou em Curt Nimuendaju, o pai da etnologia brasileira.<sup>1</sup> E um segundo

\* Originalmente escrito para uma coletânea sobre a Antropologia brasileira, a ser publicada no Estado Unidos, organizada por Daniel Gros e Gustavo Sérgio Lins Ribeiro.

período, ainda em andamento, marcado por um interesse pelos estudos de parentesco, realizados, na imensa maioria das vezes, por pesquisadores que receberam um treinamento acadêmico adequado.

No primeiro período, Curt Nimuendaju procurou superar as deficiências de sua formação através da orientação de um grande nome da Antropologia americana, Robert Lowie. Podemos imaginar as dificuldades dessa orientação, sempre à distância, sem nunca ter ocorrido um encontro entre ambos, agravada durante a segunda guerra mundial pela impossibilidade de se comunicarem em alemão, a única língua que ambos partilhavam. Mesmo assim, temos que reconhecer que Nimuendaju foi o primeiro antropólogo brasileiro a se preocupar com o tema do parentesco e que os seus trabalhos geraram, na década de 60, uma profícua discussão entre os modernos antropólogos.

Examinando as suas quatro monografias — *The Apinayé; The Serente; The Eastern Timbira e The Tukuna* —, numa delas pode-se verificar, no mínimo, sua preocupação em relacionar os termos de parentesco e a existência de grupos de descendência unilineares. É verdade que a terminologia de parentesco em dois casos — Apinayé e Tukuna — foram publicadas apenas como apêndices. E constata-se, ainda, que não existe preocupação alguma com a análise dos sistemas de relações, ocupando-se os capítulos pertinentes com a descrição dos ciclos de vida, entre os quais o matrimônio aparece sem que se faça qualquer tentativa de estabelecer quais as suas formas preferenciais. Falta mesmo uma atenção para as relações entre os sistemas de relações e os de atitudes. Apenas no caso Xerente é que Nimuendaju dedicou pouco mais de uma página para analisar o comportamento entre parentes, principalmente entre irmãos.

Nos anos 40, quando foram publicadas as monografias de Curt Nimuendaju, frutos do trabalho de campo da década anterior, pouca coisa mais pode ser encontrada com referência ao parentesco. É quando Rodolfo Garcia (1942) e Carlos Drummond (1943) publicaram os seus trabalhos sobre os “designativos do parentesco em língua Tupi-Guarani”. Trata-se, porém, de obras lingüísticas que se limitam a elaborar uma listagem de termos de parentesco, extraídos dos trabalhos dos cronistas do século XVI. Não há, portanto, nenhuma análise antropológica dos termos coletados. Nessa mesma época, Virginia Watson (1944) publicou a

listagem dos termos de parentesco Cayuá, coletados durante a pesquisa realizada juntamente com seu marido, James Watson.

Em 1946, Charles Wagley e Eduardo Galvão tratam com maior amplitude os trabalhos de Garcia e de Drummond publicando o artigo “O Parentesco Tupi-Guarani” que consiste na análise de dados de cronistas seiscentistas e de pesquisas contemporâneas. Este trabalho, como mostraremos posteriormente, é o primeiro de uma série de análises referentes à estrutura social Tupi.<sup>2</sup> Estes mesmos autores, em 1948, publicam as suas contribuições no *Handbook of South American Indians*, nas quais analisam, ainda que superficialmente, a organização social dos Tapirapé e dos Tenetehara. No ano seguinte, Wagley e Galvão publicam *The Tenetehara Indians of Brazil: A Culture in Transition* (1949) que é, sem dúvida, a primeira monografia a buscar o conhecimento de uma sociedade Tupi, baseada em dados obtidos através do trabalho de campo. Nesse mesmo ano, Florestan Fernandes publicou o seu livro *A Organização Social dos Tupinambá* que é, por sua vez, a primeira tentativa, em nossa literatura especializada, da reconstrução de uma realidade social extinta, baseada na documentação deixada pelos cronistas do século XVI.<sup>3</sup> Todos estes trabalhos serão analisados no tópico relativo ao parentesco Tupi.

A década seguinte inicia-se com a publicação de James Watson, *Cayuá Culture Change: A Study in Acculturation and Methodology*, publicado em 1952 e originário da pesquisa realizada pelo autor em 1943. Watson preocupou-se com a organização social tradicional desse grupo Guarani do Mato Grosso. Apesar das dificuldades de obter informações sobre o passado tribal, procurou demonstrar a semelhança das regras matrimoniais com as dos Tupi litorâneos. Nesse mesmo ano, Baldus publica um artigo sobre o parentesco Kaingang e, dois anos mais tarde, Egon Schaden publica a sua monografia *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*.

Os anos 50 marcam a presença na Antropologia brasileira de Darcy Ribeiro e é nesse período que publica o seu artigo sobre sistema de parentesco Kadiweu, que constituiu a sua única atenção para o tema. Ficou devendo, por exemplo, a publicação de seus dados sobre a organização social dos Urubu-Kaapor, apesar dos excelentes trabalhos que escreveu sobre esses índios,

versando sobre a arte plumária ou a organização da atividade econômica.

Um trabalho importante desse período é o de Roberto Cardoso de Oliveira, "Matrimônio e Solidariedade Tribal Terena" (1959), que muito mais do que a simples descrição da terminologia de parentesco Terena, constitui numa análise estrutural da organização social, que apresenta como uma característica especial a existência de um sistema dual endogâmico. Cardoso de Oliveira mostra como esta aparente disfunção é contrabalançada por uma exogamia de aldeias, que torna possível a coesão social.

Com os anos 60 inicia-se, de fato, o segundo período. Passaremos a seguir, sem nenhuma preocupação de ordenamento cronológico ou mesmo hierárquico, a examinar o desenvolvimento dos estudos de parentesco em nosso país.

A década de 60 caracterizou-se pela influência de um certo tipo de Antropologia americana que pode ser classificada em duas vertentes: uma que se baseava na influência, ainda que tardia, do trabalho de George P. Murdock, *Social Structure* que, de certa forma, foi um dos precursores do método *cross-cultural*, e uma outra, mais contemporânea, que se inspirava nos escritos de Ward Goodenough, e que preconizava o emprego da análise componencial. Ambas as vertentes não deixaram de impressionar os pesquisadores brasileiros, exatamente no momento em que procuravam dar uma maior atenção ao estudo dos fenômenos do parentesco. As publicações decorrentes dos trabalhos que seguiam esta orientação não foram muito numerosas, mas muitos foram os pesquisadores e estudantes que despenderam tempo em numerosos exercícios. Naquele tempo, tinha-se a impressão de que a Antropologia tinha conseguido, afinal, produzir uma verdadeira notação científica.

Os trabalhos do tipo preconizado por Murdock foram facilmente adotados pelos antropólogos brasileiros porque desde a década anterior já existia a tradição de publicar artigos que nada mais eram do que a relação da terminologia de parentesco, muitas vezes sem a menor preocupação de articulá-las com as regras matrimoniais ou de residência. O método de Murdock, dava a impressão de que se poderia ir mais longe, sendo possível até elaborar uma classificação, levando em consideração os termos de tios, de primos, as regras de residência e de descendência. A fragilidade

dessa postura, que se tornou evidente em pouco tempo, era decorrente da impossibilidade de inferir a dinâmica da estrutura social, baseada em um número de variáveis bastante limitado. Estas variáveis apresentavam uma grande recorrência em sociedades bastante diferenciadas.

O objetivo desse método era conhecer algumas das características das sociedades estudadas, a partir de sua classificação em um dos 11 tipos de organização social elaborados por Murdock, tipologia essa que foi prontamente contestada por Needham quando demonstrou que terminologias de parentesco com formas praticamente idênticas não são sempre estruturalmente equivalentes (1962:174). No fundo, essas elaborações refletem uma preocupação com uma perspectiva genealógica em prejuízo da elaboração de um conjunto integrado de categorias, através das quais seria possível delinear o "universo social" do grupo estudado.

Os trabalhos citados de Baldus, Ribeiro e Virginia Watson constituem exemplos do início dessa fase, enquanto os de Arnaud e Frederick MacDonald constituem exemplos bem característicos dos trabalhos produzidos no final dessa fase.

Os estudos de parentescos no Brasil não deram, de início, grande importância para um elemento crucial para a compreensão do fenômeno que é a ideologia que o grupo constrói sobre a concepção biológica, pois é deste tipo de explicação, construído pelas diferentes sociedades sobre a reprodução humana que resulta o próprio sistema de parentesco. Estas explicações foram formuladas antes mesmo da humanidade possuir recursos adequados de observação científica, mas ganharam o *status* de "verdades científicas". Por isto, Lévi-Strauss (1958:61) afirmou que "um sistema de parentesco não consiste de laços objetivos de filiação ou consangüinidade estabelecida entre indivíduos; ele somente existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações e não o desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato". Em outras palavras, as relações biológicas servem apenas como ponto de partida para o desenvolvimento das concepções sociológicas do parentesco.

Foi somente a partir dos anos 60 que este aspecto importante da classificação social começou a merecer a atenção dos antropólogos que estudam os índios brasileiros. Os anos anteriores apresentam apenas uma exceção e esta, como não poderia

deixar de ser, é encontrada na monografia de Curt Nimuendaju sobre os Tukuna: "after intercourse, conception depends on the will of the goddess ta'é: it is she who gives the fetus its body and soul. When, overburdened with tasks, ta'é grows careless, the child is born with defects in mind or body" (1952:68). Os demais trabalhos desse período preferiram buscar suas explicações através das análises de terminologia um caminho viável, mas tortuoso, que contém o risco de resultar apenas em controvertidas construções tipológicas.

A partir de 1966, a preocupação com a concepção sobre concepção tornou-se frequente. Terence Turner, por exemplo, afirma que

"the Cayapo believe that conception takes place as a result of the semen traveling inside the mother's body into the mother's breasts, mixing with the milk which is inside the breasts even before the birth of the first child, and the resulting mixture dripping back down into the women. Conception is not a unique event: during the month before pregnancy is thought to begin, the child may be contributed by the infusions of semens and milk, whether the semen comes from a single father or more than one man. During the gestation process, the foetus draws its nourishment from milk which continues to drip down to the womb from the breasts. Pregnancy is thought of as lasting only three to four months, the period during which the woman can detect a physical deformation and the movements of the foetus".

No ano seguinte,<sup>4</sup> David Maybury-Lewis escreveu sobre os Xavante:

"Clearly then they understand the relationship between coitus and conception. However, they appear to view the fashioning of the child as a process induced by repeated copulation. Men have on two occasions expressed it for me this way: "tsihúri, tsihúri, tsihúri, tshirúri ahe-di. wasã. tsihúri, tsihúri, tsihúri, waptãr (to copulate, to copulate, to copulate, pregnancy. to copulate, to copulate, to copulate, born). They ticked the process off of on their fingers so that "pregnant" fell on the fifth finger and "born" fell on the ninth. Other Savante spoke of the father making his

child by repeated intercourses with his mother".

Estas duas observações sobre a ideologia de dois grupos Jê foram confirmadas, por depoimentos semelhantes, em trabalhos de Júlio Cezar Melatti (1968) sobre os Kraho, de Roberto da Matta (1970) e de Anthony Seeger (1974) sobre os Suyá. Trabalhos realizados fora do mundo Jê também se preocuparam com o tema, como é o caso de Peter Rivière, escrevendo sobre os Tirio, do Pará:

"There is a common soul form which, reservoir and individual draws his own soul, amore. (...) An erection is caused by the spirit of the child in the penis and during the sexual intercourse both the spirit and flesh of the child flow into the woman, the sex of child being decided in the penis. The patrilineal ideology does not receive unanimous support and, while no informant denied it outright, some said that the child's spirit came from both the father and mother, and others that the issue is even more strongly sex-linked, a male child possessing only the spirit of the father and the female child only that of mother. There is no preponderance of opinion on this subject, about which most Indians are ignorant or uninterested" (1969:62).

Alcida Ramos escrevendo sobre os Sanumá refere-se a uma concepção muito semelhante à encontrada por nós entre os Suruí e Asurini (1967):

"Although our data on Sanuma theory of conception is limited, there are strong indications that they attribute most of the responsibility for conception to the father. Before the child is born, or rather before it is conceived, it is in the father's genital. Conception is associated with sexual intercourse, but not necessarily with menstruation" (1972:90).

Finalmente, Basso nos informa que "the Kalapalo believe that conception occurs when repeated intercourses on the part of single man results in the accumulation of congealed seminal fluid inside a particular woman. A woman who has promiscuous intercourse with many men cannot become pregnant; rather, she is in danger of falling se-



riously ill. Similarly, a woman who only has sporadic intercourse with a single man cannot conceive, because she has not received enough seminal fluid (1973:75).

Os autores anteriores a esse período, principalmente os que trabalharam com as sociedades Tupi, não levaram em conta esta categoria e, por isto, tiveram uma grande dificuldade em trabalhar com o sistema de parentesco. A principal conseqüência foi a pouca compreensão do funcionamento da regra de descendência. Wagley e Galvão (1946), referindo-se aos Kaiwá, Tenetehara e Tapirapé optam pela regra bilateral porque "não há ênfase no sistema nem para o lado materno nem para o paterno". James Watson (1952) faz a mesma opção para os Kaiwá, embora reconhecendo a existência da regra patrilinear entre os antigos Kaiwá. Galvão (1953) referindo-se às tribos xinguanas afirma "esse sistema, até onde se pode inferir de comparação entre as diferentes terminologias colhidas, é do tipo bilateral, isto é, não acentua a linha materna ou paterna". Todos estes antropólogos estão mais ou menos de acordo com a definição da regra de descendência bilateral: consiste esta na não existência de ênfase nem para o lado paterno, nem para o materno. O que não é aceitável nesta definição, caracterizada pela sua determinação negativa, é que ela só pode ser entendida pela surpreendente constatação que os autores consideram que a existência de termos tanto para o lado paterno como materno significa bilateralidade. É, por outro lado, bastante significativo que nenhum deles se preocupasse com a idéia nativa de concepção biológica e, assim sendo, são levados a classificar como parentes todos aqueles que recebem termos no sistema de relações. Ignorando a teoria êmica sobre concepção, não podem entender qual a distinção que existe entre parentes e os não parentes. A simples tradução dos termos de parentescos — desprezando a clássica advertência de Hocart (1937) — os leva a considerar como parentes pessoas que não são assim reconhecidas pelos indígenas e daí partem para a suposta existência de uma regra de descendência bilateral.

O equívoco apontado acima poderia ser corrigido se uma atenção maior fosse dada aos aspectos jurídicos da descendência. Aspectos estes que são facilmente observáveis quando existe, por exemplo, uma chefia

hereditária, filiação a grupo de descendências unilineares (linhagens, clãs etc.), transmissão de bens etc. Na falta destes não há como fugir da concepção de descendência do próprio grupo. E, no caso Tupi, como mostra a nossa epígrafe, ela evidentemente privilegia o lado paterno.

Com efeito, há cerca de 50 anos, os antropólogos têm se interessado pelo estudo dos Tupi. Por outro lado, desde o descobrimento do Brasil foram os Tupi que mereceram uma maior atenção por parte dos europeus, por serem estes índios os principais habitantes da maior parte do litoral ocupado pelos colonizadores. Eram, então, conhecidos pelo nome genérico de Tupinambá, denominação esta que abrangia os grupos Tupi que ocupavam o litoral brasileiro desde o Pará até o Paraná e que possuíam entre si uma acentuada unidade lingüística e cultural (Fernandes, 1963:15). Os Tupinambá foram observados por diversos cronistas (Thevet, Lery, Staden, Evreux, Anchieta, Caminha, Cardim, Nóbrega, Soares de Souza, Gandavo, Knivet e outros) que dotados de uma alta capacidade de observação e capazes, muitas vezes, de superar as fortes armaduras etnocêntricas da época, conseguiram nos legar uma grande quantidade de dados etnográficos.

Foi Alfred Métraux o primeiro a utilizar sistematicamente os dados dos cronistas, mas restringiu sua preocupação às migrações messiânicas dos Tupi-Guarani (1927), à cultura material (1928) e à religião (1928). Apesar da importância destes trabalhos para o conhecimento dos Tupi, eles deixaram de lado importantes informações dos cronistas referentes ao parentesco. Florestan Fernandes, desafiado pelo próprio Métraux, aceitou esta tarefa e publicou, em 1949, sua tese de mestrado *A Organização Social dos Tupinambá* que foi, sem dúvida, o primeiro esforço de nossa literatura especializada em reconstruir uma realidade social extinta. É preciso considerar que o valor das elaborações indutivas realizadas pelo autor é maior quando sabemos que as instâncias empíricas utilizadas foram frutos de observações, nem sempre sistemáticas, dos cronistas do século XVI. Em uma resenha publicada em 1964, mostramos como Fernandes apresentou um saldo positivo numa tarefa de tal magnitude e que, graças a uma perfeita manipulação das técnicas de reconstrução da realidade social, colocou vivos diante de nós os índios Tupinambá. Seu capítulo sobre parentesco constituiu-se em um dos

melhores trabalhos sobre o tema e é de se lamentar, como ressalta Peirano (1984) que este livro seja praticamente ignorado pelos estudantes de Antropologia que se interessam muito mais pela fase sociológica do autor.

Foi exatamente ao elaborarmos a resenha citada que decidimos realizar um estudo comparativo da organização social dos Tupi ainda existentes, dando prosseguimento ao trabalho iniciado por Fernandes. Isto se tornou possível com a utilização de nossos dados, resultados das pesquisas de campo entre três grupos Tupi; das monografias e artigos de outros autores; além de ser possível utilizar como referência os dados sobre os Tupinambá analisados por Fernandes.

Em nossa tese de doutoramento — *A Organização Social dos Tupi Contemporâneos* — apresentada, em 1972, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, comparamos todos os dados citados acima, discutindo principalmente as regras de residência e descendência, os diferentes sistemas de relações, a possibilidade de existência de grupos de descendência unilineares, além de procurarmos apresentar uma interpretação própria a respeito do parentesco Tupi.

Vimos, anteriormente, que nos trabalhos de Wagley e Galvão, como no de James Watson, a regra de descendência dos Tupi era apresentada como sendo do tipo bilateral. Procuramos então mostrar aos leitores como essa interpretação era derivada do equívoco de considerar a existência de termos, tanto para o lado paterno como materno, como um indício de bilateralidade, além da insistência, entre os autores, de ignorar a concepção nativa sobre concepção biológica. Esta concepção — remetemo-nos novamente à nossa epígrafe —, é eminentemente patrilinear. Assim, por exemplo, não se considera como irmã uma mulher que seja filha do segundo matrimônio da mãe de Ego, desde que o segundo marido não faça parte do grupo de *siblings* do primeiro.

A regra residencial Tupi, apesar da discordância de vários autores (Holmberg, 1950; Murphy, 1960; Wagley e Galvão, 1948; Watson, 1952), foi por nós considerada como patrilocal. Com efeito, a patrilocalidade foi constatada entre os Mawé (Leacock, 1958), Parintintin (Betts, 1967), Tupinambá (Metraux, 1948) e pelos nossos trabalhos entre os Suruí, Akuáwa-Asurini e Urubú-Kapor. Encontramos os Suruí habi-

tando uma grande casa coletiva, onde mal se podia perceber uma distribuição espacial dos clãs. Antigamente, cada um desses grupos possuía as suas próprias residências: visitamos, em 1961, os restos de três casas comunais e fomos informados de que uma pertencia aos Koati, a outra aos Ywyrá e a terceira aos Saopakania. Os Akuáwa-Asurini, por ocasião da pesquisa, habitavam residências do tipo regional, segundo uma regra neolocal. Mas, antes do contato com os brancos, formavam pequenos grupos locais, caracterizados pela existência de uma grande casa comum, na qual todos os ocupantes do sexo masculino pertenciam a uma mesma parentela patrilinear. Os Urubú-Kapor, em 1967, habitavam em pequenas casas que poderiam sugerir uma neolocalidade, mas na verdade continuavam seguindo a regra patrilocal: os filhos varões construíam suas casas junto à do pai. Além disto os mitos coletados indicavam uma forte repulsa pela residência do tipo matrilocal.

Grupos de descendência unilineares somente foram encontrados entre os Munduruku (Murphy, 1960), Parintintin (Betts, 1967) e Suruí (Laraia, 1967), mas uma análise dos sistemas de relações disponíveis para o estudo, indicaram uma tendência para sistemas de duas seções, onde, pelo menos teoricamente, é possível admitir segmentações. A análise dos sistemas de relações Tupi só foi possível graças aos trabalhos, já citados, de Florestan Fernandes, Wagley e Galvão, Virginia Watson, Robert Murphy, Laverá Betts, mais os de Herbert Baldus (1970), Judith Shapiro (1968) e os nossos próprios dados. Concluímos, na ocasião, que o modelo da estrutura social Tupi corresponde a um sistema de relações que apresenta a fusão bifurcada na primeira geração ascendente, e termos de primos do tipo Iroquês, na geração de Ego. Estes aspectos somente têm significado quando analisados juntamente com a dinâmica do sistema, tendo como base a regra de descendência patrilinear, a patrilocalidade e os matrimônios preferenciais com as primas cruzadas bilaterais e a filha da irmã. As limitações destas regras matrimoniais são compensadas por outros mecanismos mantenedores da solidariedade que amenizam as tendências segmentárias do sistema.

Os estudos sobre os Tupi não se esgotaram, é óbvio, com a nossa análise. Assim é que, em 1977, Charles Wagley publicou *Welcome of Tears: The Tapirape Indians of Central Brazil*, o resultado final de uma

pesquisa iniciada em 1939. Um livro difícil de ser escrito porque corria o risco de apenas confirmar ou repetir o que já fora feito por Baldus e, em menor escala por Judith Shapiro. Wagley, entretanto, conseguiu o seu intento: não fez, como Baldus, um estudo comparativo dos Tapirapé com as demais tribos do Brasil Central, mas optou por uma análise de maior profundidade, ainda que aplicada a um menor número de dados. O seu capítulo 4, "Social Organization", destaca-se pela análise que faz das associações masculinas, as *birds societies*, o que tornou bastante compreensíveis os mecanismos de solidariedade, extra-parentais, que regulam o comportamento e a cooperação entre os homens.

O seu interesse no estudo das associações não impediu que, no mesmo capítulo, analisasse o parentesco, mas entendemos que alguns pontos devam ser discutidos. Por exemplo, na página 98, quando Wagley afirma que "entre 1935 e 1939/40 nem matrilineagens nem uma verdadeira família extensa matrilocal existiram de fato", insistindo que quanto a esta última nem ele, nem Baldus constataram a ocorrência da mesma no plano real, embora ela exista "pelo menos no modelo abstrato na mente de seus informantes". Em uma outra ocasião (Laraia, 1978:206), sugerimos que tanto Baldus como Wagley podiam estar incorrendo numa mesma forma de equívoco que possibilitou a publicação do artigo de Warde Goodenough, "Residences Rules" (1956) que mostra como dois antropólogos (Goodenough e J. Fisher) que, em épocas diferentes trabalharam com um mesmo grupo, chegaram a duas regras de residência diferentes. Tal equívoco pode ocorrer da dedução da regra a partir da observação simples da composição dos grupos domésticos, ao invés de procurar os padrões ideais de comportamento. No caso Tapirapé, a situação é um pouco diferente, pois ambos os autores estão de acordo com o modelo de residência, embora se preocupem com o fato de não ter sido possível observá-lo em operação.

Por outro lado, a existência de matrilineagem numa sociedade Tupi nos parece problemática, principalmente quando o autor não apresenta as evidências que permitiram a ele chegar a esta conclusão. Finalmente, continuamos sem saber com quem devem casar os jovens Tapirapé; não se avançou muito desde a antiga afirmação de que se casam com mulheres que são chamadas irmãs, mas que são distantes. É

difícil aceitar a existência de uma terminologia de primos havaiana, quando os termos de tios são ora apontados como do tipo de fusão bifurcada, ora como colateral bifurcado. É provável que nossas objeções prendam-se muito ao fato de considerarmos os Tapirapé dentro de um modelo Tupi, mas não podemos esquecer que eles se caracterizam por uma incrível mistura de padrões culturais encontrados entre os outros grupos da mesma região geográfica, fato este que deve ter estimulado Baldus a optar pelo método comparativo quando escreveu a sua monografia.

Recentemente, houve um incremento das pesquisas de campo entre os grupos Tupi, mas o parentesco não tem sido uma importante preocupação para os novos pesquisadores. No 1.º Encontro Tupi, realizado em São Paulo, em 1982, nenhuma das 21 comunicações apresentadas versavam sobre o tema. O trabalho mais recente de que temos notícia, em que o parentesco Tupi é discutido, é a excelente dissertação doutoral de Eduardo Viveiros de Castro (1984).

Os Jê foram inicialmente estudados por Curt Nimuendaju, como já vimos, além dos trabalhos de Jules Henry (1941) e dos padres salesianos Colbacchini e Albiseti (1942). A partir dos trabalhos de Nimuendaju e de Colbacchini e Albiseti, pelo menos pode-se constatar que a classificação dos Jê, como povos marginais — pela simples razão de preferirem o cerrado à floresta tropical —, contrasta enormemente com uma rica vida ritual e uma organização complexa, cuja principal característica é a prevalência de um sistema dual. Desde a publicação do livro dos salesianos sobre os Bororo, os antropólogos tiveram sua atenção voltada para a complexidade social desse grupo, que tem como um de seus aspectos mais marcantes a projeção espacial de seu sistema de metades exogâmicas, divididas em clãs matrilineares. O plano da aldeia reflete com perfeição este tipo de organização social. Entretanto, a extrapolação desse tipo de organização para outros grupos Jê mostrou-se inoperante porque esses povos, apesar do muito que têm em comum, apresentam entre si intrigantes diferenças. Por exemplo, metades exogâmicas não foram encontradas entre outros grupos Jê, mas entre os Timbira foram encontrados vários pares de metades agâmicas.

Melatti (1985) chama a atenção para o fato de que o trabalho de Jules Henry sobre

um grupo Jê do Sul contrasta com a visão que Nimuendaju tem das sociedades Jê que estudou. Enquanto para o segundo o comportamento de seus informantes é rigidamente determinado pelos costumes, os Xokleng estudados pelo primeiro parecem pertencer "a uma sociedade amorfa, sem estrutura". Melatti explica esta dissonância através da preocupação de Nimuendaju com o fato ideal, e o de Henry com o comportamento real, expresso nas peculiaridades individuais, o que era coerente com a sua orientação mais psicológica.

A etnografia de Nimuendaju, além de seu valor intrínseco, teve o mérito de provocar, como já enfatizamos, um grande interesse pela organização social dos Jê. Os quatro Kiyé, descritos por ele entre os Apinayé como capazes de regular o matrimônio através de uma estrutura de descendência paralela, despertou a atenção de numerosos antropólogos: Lowie (1940), Kroeber (1942), Murdock (1949), além de Lévi-Strauss que, em 1952, publicou "Les Structures Sociales dans le Brésil Central et Oriental", no qual analisa os sistemas de metades encontrados entre os Xerente, Bororo e Apinayé. Este trabalho teve o seu prosseguimento em um outro artigo "Les Organisations Dualistes Existent'Elles?" (1956), no qual as estruturas de metades Bororo e Timbira são comparadas com as dos Omakarana, Winebago e as da Indonésia.

No primeiro artigo, Lévi-Strauss refere-se ao sistema de descendência paralela encontrado por Nimuendaju entre os Apinayé, mas compartilha da dúvida dos demais antropólogos ao afirmar que "o estudo da organização social das populações do Brasil Central e Oriental deve ser totalmente retomado em estudos de campo (...) porque o funcionamento real destas sociedades é bem diferente de sua aparência superficial (...)". No segundo artigo, refere-se especificamente às anomalias encontradas no sistema de metades Bororo.

Nos anos 60, a sugestão de retomada dos estudos Jê foi atendida pelo programa de pesquisa resultante da cooperação entre o Museu Nacional e a Universidade de Harvard. Trabalhos de campo foram, então, realizados por David Maybury-Lewis, o organizador do programa, Terence Turner, Joan Bamberger, Jean Carter Lave, Dolores Newton, Cecil Cook e John Christopher Crocker, todos da Universidade de Harvard, e Roberto Da Matta e Julio Cezar Melatti, ambos do Museu Nacional.<sup>5</sup>

Maybury-Lewis tinha uma experiência de campo anterior com dois grupos Jê do Brasil Central: Xerente e Xavante. Em 1960, o seu artigo "Parallel Descent and Apinayé Anomaly" tinha solucionado a famosa *Apinayé anomaly*, denunciada por Lowie e que mobilizou tantos antropólogos. Tornou-se, então, evidente que os Kiye não têm o papel regulador do matrimônio. As pesquisas realizadas por Da Matta confirmaram a correção da proposição de Maybury-Lewis e, mais do que isto, contribuíram para entender o sistema de relações dos Apinayé, desde que

"a lista de termos publicada por Nimuendaju, (...) se caracterizava por duas ordens de fatores paradoxais: (a) os termos eram os mesmos, na sua maioria, que os encontrados entre os outros Timbira e Kayapó, mas (b) o sistema era totalmente discrepante do padrão e não se conformava facilmente a um padrão Crow-Omaha ou quaisquer outros" (Da Matta, 1976:17).

Em seu livro, *Um Mundo Dividido*, Da Matta relembra que Nimuendaju publicou os seguintes termos para primos cruzados: MDB = tui-re, MSB = krã-tum, FZD = tamtxua, FZS = tamtxua. Segundo o autor, esses termos seguem um padrão Omaha, sendo muito próxima da terminologia encontrada por Turner (1966) entre os Kayapó. A partir de suas pesquisas, Da Matta, entretanto, demonstrou que ao lado deste tipo de "solução" são encontradas outras "soluções" do tipo Crow, afirmando que

"o problema de primos cruzados e a sua classificação entre os Jê do Norte é o de explicar por que os Kayapó fixaram essas posições genealógicas dentro de um padrão Omaha e porque algumas sociedades Timbira do leste (Kraho, Gaviões e Canela) fixaram as mesmas posições num padrão Crow. Para esclarecer esta importante questão, a terminologia Apinayé, com todas as suas discrepâncias e dificuldades, está numa posição privilegiada. Isto porque, como vemos, os Apinayé oscilam entre o Crow e o Omaha" (Da Matta, idem: 193).

A explicação encontrada por Da Matta, e pelos seus colegas do mesmo programa de pesquisa, está na relação entre nominadores e nominados, relação esta considerada pelos Apinayé como equivalente à

existente entre irmãos do mesmo sexo. Quando esta relação estava presente, a solução era sempre do tipo Crow, o que não ocorria quando a relação de nominação não era referida.

Situação equivalente ocorre entre os Kraho, onde a solução Crow é alterada para Omaha quando há casos de mulheres valorizando as suas relações com as nominadoras. Ou seja a irmã do Pai passa a se identificar com Ego feminino e, em consequência, esta chama os filhos da irmã do Pai de filhos. Por isso, para Melatti "a feição Omaha surge apenas em casos concretos de transmissão de nomes pela irmã do pai, permanecendo a tipologia do tipo Crow inalterada quanto às descendentes dos demais irmãos do pai" (Melatti, 1979).

Por tudo isto e ainda pela sua posição geográfica, que o coloca numa região intermediária entre os Kayapó e os Timbira, os Apinayé são considerados como uma perfeita síntese dos Jê do Norte. Em todo o caso, foi o estudo deste grupo realizado por Nimuendaju na década de 30, que serviu como catalizador para os modernos estudos antropológicos dos Jê. Estes estudos que tiveram um grande impulso graças ao programa Museu Nacional/Harvard Central Brazil Project, promoveram um amplo reexame dos dados então existentes, gerando excelentes teses de doutoramentos. As questões cruciais examinadas nessas teses podem ser conhecidas através da leitura de *Dialectical Societies*, livro este dedicado à memória do grande pesquisador que foi Curt Nimuendaju.<sup>6</sup>

Dos estudos sobre os Jê não terminaram com esse projeto. Uma nova leva de pesquisadores, originários do Rio de Janeiro —, sob a orientação de Anthony Seeger —, e de São Paulo — sob a orientação de Lux Vidal ou Tekla Hartmann<sup>7</sup> — continuaram a estudar os diferentes grupos Jê. Entretanto, o único estudo sobre parentesco, cujos resultados foram publicados e de que temos conhecimento, é a monografia de Seeger sobre os Suyá (1981), cujo capítulo sétimo foi dedicado à análise do sistema de parentesco.

Para Seeger, a base do parentesco Suyá "is the identity of a group of persons who share bodily substance, a group that I have translated as "us" (kwoiyi), and their opposition to those who do not share bodily substance, translated as "others" (kukidi)" (op. cit., 121). Seeger chama a atenção para a característica que os Suyá partilham com outros grupos Jê, o fato de que "there is

a kinship system, but it is impinged on by a naming and a ceremonial relationship systems".

O sistema Suyá é, ainda, classificado como sendo do tipo Omaha, mas possui normas matrimoniais diferentes dos demais grupos Jê: "Preferential matrilineal cross-cousin marriage, a group of siblings marrying another group of siblings, and brother-sister exchange (the exchange of men between two houses) are all considered good or ideal marriage by Suyá". Seeger analisa também os princípios de nomeações e mostra as suas correlações com o sistema de parentesco. Sem dúvida, este capítulo é mais uma contribuição importante para o estudo dos sistemas Jê e novos e importantes subsídios são ainda esperados dos antropólogos que, neste momento, elaboram os resultados de suas recentes pesquisas de campo.

Não poderíamos deixar de lado os estudos de parentescos referentes aos chamados índios xinguanos, notabilizados etnograficamente por um sofisticado processo de interculturação intertribal. Embora introduzidos na literatura etnográfica a partir da expedição de Von den Steinen, em 1884, é com as pesquisas de Eduardo Galvão e, principalmente, após o seu artigo "Cultura e Sistema de Parentesco das Tribos do Alto Xingu", publicado em 1953, que o tema do parentesco xinguanos tornou-se importante para a Antropologia brasileira. O modelo apresentado por Galvão baseia-se em termos de primos do tipo havaiano, estranhamente associados à possibilidade de casamento entre primos cruzados e a termos de tios do tipo de fusão bifurcada, além da regra de descendência bilateral. Tal modelo, além de tornar-se o objeto de muitas discussões e controvérsias no mundo acadêmico, serviu de estímulo para as muitas pesquisas realizadas entre os índios xinguanos.

Com efeito, o Xingu foi assolado por uma avalanche de antropólogos, inversamente proporcional à dimensão dos resultados de pesquisas publicados que, principalmente no que se refere ao parentesco, deixam muito a desejar.

Em 1970, Renate Brigitte Viertler, a partir dos estudos de parentescos realizados no Xingu por Carneiro, Galvão, Quain, Oberg, entre outros, optou por um sistema do tipo Iroquês, colocando em dúvida a existência de uma terminologia de primos do tipo havaiano. Por tratar-se de um trabalho de gabinete — o único realizado por

um pesquisador brasileiro sobre o tema — não teve a repercussão que merecia.

São dois antropólogos americanos que vão retomar, nessa mesma década, a preocupação com os estudos de parentesco xinguanos. São eles Ellen Basso e Thomas Gregor. Basso ocupou grande parte de sua monografia (1973) com a análise do sistema Kalapalo. Nessa monografia, como em trabalhos posteriores (1975, por exemplo) a autora demonstrou sua preferência pela abordagem utilizada por Goodenough, Scheffler e Lounsbury que expressam um momento em que os estudos de parentescos foram grandemente influenciados pela Sociolinguística. Gregor (1977), por sua vez, retorna à idéia de um sistema do tipo havaiano, apesar de afirmar ser o sistema Meinako do tipo *dravidian*, isto é, quando primos cruzados “act as in-laws or potential in-laws while other kin are consanguines”. Ele próprio chama a atenção para o caráter de ambigüidade e flexibilidade do parentesco Meinako. E, em um dado momento, aproxima-se ainda mais de Galvão ao afirmar que os “cross-cousins can be ‘very much’ cross-cousins or only a ‘little bit’ cross-cousins”.

Assim, oscilando entre primos cruzados denominados ora por termos iguais, ora por termos diferentes de irmãos, os xinguanos constituem ainda um problema não solucionado para os estudiosos do parentesco dos índios brasileiros. A grande quantidade de material novo, agora existente, faz com que o esforço pioneiro de Viertler possa agora ser repetido com maior possibilidade de êxito.

Os estudos de parentescos sobre os Tupi, os Jê e os xinguanos mobilizaram uma parte considerável do esforço da moderna Antropologia brasileira, mas não esgotam o universo dos estudos realizados. Pesquisadores isolados realizaram estudos de parentesco em outras sociedades e, mesmo correndo o risco indesculpável da omissão, gostaríamos de nos referir a alguns deles.

Roberto Cardoso de Oliveira, antes referido pelo seu estudo do sistema matrimonial Terena, preocupou-se também com a sociedade Tukuna, estudada anteriormente por Curt Nimuendaju (1952). Segundo Cardoso de Oliveira (1961), essa sociedade segmenta-se em clãs e metades patrilineares. Enquanto os primeiros, genericamente conhecidos por “kie”, são possuidores de um nome específico, as metades são anônimas e classificam os “kie” em dois gru-

pos distintos: um associado a nomes de plantas (ainda que relacionados com certos insetos e animais) e outro com nomes de aves. Neste trabalho o autor tentou, ao nosso ver, substituir o conceito de linhagens pelo de GUDD (grupo unilinear de descendência demonstrada). A explicação dada pelo mesmo para este procedimento foi a de que os GUDD, embora com características de linhagens, devido às suas peculiaridades de unidades sociais emergentes, não podiam ainda ser confundidas com as mesmas.

O tema das metades anônimas foi retomado por Cardoso de Oliveira em um interessante artigo publicado em 1964, onde o dualismo plantas/aves é examinado à luz de uma moderna concepção do totemismo.

Em 1964, em *O Índio e o Mundo dos Brancos*, livro dedicado ao estudo das relações interétnicas entre Tukuna e brancos, realiza uma análise componencial do parentesco Tukuna, na única tentativa publicada de um autor brasileiro em investigar a terminologia de parentesco do ponto de vista semântico, refletindo a influência, ainda que passageira, de autores como Goodenough, Lounsbury, Wallace e Atkin.

Alcida Rita Ramos (1972) estudou o sistema social dos Sanumá, um sub-grupo Yanoama, do Território Federal de Roraima. Sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin, é um estudo bastante completo do sistema de parentesco Sanumá e os princípios agnáticos que o regem. Utilizando-se do conceito de sib, pouco familiar aos antropólogos contemporâneos brasileiros que preferem o de clã, estudou em profundidade o papel das linhagens num sistema de segmentação não hierarquizado. Esta sua análise inicial deu origem a seus trabalhos posteriores sobre a nomeação Sanumá, que discrimina a aplicação pública e privada dos nomes (1976), e acarreta regras de etiquetas que estimulam a utilização de prática da tecnominia, em uma forma muito mais ampla do que a tecnominia clássica que utiliza apenas dois termos de parentescos. No caso Sanumá, o número de termos envolvidos atingem a oito, permitindo, como afirma a autora (1977), a operação num campo de ação mais vasto e próprio a um maior número de combinações e permutações.

Não era a nossa intenção analisar toda a produção científica sobre o parentesco entre os índios do Brasil, mas sim o de dar uma idéia da natureza desta produção. Acreditamos que os exemplos acima são

mais do que suficientes, mas o leitor interessado tem a seu dispor também os trabalhos de Diniz (1972) sobre os Makuxi, os de Rivière (1969), sobre os Tirió, os de Kracke sobre os Kagwahib (1976, 1984), além de outros numerosos artigos e comunicações.

Deixamos de lado, propositalmente, todos os modernos trabalhos que estão sendo realizados sobre a natureza da organização familiar em nossa própria socie-

dade. São trabalhos estimulantes que merecem ser objeto de um outro artigo. Neste o nosso propósito foi apenas o de demonstrar como a Antropologia brasileira tem se preocupado com a análise dos sistemas de parentescos indígenas. Ao lado disto, ainda que superficialmente, tentamos mostrar quais as principais orientações metodológicas. E estas, ao nosso ver, indicam um alto grau de comunicação com a Antropologia dos países desenvolvidos.

### Notas

1. Para efeito deste trabalho, consideraremos como parte da Antropologia brasileira, o produto de pesquisadores estrangeiros que realizaram sua pesquisa de campo no Brasil. Muitos deles continuaram vinculados ao desenvolvimento da disciplina em nosso país realizando freqüentes visitas, participando de reuniões, acolhendo pesquisadores brasileiros em seus programas. Não é este, porém o caso de Nimuendaju, que viveu no Brasil a maior parte de sua vida, de 1903 a 1946 quando morreu entre os índios Tukuna.
2. O artigo de Wagley e Galvão foi criticado por Philipson (1946) sob a alegação de que "não existe o parentesco Tupi-guarani, mas sistemas diversos em grupos diversos". Wagley e Galvão replicaram (1946b) insistindo que os grupos estudados "partilham de um sistema de parentesco cujos princípios básicos são semelhantes". A perspectiva lingüística de Philipson, responsável pelo desacordo com os dois autores, faz com que coloquemos o seu trabalho à margem deste artigo, juntamente com o de Garcia e Drumond.
3. Como veremos posteriormente, Alfred Metraux foi o primeiro antropólogo a utilizar os dados deixados pelos cronistas. Mas Metraux pouco se preocupou com os dados referentes ao parentesco e à organização social como um todo.
4. É necessário observar que a citação de Turner refere-se a um trabalho mimeografado, enquanto a de Maybury-Lewis foi retirada de uma publicação na Oxford University Press, donde se pode concluir que foi redigida em data anterior.
5. É necessário lembrar a contribuição francesa para o estudo dos Jê através do trabalho de Simone Dreyfus (1963) referente aos Kayapó onde, além de analisar o sistema de parentesco do grupo, compara-o aos sistemas Timbira e Xerente.
6. Referimo-nos aqui apenas aos trabalhos publicados sobre os Jê que enfatizam o estudo da organização social. O repertório de estudiosos das sociedades Jê é maior do que os componentes do programa citado, mas enfatizam outros aspectos da cultura. Mas é interessante mencionar William Crocker que tem se preocupado com o faccionalismo Canela e é, sem dúvida, o antropólogo que mais tempo tem dedicado ao estudo dos Timbira.
7. Em continuação ao trabalho de Hartmann, Renate Brigitte Viertler tem realizado e coordenado numerosas pesquisas entre os Bororo.

### Bibliografia

- Arnaud, Expedito  
1963. "A Terminologia de Parentesco dos Índios Asurini". *Revista do Museu Paulista*, NS, XIV, pp. 105-119.

- Baldus, Herbert  
 1952. "Terminologia de Parentesco Kaingang". *Sociologia*, XIV, n. 1, pp. 76-79.  
 1970. *Tapirape, Tribo Tupi no Brasil Central*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo.
- Bamberger, Joan  
 1967. *Environment and Cultural Classification: A Study of Northern Kayapo*. Doctoral dissertation, Cambridge, Harvard University.
- Basso, Ellen  
 1973. *The Kalapalo Indians of Central Brazil*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, Inc.  
 1975. "Kalapalo Affinity: its Cultural and Social Contexts". *American Anthropologist*, v. 2, n. 2, pp. 207-228.
- Betts, Lavera  
 1967. "Anthropological Check List Parintintin". Summer Institute of Linguistic, mimeo.
- Cardoso de Oliveira, Roberto  
 1959. "Matrimônio e Solidariedade Tribal Terena". *Revista de Antropologia*, VII, pp. 31-48.  
 1961. "Aliança Interclânica na Sociedade Tukuna". *Revista de Antropologia*, IX, n. 1 e 2, pp. 15-32.  
 1964. "Totemismo Tukuna?". *Völkerkundliche Abhandlungen-Band 1, Niedersächsisches Landesmuseum Hannover, Hannover*, pp. 233-248.  
 1964. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Colbacchini, Antonio e Albiseti, Cesar  
 1942. *Os Bororos Orientais Oraramogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso*. São Paulo, Brasileira, Série Grande Formato IV.
- Da Matta, Roberto  
 1970. *Apinayé Social Structure*. Doctoral Dissertation, Cambridge, Harvard University.  
 1976. *Um Mundo Dividido, a Estrutura Social dos Índios Apinayé*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.
- Diniz, Edison Soares  
 1972. "Os Índios Makuxi do Roraima". Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, *Coleção Tese n. 9*.
- Dreyfus, Simone  
 1963. "Les Kayapó du Nord, État de Pará-Brésil". *École Pratique des Hautes Études, Sorbonne, Etudes XXIV*.
- Drumond, Carlos  
 1943. "Designativos de Parentesco no Tupi-Guarani". *Sociologia*, v. V, n. 4, pp. 328-354.
- Fernandes, Florestan  
 1963. "A Organização Social dos Tupinambá". 2.ª edição, São Paulo, Difusão Européia do Livro.  
 1970. "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá". São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo.
- Galvão, Eduardo E.  
 1953. "Culturas e Sistemas de Parentesco das Tribos do Alto Rio Xingu". *Boletim do Museu Nacional*, NS, n. 14.
- Garcia, Rodolfo  
 1942. "Nomes de Parentesco em Língua Tupi". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LXIV, pp. 177-189.



- Goodenough, Ward  
1956. "Residences Rules". *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 12, pp. 22-37.
- Gregor, Thomas  
1977. *Mehinaku — The Drama of Daily Life in a Brazilian Indian Village*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Henry, Jules  
1941. *Jungle People. A Kaingang Tribe of the Highlands of Brazil*. New York.
- Hocart, A. M.  
1937. "Kinship Systems". *Anthropos*, v. 32, pp. 345-351.
- Holmberg, Allan R.  
1950. "Nomads of the Long Bow", Publication n. 10, Smithsonian Institution, Washington.
- Kracke, Waud**  
1976. "Uxorilocality in Patriliney: Kagwahib Filial Separation". *Ethos*, v. 4, n. 3, pp. 295-310.  
1984. "Kagwaib Moieties: Form Without Function?". In K. Kensiger (ed.), *Marriage Practices in Lowland South America*. University of Illinois Press.
- Kroeber, A. L.  
1942. "The Societies of Primitive Man". *Biological Symposia*, v. 8, Lancaster.
- Laraia, Roque de Barros  
1964. "Resenha de Organização Social dos Tupinambá". In *América Latina*, Ano 7, n. 3.  
1972. "A Organização Social dos Tupi Contemporâneos". Dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo.  
1978. "De Como uma Tribo Cativou um Antropólogo". *Anuário Antropológico/77*, pp. 203-213.
- Laraia, Roque de Barros e Da Matta, Roberto  
1967. *Índios e Castanheiros*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Lave, Jean Carter  
1967. *Social Taxonomy among the Krikwati (JE) of Central Brazil*. Doctoral Dissertation, Cambridge, Harvard University.
- Leacock, Seth  
1958. *Economic and Social Factors in Maue Persistence*. Doctoral Dissertation, Berkeley, University of California.
- Lévi-Strauss, Claude  
1952. "Les Structures Sociales dans le Brasil Central et Oriental". *Proceedings of the 29th Congress of Americanists*. Chicago, University of Chicago Press.  
1956. "Les Organisations Dualistes Existent'Elles?". *Bijdragen tot de Taal-, Land-en Volkenkunde*, Deel 112, 2e Aflevering. 's-Gravenhage, pp. 99-128.  
1958. *Anthropologie Structurale*. Paris, Librairie Plon.
- Lowie, Robert  
1941. "A Note on the Northern Ge of Brazil". *American Anthropologist*, ns. v. 43.
- MacDonald, Frederick  
1965. "Some Considerations about Tupi-Guarani Kinship Structures" *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Antropologia, n. 26.
- Maybury-Lewis, David  
1960. "Parallel Descent and Apinayé Anomaly" *South-Western Journal of Anthropology*, v. 16, pp. 191-216.

1967. *Akwê-Shavante Society*. Oxford, Clarendon Press.
1979. *Dialectical Societies*. Cambridge, Harvard University Press.
- Melatti, Julio Cezar
1968. "Nominadores e Genitores: um Aspecto do Dualismo Krahó". *Verhandlungen des XXXVIII Internationalen Americanisten Kongress*, Stuttgart-München 12, bis 18, August, 1968, Kommissionswelag Klaus Renner, 1971, Band III, pp. 347-353.
1973. "O Sistema de Parentesco dos Índios Krahó". Fundação Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, *Série Antropologia* 3.
1979. "The Relationship System of Krahó". In Maybury-Lewis (ed.), *Dialectical Societies*. Cambridge, Harvard University Press.
1985. "Curt Nimuendaju e os Jê". Fundação Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, *Série Antropologia* 49.
- Metraux, Alfred
1927. "Migrations Historiques des Tupi-Guarani". *Journal de la Société des Americanistes*, NS, v. XIX, pp. 1-45.
1928. *La Civilization Materielle des Tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
1928. *La Religion des Tupinambá et ses Rapports avec celle des Autres Tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librairie Ernest Lerou.
- Murdock, George
1949. *Social Structure*. New York, The MacMillan Co.
- Murphy, Robert
1960. *Heandhunter's Heritage*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Needham, Rodney
1962. "Notes on Comparative Method and Prescriptive Alliance". *Bijdragen tot de Tall-Land-en Volkenkunde* 1181, 1.º Aflevering: 160-182.
- Nimuendaju, Kurt
1934. *The Apinayé*. Washington, Catholic University of American Press.
1942. *The Serente*. Los Angeles, Frederick Weeb Hodge Aniversary Publication.
1946. *The Eastern Timbira*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
1952. *The Tukuna*. Edited by Robert Lowie, University of California. Publications in American Archaeology and Ethnology. Berkeley and Los Angeles.
- Peirano, Mariza
1984. "A Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes". *Anuário Antropológico/82*, pp. 15-52.
- Philipson, Jurn
1946. "Notas sobre a Interpretação Sociológica de Alguns Designativos de Parentesco no Tupi-Guarani". *Boletim LVI*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo.
- Ramos, Alcida
1972. *The Social System of the Sanumá of Northern Brazil*. Doctoral Dissertation, University of Wisconsin, Madison.
1976. "O Público e o Privado: Nomes Pessoais entre os Sanumá". *Anuário Antropológico/76*, pp. 13-38.
1977. "Tecnominia e Conceitualização Social entre os Índios Sanumá". *Anuário Antropológico/77*, pp. 148-167.
1978. "Munduruku: Social change or False Problem", in *American Ethnologist*, vol. 5, n. 4, pp. 675-689.

- Ribeiro, Darcy  
1948. "Sistema Familiar dos Kadiwéu". *Revista do Museu Paulista*, NS, v. II, 1948.
- Rivière, Peter  
1969. *Marriage among the Trio*. Oxford, Claredon Press.
- Schaden, Egon  
1954. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, da Universidade de São Paulo, *Boletim*. Republicado pela Difusão Européia do Livro, 1962.
- Seeger, Anthony  
1974. *Nature and Culture and Their Transformations in the Cosmology and Social Organization of Suyá, a Ge-Speaking Tribe of Central Brazil*. Doctoral Dissertation, University of Chicago.  
1981. *Nature and Society in Central Brazil*. Cambridge, Harvard University Press.
- Shapiro, Judith  
1968. "Tapirapé Kinship". *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Antropologia, n. 37.
- Turner, Terence  
1966. *Social Structure and Political Organization among the Northern Cayapó*. Doctoral Dissertation, Cambridge, Harvard University.
- Viertler, Renate B.  
1970. *Os Kamayura e o Alto Xingu*. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- Viveiros de Castro, Eduardo  
1984. *Araweté: Uma Visão da Cosmologia e da Pessoa Tupi-Guarani*. Tese de Doutorado, Museu Nacional.
- Wagley, Charles  
1977. *Welcome of Tears: The Tapirape Indians of Central Brazil*. New York, Oxford University Press.
- Wagley, Charles e Galvão, Eduardo  
1946. "O Parentesco Tupi-Guarani". *Boletim do Museu Nacional*, NS, Antropologia, n. 6.  
1948. "The Tapirapé". *Handbook of South American Indians*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, *Boletim* 143, v. 3, pp. 167-178.  
1948. "The Tenetehara". *Handbook of South American Indians*, *idem*.  
1949. *The Tenetehara Indians of Brazil: A Culture in Transition*. New York, Columbia University Press.
- Watson, James  
1952. *Cayúá Culture Change: a Study in Acculturation and Methodology*. Publicação da American Anthropological Association, *Memoir* n. 197.
- Watson, Virginia  
1944. "Notas sobre o Sistema de Parentesco dos Índios Cayuá". *Sociologia*, v. VI, n. 4, pp. 31-48.

## Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80

Pedro Jacobi

*A Emergência do Tema e sua análise: do Contexto do Capitalismo Avançado ao Capitalismo Periférico.*

Nos últimos anos, têm se multiplicado os estudos em torno dos movimentos sociais urbanos, configurando-se um cenário de reflexão intelectual estimulante, polêmico e contraditório quanto à sua interpretação. A questão dos movimentos coletivos e seus impactos sintetizam a convergência de dois aspectos: por um lado, a dinâmica da ação estatal e, por outro, as bases e os fatores propulsores da ação coletiva numa determinada conjuntura.

Os problemas interpretativos concentram-se na heterogênea e complexa base social dos movimentos e no caráter assumido por estes na medida em que se constituem enquanto formas de mobilização que ocorrem fora dos espaços tradicionais de representação e na especificidade das suas demandas.

No Brasil e na América Latina a reflexão em torno do tema se inicia, porém, a partir da década de 70, onde a crescente visibilidade dos movimentos sociais urbanos coincidem com o avanço dos regimes autoritários em diversos países latino-americanos. Representa uma linha de continuidade em torno da temática iniciada pelos teóricos da marginalidade e da dependência, estudos que trouxeram à tona as especificidades do desenvolvimento latino-americano, desenvolvendo um novo quadro

teórico explicativo sobre o capitalismo periférico.

A discussão se estende ao longo da década dos 60, centrando-se na oposição entre as problemáticas da integração e da não-integração das populações de baixa renda nos processos capitalistas de produção e de participação política.

Vários trabalhos iniciam uma nova abordagem da questão, colocando a idéia de que os grupos marginais são um produto da própria dinâmica do sistema, e a discussão passa a centrar-se sobre a dinâmica da acumulação capitalista e suas implicações sobre a forma de exploração da força de trabalho.<sup>1</sup>

Já no fim da década dos 60, esta questão passa a ser interpretada sob uma outra perspectiva: a politização dos problemas urbanos. A análise passa a focalizar as relações entre a ação do Estado e os movimentos sociais.

Esta mudança no enfoque da questão relaciona-se estreitamente ao significado que adquirem os movimentos de moradores na América Latina, os quais se transformam num campo extremamente rico de experiências de demandas populares, reivindicações de setores sociais que adquirem um interesse analítico apenas a partir deste período, porém com um longo passado de lutas atrás de si.

Esta abordagem possibilita recuperar historicamente as lutas das classes populares, assim como obter uma compreensão

mais adequada sobre a realidade analisada e sobre as práticas e estratégias políticas dos setores envolvidos.

Os trabalhos de Manuel Castells sobre os "Movimientos de Pobladores", realizados em conjunto com os pesquisadores do CIDU no Chile sobre os acampamentos de Santiago, assim como os trabalhos de Etienne Henry sobre as barriadas de Lima são uma das primeiras contribuições sobre a dinâmica dos movimentos sociais urbanos na América Latina.

A análise de Castells se estrutura, principalmente, em torno da problemática da luta de classes e sua inserção no processo político, onde os acampamentos refletem a exclusão gerada pela dinâmica predominante no processo de urbanização, a crise da moradia na conjuntura do governo da Unidade Popular e a ruptura com a prática predominante no governo da Democracia Cristã. Neste contexto a análise sobre a dimensão dos movimentos de *posladores* partia do pressuposto da sua articulação ao sistema de contradições sociais enquanto meio de promover as transformações sociais desejadas.<sup>2</sup>

Desde fins da década dos 60, na Espanha como em outros países europeus e latino-americanos, os conflitos urbanos e os movimentos de bairro vão adquirindo significado crescente, tanto pelos seus efeitos políticos e urbanos como pela sua generalização e continuidade.

Os estudos desenvolvidos a partir deste período sobre os movimentos sociais urbanos marcam uma quebra com a tradição anglo-saxônica dos estudos sobre participação, centrados no indivíduo e suas formas de associativismo. Muitos trabalhos, nesta perspectiva, são conduzidos visando estabelecer graus e formas de participação da população em diversos grupos associativos ou organizadores, sem uma definição precisa de suas funções e efeitos.

Numa perspectiva oposta, diversos autores começam a desenvolver estudos sobre a questão dos movimentos sociais, vendo a organização dos mesmos como um meio através do qual as contradições se manifestam e os efeitos são gerados.

Os trabalhos de Castells e Lojkin se configuram enquanto eixos condutores do paradigma em desenvolvimento, cuja análise estrutural com forte ênfase nos processos econômicos localiza no Estado e nas necessidades gerais do capitalismo monopolista o caráter novo das reivindicações urbanas.<sup>3</sup>

Os movimentos sociais urbanos são definidos por Castells, como "um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana", onde esta se configura enquanto crise da cidade capitalista, gerando um crescente processo de politização do cotidiano, em decorrência da ação contraditória do Estado. Castells desenvolve uma análise dos movimentos procurando verificar as características com as quais se reveste a sua ação, enfatizando a sua relevância enquanto questionadores das ações do capital monopolista na organização do espaço e da vida urbana.<sup>4</sup> No capitalismo monopolista avançado, Castells enfatiza o caráter policlassista da maioria dos movimentos. Abordando diversas experiências e destacando dentre estas a espanhola,<sup>5</sup> Castells caracteriza estes movimentos como resultantes de conjunturas nas quais amplos setores da população, que não necessariamente têm a mesma inserção na classe operária tradicional na divisão social do trabalho, se unem e articulam visando a defesa de um espaço social ameaçado pela expansão desenfreada da especulação imobiliária e a conivência e burocratismo da administração municipal.

Em trabalho recente, Castells afirma que a crescente emergência de conflitos sociais em torno de políticas urbanas e os embriões de novas formas de protesto urbano no início da década dos 70, determinam uma dinâmica de reflexão que coloca os movimentos sociais como fatores de transformação, a partir da importância que estes assumem no processo de democratização na Espanha (Castells, 1983).

No Brasil, os estudos sobre movimentos sociais urbanos têm se pautado por explicitarem argumentos controversos em torno do seu papel no contexto da sociedade, oscilando entre a ênfase no seu caráter político, enquanto agentes de transformação, e a explicitação de suas limitações políticas.

Defrontamo-nos, assim, com análises diferenciadas face ao fenômeno da eclosão dos diferentes movimentos sociais urbanos, que conquistam uma crescente visibilidade no rígido quadro do regime autoritário. A dimensão analítica destes trabalhos se apóia na idéia das contradições urbanas como fator indutor das reivindicações populares.

Os textos aos quais os investigadores brasileiros recorrem — Castells, Borja, Lojkin e outros — desenvolvem um conjunto de trabalhos dentro do contexto da So-

ciologia Urbana, numa perspectiva marxista, a partir da categoria "Movimentos Sociais Urbanos". Seus esforços de investigação sistematizam um conjunto de experiências que dão origem à definição dos movimentos sociais urbanos e que servem de referência àqueles que, preocupados com a mesma temática, carecem de instrumental analítico adequado para o entendimento destas manifestações políticas na sua relação com o movimento geral da sociedade.<sup>6</sup>

A estes autores europeus corresponde o maior avanço na discussão das questões sobre o urbano e os movimentos sociais, sendo notória a sua influência na reflexão teórica desenvolvida no Brasil e na América Latina a partir de meados da década de 70.

No Brasil a temática dos movimentos sociais urbanos se funda, basicamente, em torno de um paradigma de pesquisas centrado na questão do papel do Estado face à acumulação monopolista e às contradições urbanas — demandas decorrentes das carências de meios de consumo coletivo (Moisés, 1982; Jacobi, 1980; Machado da Silva e Ribeiro, 1985; Kowarick, 1987).

O universo pesquisado abrange desde os movimentos mais organizados até as práticas mais espontâneas, dos movimentos reivindicatórios por equipamentos de consumo coletivo aos quebra-quebras e saques. Os temas de investigação têm focalizado, principalmente, os efeitos gerados pelo processo de periferação das classes populares a partir da década dos 40.

Nos estudos realizados no Brasil, José Alvaro Moisés desenvolve um trabalho inovador a partir da sua reflexão em torno da emergência de mobilizações das classes populares urbanas associadas à problemática urbana.

A ênfase do seu trabalho é na análise dos movimentos deflagrados pelas classes populares, através de ações levadas a efeito por organismos elementares de representação de amplos setores da população. A partir do estudo de movimentos autônomos, cuja principal reivindicação era criar novas unidades políticas que deveriam ser controladas pelos setores populares, Moisés se concentra nas experiências de protesto urbano que surgiam em alguns bairros periféricos — distritos dormitórios — do Município de São Paulo em meados dos anos 50 e começo da década dos 60, enfatizando o caráter da prática política das classes populares urbanas, colocando questões pouco estudadas sobre as orga-

nizações de bairros, recuperando a sua dimensão histórica.<sup>7</sup>

A produção teórica em torno da questão dos movimentos sociais urbanos tem resultado essencialmente numa produção empírica, e as principais críticas a estes trabalhos referem-se ao seu espectro limitado.<sup>8</sup>

Grande parte da produção se baseia em estudos de caso centrados em diversas metrópoles brasileiras, notadamente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, onde existe sólida base empírica além de diversos movimentos urbanos, sendo importante ressaltar o crescimento, nos últimos anos, da produção em Minas Gerais, Nordeste e Região Sul do país,<sup>9</sup> sendo poucos os trabalhos que desenvolvem pesquisa de tipo comparativo.<sup>10</sup>

Alguns pesquisadores têm questionado a pertinência da utilização de um marco teórico baseado, principalmente, em trabalhos de autores cuja base analítica é o contexto do capitalismo avançado, na medida em que assentados sobre contradições que são universais no interior do sistema capitalista, existem diferenças históricas tolerantes na abordagem da problemática urbana em contextos sociais diferenciados.<sup>11</sup>

Diversos autores realizam uma transposição do instrumental sem as mediações necessárias. Assim, as contradições urbanas são vistas como um fator propulsor dos movimentos sociais, lançando as classes populares numa relação antagônica com o Estado. Esta noção é principalmente desenvolvida por Moisés (1982), e seguida pela maioria dos pesquisadores do tema, e apenas recentemente tem sido questionada.

Ocorre, então, que "conceitos são retirados de seu espaço teórico próprio e utilizados para objetivos distintos do original" (Machado da Silva, 1986), provocando um verdadeiro deslocamento conceitual.

Como apontam alguns autores, a noção de contradições urbanas, que resulta de características próprias da questão estatal no capitalismo monopolista, foi apropriada e utilizada na análise de movimentos reivindicatórios sem que tivesse havido uma reflexão mais específica em torno do caráter assumido pelo Estado no Brasil.<sup>12</sup> Entretanto, esta argumentação em torno da transposição acrítica do marco teórico requer, a nosso ver, uma avaliação mais precisa. Se a noção de contradições urbanas representa uma interpretação com forte

conteúdo economicista, o problema não está na sua transposição acrítica, mas nos pressupostos nos quais se baseia.

Ao falar de contradições urbanas estamos nos referindo ao pressuposto que parte de fatores objetivos que desencadeiam a emergência de lutas sociais, ignorando a existência de outras práticas. Entretanto, o que se verifica é que a existência das contradições urbanas não representa necessariamente a emergência de mobilizações populares. Assim, a relação entre carência/exclusão de benefícios urbanos com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecida de forma mecânica, mas permeada por mediações que nos permitam estabelecer elos entre a vivência/percepção e ação propriamente dita.

Por outro lado, embora devam ser marcadas as diferenças com o contexto dos países capitalistas avançados, não se pode desconsiderar o fato de que a maioria dos movimentos urbanos na América Latina, e especificamente no Brasil, traduzem uma luta pela redistribuição dos meios de consumo coletivo. Tendo como base social uma população proletária ou proletarizada, estes movimentos têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Em sua grande maioria, os movimentos sociais urbanos estão relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas. Portanto, a ênfase na questão da crise urbana pertinente aos países capitalistas avançados não é adequada para explicar a realidade latino-americana que se configura enquanto uma característica endêmica das metrópoles.<sup>13</sup>

#### *O Questionamento do Paradigma Centrado na Não-Institucionalização*

Da análise dos trabalhos, depreende-se que a maior parte dos mesmos tem relativizado o caráter específico das funções do Estado e suas transformações, enfatizando-se a dinâmica antagônica dos movimentos urbanos face ao Estado, cujo resultado é concebido "como a diluição de um pela interferência vitoriosa do outro" (Machado da Silva e Ribeiro, 1985). Como decorrência, as análises privilegiam o caráter autoritário e coercitivo do Estado, e a partir deste marco conceitual se estabelece uma relação quase que inevitável entre regime autoritário/modelo econômico excludente/

contradições urbanas/movimentos sociais urbanos.

Estes estudos, conforme já foi ressaltado tanto no Brasil como na América Latina, são fruto de uma conjuntura política bastante específica, na medida em que coincidem com o avanço do autoritarismo em diversos países, a saber: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Peru. Nesta conjuntura de repressão, as mobilizações coletivas localizadas e específicas, tradicionalmente consideradas irrelevantes, assumem dimensão e visibilidade consideradas como "práticas novas", tanto pelo seu formato organizacional como pelo seu potencial político.

A produção brasileira privilegia o aspecto "novo" destas manifestações, principalmente o caráter assumido pelas novas práticas de reivindicação, participação e auto-organização das classes populares, além dos estudos sobre associativismo popular, como uma das possíveis manifestações de movimentos coletivos.

A ênfase centra-se, então, numa denúncia do autoritarismo de Estado e no contexto político repressivo, onde os movimentos emergentes representam "novas alternativas" em relação a outros, que existiram no passado, determinando uma ruptura com os esquemas tradicionais, pautados pelo clientelismo (Jacobi e Nunes, 1982).

Nesta perspectiva, a maioria dos estudos se polariza em torno da contraposição movimento social X sistema institucional, onde o aparelho de Estado é caracterizado enquanto uma figura monolítica e relativamente opaca (Machado da Silva e Ribeiro, 1985).

Em torno desta questão têm surgido as principais críticas, destacando-se o questionamento do reducionismo aplicado nas análises. Renato Boschi discute o caráter destes movimentos a partir de uma crítica veemente ao paradigma teórico predominante. Segundo este:

"(...) a referida literatura ou dá como susposto ou simplesmente ignora a análise dos movimentos sociais precisamente naquilo em que os mesmos apresentam de problemático: os efeitos político-institucionais da ação coletiva". (Boschi, 1983: 5).

As análises centrando-se na ação do movimento e superdimensionando as suas práticas inovadoras, reduzem o escopo analítico. De acordo com o mesmo autor,

“Os nexos com o aparelho do Estado, a um tempo como gênese dos movimentos e como sua razão de ser no sentido de abertura de espaços de representação política, são sistematicamente descartados como um quadro dentro do qual a transformação política pudesse ser pensada teórica ou praticamente, ainda que a omissão do Estado na área de políticas públicas vitais seja unanimemente apontada nos estudos como alvo direto da atuação dos movimentos, isto é, o Estado visto como ‘condensador’ das contradições que favorecem a emergência do protesto ou da reivindicação, e ainda que o insatisfatório desenvolvimento conceitual neste particular seja apontado em vários trabalhos”. (Boschi, 1983: 6).

De acordo com Boschi, os trabalhos desenvolvidos deixam um vazio quanto aos nexos entre a progressiva democratização das relações sociais e a possível institucionalização de tais ações no plano político.

Os movimentos sociais urbanos são interpretados e valorizados na maioria dos trabalhos, porque representam a presença dos excluídos “por sua espontaneidade e seu senso de justiça que garantem, ao mesmo tempo, sua independência das elites e dos partidos e a justeza de suas demandas decididas entre iguais”. (Cardoso, 1983:224). A participação popular passa a ser valorizada com um fim em si mesmo, expressando a emergência de atores políticos novos com um estilo de participação alternativa aos padrões institucionais existentes, mas que, de fato, pouca influência exercem na mudança efetiva dos objetivos da política governamental. Assim:

“a década dos 70, vendo a crise do autoritarismo e a ascensão do movimento popular e das organizações políticas de oposição, vai ser o tempo do elogio da boa sorte. Privilegia-se mais o que o Estado cede do que efetivamente controla. Põe-se mais atenção nos movimentos da sociedade civil pela democracia do que em suas ações e inércias em sentido contrário. É num clima de euforia que a descrição do Estado nas análises dos movimentos populares será realizada: uma caracterização um pouco pobre, definido apenas como o inimigo autoritário ou a mira contra a qual se movia a sociedade civil”. (Cardoso, 1983:220).

Estes autores (Cardoso, 1983; Boschi, 1983) observam que as transformações do aparelho de Estado, sua modernização, centralização e hiperdesenvolvimento se nublam diante da visão do pesquisador que interpreta a realidade enquanto uma dinâmica unilateral, não percebendo tratar-se de processos apreensíveis enquanto relações. Configura-se, nesta ótica, a reflexão em torno do caráter “para dentro” dos movimentos, “orientado para descobrir o significado que os movimentos têm para seus participantes em termos de formação de uma identidade e uma cultura comuns”. (Machado da Silva, 1986).

Ao se enfatizar que o Estado é simultaneamente o alvo e o unificador dos movimentos sociais, os estados desconsideram que as ações reivindicatórias têm limites bastante definidos que, geralmente, se esgotam no próprio aparelho do Estado. Assim,

“(...) frequentemente pelo próprio desacerto de determinadas políticas governamentais, é comum a visão do Estado, não como legitimamente o provedor de bens de consumo coletivo — tendo sido ouvidos os interesses populares — mas como agente externo cuja atuação é em princípio detrimental às camadas populares”. (Boschi e Valladares, 1983: 71).

#### *As Bases Analíticas*

Os movimentos sociais urbanos têm sido frequentemente analisados em termos bastantes genéricos. Diversos trabalhos têm estudado o caráter das manifestações coletivas relacionando-os com a base social envolvida e com o processo de dominação e/ou mudança social (Gohn, 1984; Silva Telles, 1986; Scherer-Warren, 1987).

A base social do movimento tem sido considerada como um fator relevante, pelo fato de definir o caráter progressista ou reacionário do movimento, assim como influencia a dinâmica da sua relação com as autoridades, efetividade e características da sua organização. Entretanto, a delimitação da base social dos movimentos é uma questão muito mais complexa e controversa do que aparenta ser.

Enquanto no contexto dos países capitalistas avançados os movimentos sociais urbanos se configuram enquanto movimentos multidimensionais<sup>24</sup> que, na articulação



dos distintos níveis sociais caracterizam o movimento cidadão como agente de mudanças,<sup>15</sup> no contexto brasileiro poucos são os movimentos que mobilizaram ou mobilizam conjuntamente setores populares e setores médios, como foi o caso da Campanha pelas Eleições Diretas em 1984.

A maioria dos estudos confirma que a base social envolve fundamentalmente os setores populares — coletivo socialmente heterogêneo — e componentes da classe operária, aglutinados basicamente em torno de reivindicações vinculadas ao espaço de moradia e a reprodução da força de trabalho em torno das carências urbanas.<sup>16</sup>

Na sua grande maioria, os movimentos têm uma base urbana, levando em conta as diferenças e a heterogeneidade entre os mesmos, cuja grande novidade é a afirmação de formas específicas de participação que definem práticas sociais de atores sociais vinculados à problemática do bairro e da exclusão e segregação social, conferindo “estatuto teórico a movimentos que não encontram lugar nos referenciais tradicionais voltados para a análise da classe operária na fábrica — no sindicato — no partido” (Telles, 1987).

Diversos trabalhos têm analisado o tema do associativismo e da participação social, enfatizando o aspecto estrutural-organizativo das associações de favelas e de moradores, principalmente no Rio de Janeiro. Estes estudos têm apresentado informações que permitem avaliar o grau de representatividade nas associações de favelas e dos movimentos de moradores (Diniz, 1983; Valladares, 1976; Pechman, 1981; Oliveira, 1983; Machado da Silva, 1983). Os trabalhos analisam a questão da institucionalização das associações como canais permanentes de expressão das demandas populares, a possibilidade de se transformarem em canais alternativos a formatos institucionais vigentes e a representatividade das lideranças.

Deve-se ressaltar que estes estudos explicitam as diferenças entre as associações de moradores das classes populares, e aquelas de bairros de classe média, que apresentam inovações, procurando desenvolver novos padrões de interação social e desenvolvendo práticas mobilizadoras em torno da temática do meio ambiente e da qualidade de vida (Mainwaring e Viola, 1987; Boschi, 1986 e Pechman, 1983).

Entretanto, a análise dos movimentos sociais não se restringe apenas àqueles que

apresentam uma base nitidamente popular urbana, na medida em que os problemas decorrentes das transformações no modo de vida afetam não só a população mais pauperizada, mas também outros grupos sociais, gerando, por exemplo, o movimento ecologista (Viola, 1987), o movimento homossexual, o movimento negro, o movimento feminista (Blay, 1980). A heterogeneidade dos movimentos urbanos e sua constituição e articulação em torno de reivindicações coletivas diversificadas, que colocam em questão as concepções tradicionais, que relacionam os movimentos sociais às relações de classe, tem sido desenvolvida por diversos autores.

Trata-se de um enfoque que enfatiza o componente cultural, ressaltando a questão da criação de diversas identidades em torno da esfera do cotidiano, da qualidade de vida, além de conter uma forte ênfase nas práticas democráticas e participativas.<sup>17</sup>

Provavelmente, um dos fatores menos enfatizado refere-se à heterogeneidade dos movimentos populares urbanos e suas contradições internas, na medida em que isto coloca em xeque a noção dos movimentos como agentes de transformação. Refiro-me ao que Durham classifica como a dificuldade relacionada ao

“(...) fato desses movimentos não se enquadrarem nas expectativas que os estudiosos e militantes políticos haviam construído sobre a forma pela qual deveria ocorrer a transformação política da sociedade brasileira e sobre os instrumentos adequados para essa transformação”. (Durham, 1984:24).

Muitos destes movimentos na sua diversidade e heterogeneidade são considerados como “novos movimentos sociais” em termos da formação de uma identidade sócio-cultural, configurando a formação de uma nova política.<sup>18</sup>

Neste sentido, estas abordagens quebram as concepções dominantes em torno da emergência dos movimentos em relação direta com o nível de pauperização e precariedade das condições de vida nas metrópoles latino-americanas (Nunes, 1986).

Sob a noção de construção de uma nova cultura política de base ou da internacionalização de uma cultura crítica, diversos autores analisam as formas pelas quais estes novos movimentos configuram um rompimento com os esquemas populistas

do passado, criando formas comunitárias de participação direta das bases, como é o caso das Comunidades Eclesiais de Base e de diversos movimentos de bairro (Doimo, 1986; Krischke, 1986; Telles, 1986; Mainwaring, 1986).

As transformações pelas quais passa a Igreja representam objeto de pesquisa dos mais relevantes, destacando-se os aspectos relacionados com a complexidade e heterogeneidade da situação política e religiosa das classes populares urbanas através do enraizamento das comunidades de base no cotidiano popular, construindo espaços de articulação de diversos movimentos sociais nos períodos de maior repressão política, não só em São Paulo, mas no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Ceará, principalmente.

A maioria dos trabalhos mostra como a Igreja não só representa um espaço fundamental neste contexto, mas se torna parte do espaço social de organização popular sendo frequentemente o próprio suporte institucional do movimento. A cultura política então construída a partir deste suporte, representa um rompimento com as práticas dominantes, rejeitando as relações elitistas e hierarquizadas, valorizando a solidariedade na busca da formação de uma consciência coletiva. (Mainwaring e Viola, 1987; Krischke, 1986).

Nestas abordagens a experiência de igualdade emerge não só das práticas mas, principalmente, da percepção de carências e de direitos dos excluídos, que compõem uma coletividade de iguais, onde se valoriza a participação de todos e o reconhecimento de cada um como parte componente de um coletivo. A experiência de igualdade dos integrantes destes movimentos se realiza pela coletivização das experiências individuais e das suas representações.<sup>19</sup>

Frequentemente as análises têm minimizado o papel dos agentes externos que, orientados por motivações basicamente ideológicas, têm exercido influência significativa sobre a dinâmica dos movimentos. Em contraposição, existe uma tendência à sobrevalorização do caráter espontâneo da mobilização, que procura não subordinar seus fins aos das organizações políticas e torna muito difícil a institucionalização das relações com o Estado, comprometendo os próprios objetivos. Neste sentido, coloca-se a discussão em torno do caráter autônomo dos movimentos, colocando a questão da tensão permanente em torno da sua institucionalização e o seu papel na transformação das estruturas de dominação. São

poucos os trabalhos que estabelecem os limites entre estes atores sociais diferenciados e explicitam o papel destes enquanto assessores ou mediadores externos que contribuem qualitativamente para a consolidação das práticas de diversos movimentos sociais, embora frequentemente marcadas por contradições decorrentes de atividades vanguardistas dos mesmos (Jacobi, 1985; Santos, 1981; Scherer-Warren, 1986).

As interpretações que outorgam aos movimentos um papel transformador na estrutura societal mais abrangente, imprimindo uma visão "etapista" do papel dos movimentos sociais urbanos (Gohn, 1985), têm sido crescentemente questionadas na medida em que os fatos objetivos são indicativos de que as demandas dos movimentos não se voltam para a mudança radical do sistema social, mas se explicitam, basicamente, na defesa dos direitos mínimos da cidadania (Boschi e Valladares, 1983; Cardoso, 1983; Durham, 1984).

Os trabalhos dos autores brasileiros, ou superestimam a capacidade dos movimentos (ou "novos movimentos na formulação de contracriações culturais capazes de potencializar a criação de uma nova sociedade"), ou subestimam o seu potencial e ressaltam seus limites e seu precário raio de ação política.

Isto nos remete ao tema das contradições internas dos movimentos, por sinal pouco tratado nos estudos. Uma visão bastante homogênea predomina nas análises, sendo poucos os autores (Santos, 1981; Boschi, 1983; Jacobi, 1985), que analisam a diversidade nas formas de relacionamento entre as agências do Estado e os movimentos, assim como dos conflitos internos aos movimentos e do modo como se combinam práticas diversas, frequentemente escamoteados pela ênfase dos analistas na valorização da comunidade de interesse e nas práticas democráticas de base e numa certa homogeneização das mobilizações populares. Este fato tem limitado o escopo analítico, dificultando a análise das diferenças e das diferentes formas de mobilização.

O que se verifica na análise da maioria dos estudos existentes é que a emergência das reivindicações está indiscutivelmente associada à agudização de carências urbanas e de exclusão, como é o caso dos movimentos de saúde, por creches, movimentos de transporte, movimentos de habitação e luta pela terra, movimentos por água, entre tantos. A agudização momentânea da

carência ou a latência da situação de exclusão, que tem como reflexo uma fragilização sistemática das condições de vida num determinado momento, e para determinados atores sociais, não ocorrendo uma relação linear sistemática da carência e a emergência das demandas (Nunes, 1986). A passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito que é construído de forma heterogênea pelos diferentes movimentos e através do envolvimento de diferentes agentes externos no complexo processo do qual resultam muitas ações coletivas.<sup>20</sup>

Uma das questões que tem despertado mais polêmica se refere ao papel do Estado na sua relação com os movimentos sociais.

Poucos têm sido os trabalhos que se concentram na análise do funcionamento e das respostas do Estado, sendo que na sua maioria a atenção dos cientistas sociais permaneceu numa interpretação em torno do sentimento oposicionista dos movimentos sociais, obscurecendo as mudanças qualitativas ocorridas no interior das burocracias públicas e seus reflexos no processo de interação com as crescentes demandas sociais.<sup>21</sup>

Verifica-se que, embora nem sempre identificado como alvo direto da mobilização coletiva, o Estado tem frequentemente funcionado como propulsor dos movimentos sociais, principalmente em decorrência da sua inoperância ou omissão na área de fornecimento de serviços coletivos (Jacobi e Nunes, 1981). Assim, "a existência de planos públicos com fins sociais faz com que os Estados contemporâneos, por mais antipopulares que possam ser (e frequentemente são) implementem políticas sociais globais que criam expectativas de demanda". (Cardoso, 1983:229). Por outro lado, também pode funcionar como fator de retração dos movimentos. Entretanto, não pode ser desconsiderado o fator negociação na relação entre movimentos e Estado (Boschi e Valladares, 1983). Portanto, vemos que "(...) apesar do funcionamento tradicionalmente autoritário do Estado brasileiro, a implementação das políticas sociais, atualmente, obriga a algum tipo de inter-relação com a população."

Em contraposição às interpretações que vêem o movimento em constante tensão face a sua institucionalização, diversos pesquisadores passam a perceber as mudanças

na relação entre os movimentos e o aparelho de Estado, onde os dois pólos se transformam no processo, definida pela concomitância entre as demandas populares e a priorização de certas políticas sociais em contextos específicos.<sup>22</sup>

Outra questão que se destaca nos estudos sobre movimentos sociais urbanos está relacionada com a pertinência dos argumentos em torno da democratização do Estado face à pressão exercida pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, colocam-se em questão dois aspectos: o impacto institucional dos movimentos e a democratização das relações sociais. Diversos estudos destacam o fato dos movimentos estarem desafiando as práticas políticas tradicionais, propondo novas alternativas (Evers, 1984; Scherer-Warren, 1987). Se, de fato, isto ocorre, principalmente a partir do momento em que os movimentos sociais urbanos chamam a atenção para temas tais como a participação popular, as demandas sociais e a identidade popular, o seu impacto institucional e o seu potencial transformador dependem "(...) não (...) apenas [de] um reconhecimento de sua legitimidade (...), mas de uma avaliação dessa legitimidade, que é medida por sua capacidade de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo". (Durham, 1984:29).

Uma análise dos diferentes movimentos estudados por pesquisadores brasileiros não evidencia o papel democratizador da mobilização e participação popular, colocando em xeque o autoritarismo do Estado, mas mostra um Estado cada vez mais apto a absorver a maioria das demandas populares. (Jacobi e Nunes, 1983; Boschi, 1983).

Neste sentido, destacamos três aspectos que consideramos cruciais para tratar da questão, a saber: a relação entre os movimentos e a estrutura partidária, o papel dos agentes externos e a formação de identidades culturais e políticas. Isto corresponde, em parte, a responder à indagação quanto a orientação política dos movimentos sociais urbanos.

Os movimentos, na sua grande maioria, se declaram apartidários, configurando uma ambigüidade em torno da sua orientação política. De fato, poucos movimentos podem ser considerados como tendo conexões partidárias definidas, tornando manifestas as dificuldades e limites da sua articulação com partidos políticos.

Poucas análises se referem ao seu enquadramento institucional, sendo que na maioria dos trabalhos transparece uma noção de que o movimento associativo urbano dos anos 70 e 80 se constitui não só como um movimento de oposição ao regime, mas como um espaço institucional alternativo tanto de acesso ao Estado quanto de construção de um ideário de princípios democráticos (Jacobi e Nunes 1982; Moisés, 1982; Gohn, 1985; Doimo, 1984; Singer e Brandt, 1980; Barreira, 1985; Silva Telles, 1986; Krischke e Vasconcellos, 1984).

Os trabalhos de Boschi e Cardoso apresentam uma ruptura com o paradigma (Boschi, 1983, 1984; Cardoso, 1983, 1984, 1987), sendo que seus argumentos rompem com as concepções polarizadas, a partir da interpretação de diversos trabalhos desenvolvidos por autores brasileiros, numa preocupação em chamar a atenção para a relevância de se perceber o processo de negociação com o Estado que estava se ampliando (Jacobi e Nunes, 1983).

A emergência de inúmeros movimentos sociais no Brasil está particularmente vinculada à ação que a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, as diferentes forças da esquerda e os partidos políticos têm desenvolvido nos últimos anos (Doimo, 1986; Vink, 1985; Krischke, 1986).

Neste sentido, se analisarmos o contexto das transformações ocorridas no plano das lutas populares nas duas últimas décadas, podemos verificar a ênfase na constituição de um coletivo social a partir do crescimento da consciência crítica entre os setores populares, em torno das características das práticas tradicionais e da sua influência na própria ação dos partidos políticos.

A partir de 1982, a perspectiva apartidária dos movimentos sociais começa a se dissipar, crescendo o número de lideranças populares que vêm nos partidos políticos (com todas as suas deficiências) um espaço para ampliar a sua participação, assim como para obter uma resposta maior de parte do Estado. Assim, apesar do fato da maioria dos participantes dos movimentos não darem maior importância aos partidos políticos, diversos movimentos influenciam, mesmo que numa escala reduzida, as práticas dos partidos, principalmente do Partido dos Trabalhadores — PT. Com uma concepção de cultura política muito pró-

xima à de diversos movimentos sociais, este partido tem em São Paulo sua base mais forte, contando com a sustentação de militantes vinculados particularmente às CEBs (Mainwaring e Viola, 1984). Por outro lado, a relação entre movimento associativo e o processo de abertura política, com a ascensão da oposição ao poder em diversos estados, tem representado uma desmobilização de muitos movimentos, provavelmente em virtude de uma superposição de interesses ou, mais especificamente, um fortalecimento da posição institucional e a emergência de manifestações coletivas de caráter mais tópic, sob o signo da ação direta (Jacobi e Nunes, 1983).

Os movimentos passam a enfrentar dilemas durante o processo de liberalização política, na medida em que se define uma linha divisória em torno da ação e do apoio dos movimentos face aos partidos. Com a reemergência da atividade político-partidária, os movimentos enfrentam a questão da autonomia em relação aos partidos. Se a opção se dá por uma autonomia maior, emerge a questão da eficiência política; se se decide pela participação ativa num determinado partido, surge o risco destes movimentos serem cooptados ou esvaziados. Isto, segundo Mainwaring e Viola, dá origem a uma situação paradoxal onde os movimentos configuram valores democráticos, porém emergem num contexto autoritário que continua a definir a sua relação com a política (Mainwaring e Viola, 1984).

Ao ampliar sua visibilidade, os movimentos sociais urbanos colocam em jogo a questão da cidadania e dos direitos sociais.<sup>22</sup> A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania (Durham, 1984; Nunes, 1986).

Diversos autores argumentam que, provavelmente um dos aspectos mais relevantes dos movimentos populares urbanos tem sido o de cristalizar o significado da cidadania, não somente em termos das conquistas materiais mas, principalmente, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que lhes é imposta, não só pelo regime político autoritário dominante, mas pela situação de subalternidade de seus agentes (Evers, 1984; Mainwaring e Viola, 1987; Telles, 1987; Krischke, 1987).

## Conclusões

Observa-se, portanto, que existe uma uniformidade do contexto analítico, no qual são desenvolvidos os estudos sobre movimentos sociais, tendo como tema central a demanda por direitos sociais, a construção de um sistema de igualdade e a consolidação de uma cidadania popular. As análises pautadas por uma perspectiva enfatizando uma dinâmica, a nosso ver, excessivamente versada sobre a polarização das relações Estado/Movimentos Sociais, dá origem a formulações que falam na "emergência de contra-criações populares" (Evers, 1984). Se bem não desconsideramos em absoluto o significado que estas análises têm, do ponto de vista da construção de uma compreensão distinta da baseada no seu impacto sócio-cultural (Scherer-Warren, 1984), acreditamos que estes autores tendem a superestimar a ruptura que estes movimentos possam ter gerado, principalmente influenciados por aqueles que analisam a emergência de novos movimentos nos países capitalistas avançados.

Entretanto, observamos que estas análises polarizadas e antinômicas, que refletem de fato uma incapacidade de captar as transformações do Estado, definindo-o apenas como "inimigo autoritário ou a mira contra a qual se move a sociedade civil", vem cedendo crescente espaço às análises centradas em torno do aspecto político-institucional dos movimentos. Observa-se, portanto, uma mudança de rumo no paradigma dominante na produção teórica que "privilegiava a rebeldia das massas contra o autoritarismo" (que é real) (Cardoso, 1983:220). Verifica-se também que, apesar da sua retórica anti-estatal, a maioria dos movimentos demanda algum tipo de intervenção do Estado na solução dos seus problemas, apesar destes atores dialogarem direta e asperamente com os órgãos públicos (Jacobi e Nunes, 1983; Gohn, 1985; Gustin, 1984; Santos, 1981).

Nos últimos anos diversos trabalhos têm analisado o caráter da relação entre práticas sociais e a crise. O Brasil da década de 80 e, mais especificamente, as grandes metrópoles têm sofrido intensamente os efeitos da recessão e do desemprego, gerando uma completa rede de relações e demandas sociais.

Os setores mais atingidos pela pauperização e pelo desemprego se manifestam contra o cotidiano opressivo e miserável no qual são atirados pela política recessiva, explicitando suas ações através de

estratégias diversificadas de ação direta como é o caso dos quebra-quebras de trens e ônibus, invasões coletivas de terras, saques em estabelecimentos comerciais e supermercados, fenômenos que são analisados em diversos estudos (Jacobi, 1982; Valladares, 1983; Barreira, 1983; Jacobi e Nunes, 1984; Jacobi, 1982; Sader, 1983; Jacobi e Nunes, 1983; Nunes, 1982; Silva, 1983). Em todos os trabalhos os autores enfatizam que a emergência destas manifestações ocorre em virtude do acirramento da crise econômica e do desemprego e do enfraquecimento ou da ausência de canais institucionais pelos quais as classes populares expressam suas aspirações.

Deve destacar-se que a temática da explosão social e das ações urbanas espontâneas têm sido objeto de diversos estudos fora dos períodos de crise. Referimo-nos mais precisamente às análises sobre quebra-quebras de trens (Moisés e Martinez-Allier, 1982; Nunes, 1982). Nestes trabalhos os autores analisam a dinâmica das revoltas das massas urbanas face à deterioração dos serviços públicos e enfatizam o antagonismo entre as massas e o Estado.

À guisa de conclusão pode-se afirmar que a produção brasileira em torno da questão dos movimentos sociais urbanos, nas suas diversas abordagens configuram um significativo acervo de experiências e interpretações.

As interpretações que enfatizam o virtuosismo e o inequívoco potencial transformador dos movimentos sociais num todo homogêneo vem cedendo lugar às abordagens que não desqualificam os aspectos relativos à constituição de novos atores e chamam a atenção para as transformações decorrentes da reordenação institucional nos processos de redemocratização. As abordagens mais recentes ao questionar o paradigma centrado na polarização, destacam a diversidade dos movimentos, o papel dos apoios externos e os diferentes modos de atuar, trazendo à tona os limites e potencialidades face a conjunturas políticas específicas enfrentando a tensão entre a inovação e a institucionalização.

Ficam, portanto, explícitas as diversidades, configurando que, se por um lado, os movimentos redescobrem novas formas de ação e participação, o Estado também amplia seu espaço e modifica sua dinâmica de interação, temas que estão permanentemente explicitados na produção em torno dos movimentos sociais urbanos no Brasil.

(Recebido para publicação em julho de 1987).

## Notas

1. Destacam-se os seguintes trabalhos: L. Kowarick, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Francisco Oliveira, "Crítica à Razão Dualista", *Estudos Cebrap*, 2. 1972; Paul Singer, *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1973.
2. Castells elabora uma revisão crítica da sociologia urbana, virando pelo avesso uma disciplina que se havia empenhado na busca de associações entre comportamento social e meio ambiente, e que orientava explícita e implicitamente, para os mecanismos de integração social frente a crescente ameaça que apresentavam as tensões sociais próprias do meio urbano. Machado e Ziccardi (1979:8).
3. Dentre os trabalhos os mais representativos cita-se: J. Borja, *Movimientos Sociales Urbanos*, Buenos Aires, Ed. SIAP, 1975; M. Castells, *Movimientos Sociales Urbanos*, Madrid, Ed. Siglo XXI, 1974; *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; M. Castells, e outros, *Crise du Logement et Mouvements Sociaux Urbains*, Paris, Ed. Mouton, 1978; J. Lojkine, *Le marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977; C. G. Pickvange, "On the study of urban social movements", *Papers de la Revista de Sociologia*, n. 3, Madrid, Barral Editora, 1974.
4. "Assim, pois, os meios de consumo coletivos, elementos básicos da estrutura urbana, são cada vez mais uma exigência imperiosa da acumulação do capital, do processo de produção, do processo de consumo e das reivindicações sociais na medida em que se desenvolve o capitalismo monopolista. Mas, ao mesmo tempo, aquilo que é exigido pelo sistema em conjunto, mal pode ser atendido por algum capital privado. E é essa contradição estrutural que provoca a crise urbana: os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzidos pelo capital, com vistas a obtenção de lucro" (Castells, 1980:22-23).
5. Vide os seguintes trabalhos de Manuel Castells: *Crisis Urbana y Cambio Social*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1981; *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; *The City & The Grassroots*, Berkeley, California University Press, 1983.
6. Cardoso afirma: "É preciso não esquecer, entretanto, que estes autores que colocavam em evidência as chamadas 'novas contradições urbanas' tinham como pano de fundo as manifestações que sacudiram as sociedades durante a década dos 60. Os negros, as mulheres, os estudantes em maio de 68 e as comunidades 'hippies' ou os objetores de consciência eram setores que se autodefiniam como marginais à sociedade industrial e propunham um novo modo de vida". (Cardoso, 1983:216-217).
7. J. A. Moisés, *Movimentos Sociais Urbanos: o caso de São Paulo*, III Encontro da ANPOCS, Belo Horizonte, 1979; *Classes Populares e Protesto Urbano*, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1978.
8. Para uma revisão dos trabalhos nas diferentes óticas, ver: Boschi (1983), Jacobi e Nunes (1983), Machado da Silva e Ribeiro (1985).
9. No Nordeste destacam-se os trabalhos de Irllys Barreira, Elimar Nascimento, Silvio Maranhão, Maria do Céu César. Na Região Sul, Ilse Scherer-Warren, Paulo Krischke, Rosemary Ferreti, Maria Thereza Ribeiro, Eduardo Viola. Em Minas Gerais, Marisa Afonso, Mercês Somarriba e no Espírito Santo, Ana Doimo.
10. Dentre estes, destaca-se o trabalho de Boschi e Valladares (1983), que permite transcender a explicação singular de cada experiência, e o texto de Valladares (1982) sobre as lutas pela terra no Brasil.
11. Para uma reflexão em torno desta questão ver: Machado da Silva e Ziccardi (1980); Boschi, R. (1983); Machado da Silva e Ribeiro, (1985); Magalhães, P. (1983); Cardoso, R. (1983).

12. "A primeira pergunta que nos surge liga-se à variedade de reivindicações possíveis e que apresentem as diferentes formações sociais capitalistas em suas mais variadas formas. Tais reivindicações não respondem apenas às leis gerais de acumulação de capital, mas também a formas de distribuição da riqueza, as peculiaridades dos processos histórico-sociais, e até ao reconhecimento social que adquire uma determinada reivindicação no interior de um dado contexto em um momento da sua história. Em outras palavras, existe na realidade um problema de distâncias históricas que nos leva a duvidar, em primeiro lugar da validade de pensar na possibilidade de agrupar experiências, sem qualificações cuidadosas, em função de um único critério: reivindicação de bens de consumo coletivo". (Machado da Silva e Ziccardi, 1979:9).
13. Kowarick afirma com relação ao tema da crise urbana: "(...) é preciso dizer que não se trata apenas de problemas urbanos antigos que se agravaram com o crescimento das cidades. O caráter das contradições da atualidade das metrópoles brasileiras, por outro lado, não decorre tão somente dos imperativos da economia monopólica que exigem do Estado — como já apontado — vultuosos recursos para se expandir de forma crescentemente ampliada — 'os efeitos úteis de aglomeração' — o que se dá em prejuízo das necessidades de consumo coletivo das populações trabalhadoras". (1983:12). Mais adiante, Kowarick afirma não ser "possível deduzir as lutas sociais das determinações macro-estruturais, posto que não há ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetados". (1983:13).
14. "São movimentos 'interclassistas', isto é, cujos objetivos dizem respeito e mobilizam o conjunto da população, embora os operários sejam os mais afetados. Encontram-se neles operários, empregadas, técnicos, profissionais, funcionários, pequenos e médios comerciantes e industriais. Representativos de amplos setores da população, são a escola de luta, de organização e de consciência de grupos sociais tradicionalmente afastados da esquerda e que, hoje em dia, em grande parte, através desses 'movimentos' descobrem o horizonte político das reivindicações referentes às condições gerais da vida." (Castells, 1980:32-33).
15. Castells, ao se referir à experiência madrilenha, mostra as dificuldades inerentes à consecução de uma prática interclassista como resultado de características e interesses muito específicos dos bairros de classe média. Assim, "o interclassismo das associações de vizinhos madrilenhos sob o franquismo foi bastante limitado, e, evidentemente, muito inferior, por exemplo, ao do movimento de vizinhos de Barcelona. Isso se deve, por um lado, a ausência quase total de tradições democráticas na burguesia madrilenha e a existência de uma série de camadas burocráticas diretamente interessadas em sua privilegiada inserção dentro dos mecanismos de um Estado autoritário e centralista; por outro lado, o obreirismo de alguns setores dirigentes do movimento cidadão madrilenho, que, como veremos, menosprezam a capacidade de mobilização de bairros de classe média a partir de seus interesses específicos". (Castells, 1980:154).
16. Boschi e Valladares, 1983 e Jacobi, 1980.
17. Ver entre outros: Jacobi e Nunes, 1981; Gohn, 1985; Doimo, 1984; Scherer-Warren, 1984; Telles, 1987; Krischke, 1984; Mainwaring e Viola, 1987.
18. "Os novos movimentos sociais estão orientados para aspectos efetivos, relações expressivas, orientação de grupo e organização horizontal. Os velhos movimentos sociais estão orientados para obter objetivos materiais, relações instrumentais; uma orientação contra o Estado e uma organização vertical". (Mainwaring e Viola, 1984:19-20).
19. Dentre os trabalhos destaca-se: Krischke e Vasconcellos, 1984; Telles, 1986; Jacobi, 1985; Telles, 1984; Jacobi e Nunes, 1982; Durham, 1984; Vink, 1985.
20. Sobre o papel dos agentes externos ver: Scherer-Warren, 1986; Jacobi, 1985; Mainwaring e Viola, 1987; Doimo, Poxsey e Beling Neto, 1986; Santos, 1981.
21. Segundo Boschi "(...) as análises deixam a impressão de se estar diante de uma sociedade altamente mobilizada em suas bases urbanas" (1983:6). Poucos estudos tratam da questão dos movimentos em seu aspecto político institucional, e quanto à consecução da cidadania. Se vão muito longe, a maioria dos trabalhos consegue, no máximo.

identificar diferenças nas manifestações coletivas de acordo com as bases sociais dos movimentos ou sem função do seu grau de organização. Assim, a questão central do relacionamento dos movimentos com o Estado, é apresentada mecânica ou superficialmente.

22. No caso de São Paulo pode-se citar o caso das políticas de saúde e saneamento no período de 1957-1982, a política de expansão da rede de creches entre 1979 e 1982 e os programas de legalização de loteamentos entre 1976 e 1981. "A cidadania é o fundamento mais congruente do Estado, tal como aparece na superfície da sociedade capitalista. O é por ser a modalidade mais abstrata de mediação entre o Estado e a sociedade. Mas, por isso mesmo, a cidadania não pode ser referencial do Estado. O que fazem e deixam de fazer as instituições estatais deve referir-se a algum interesse geral (que tem seu substrato real em ser o Estado um interessante mais geral que o dos sujeitos aos quais contribui a vincular como aspecto de sua relação). Este interesse não pode ser imputado à entidade abstrata do cidadão — com a exceção limite de continuar a sê-lo. Em outras palavras, se a condição totalmente desencarnada da cidadania é o que lhe permite ser o fundamento igualitário do Estado é também, por outro lado, o que impede imputar-lhe um interesse geral, ao nível concreto do que fazem ou deixam de fazer as instituições estatais". (O'Donnel, 1981:75).

23. As análises se concentram nas manifestações contra a destrutibilidade social do capitalismo, que contém uma denúncia da crise dos valores industriais e das novas formas de dominação tecnológica, provocando a emergência de contra-criações da sociedade (Sader, 1983).

#### Bibliografia

- Affonso, Mariza; Somarriba, Maria e Valadares, Maria. G.  
1984. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*, Petrópolis, Vozes.
- Barreira, Irllys A. Firmo.  
1982. Movimentos Urbanos e Contexto Sócio-Político em Fortaleza. *Espaço & Debates*, ano 2, n. 6, jun/set.  
1983. *Os Movimentos dos Desempregados nas Ruas: Uma Prática Fora do Tempo e Lugar?* VII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.  
1984. *Igreja e Partidos Políticos nos Movimentos Sociais Urbanos*, VIII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
- Blay, Eva Alterman.  
1980. *Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches*. IV Encontro ANPOCS, Rio de Janeiro.
- Boschi, Renato.  
1982. "Associativismo Urbano e Democratização: algumas Reflexões Teóricas". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 12/13, ns. 1/2.  
1983. *Movimentos Sociais e Institucionalização de uma Ordem*. Nova Friburgo, julho.  
1984. "On social Movements and Democratization: theoretical Issues". *Stanford/Berkeley Occasional Papers in Latin American Studies*, n.º 9, Stanford Berkeley Joint Center for Latin American Studies, Stanford, Spring.
- Boschi, Renato e Valladares, Licia.  
1983. "Movimentos de Camadas Populares Urbanas: Análise Comparativa de Seis Casos". *Debates Urbanos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, vol. 5.  
1983. "Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais; Comunidade, Ação Coletiva e o Papel do Estado". *Espaço & Debates*, São Paulo, Cortez Editora, ano 3, n.º 8, jan./abr.



- Brant, Vinicius Caldeira.  
1980. "Da Resistência aos Movimentos Sociais". In Singer, P. & Brant, V. C. (orgs.), *São Paulo: o Povo em Movimento*, Petrópolis, Vozes.
- Camargo, C. P. F. *et alli*.  
1980. "Comunidades Eclesiais de Base". In Singer, P. & Brant, V. C. (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento*, Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Ruth.  
1983. "Movimentos Sociais Urbanos: um Balanço Crítico". In Almeida, M. H. & Sorj, B. (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.  
1985. "Formas de Participação Popular no Brasil Contemporâneo". *Revista da Fundação SEADE*, vol. 1, n.º 3, set./dez.  
1987. "Movimentos Sociais na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3.
- Cezar, Maria do Céu.  
1985. "As Organizações Populares do Recife: Trajetória e Articulação Política (1955/1964)". In Vários. *Rural Urbano, Movimentos Sociais: Para Além de uma Dicotomia Rural Urbana*, Recife, Líder.
- Diniz, Eli.  
1983. "Favela: Associativismo e Participação Social". In Boschi, R. R. (org.), *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Debates Urbanos*. n.º 5, Rio de Janeiro, Zahar.
- Doimo, Ana Maria.  
1984. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular: Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*. Petrópolis, Vozes.  
1986. "Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade". In Krischke, P. & Mainwaring, S. (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L & PM/Cedec.
- Durham, Eunice Ribeiro.  
1984. "A Construção da Cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 10.
- Evers, Tilman.  
1984. "Identidade, a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". *Novos Estudos Cebrap*. vol. 2, n.º 4.
- Ferreira dos Santos, Carlos Nelson.  
1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.  
1981. "Três Movimentos Sociais no Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, ISER.
- Ferretti, Rosemary B.  
1984. "Uma Casa nas Costas: Análise do Movimento Social Urbano em Porto Alegre, 1975-1982", Tese de Mestrado, UFRGS.
- Gohn, Maria da Glória.  
1980. "A Questão dos Movimentos Sociais Urbanos". *Cadernos CERU*, n.º 13.  
1985. *A Força da Periferia: Luta das Mulheres por Creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes.
- Jacobi, Pedro.  
1980. "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil". *BIB*, n.º 9.  
1982. "Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia". *Espaço & Debates*, ano 2, n.º 7, out./dez.  
1982. "Os Pobres da Cidade e a Luta pela Terra — o Contexto de Três Metrópoles Brasileiras". VI Encontro ANPOCS, Friburgo.  
1983. "Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e Controle vs. Cooptação e Clientelismo". *Debates Urbanos* n.º 5, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1985. "Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo, 1974-1984", Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Jacobi, Pedro e Nunes, Edison.
1981. "Movimentos por Melhores Condições de Saúde: Zona Leste de São Paulo — a Secretaria de Saúde e o Povo." V Encontro ANPOCS, Friburgo.
1982. "Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista de Democracia". In Vários Autores, *Cidade, Povo e Poder*, n.º 5. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.
1983. "Movimentos Sociais Urbanos na Década de 80: Mudanças na Teoria e na Prática". *Espaço & Debates*, ano 3, n.º 10.
1984. "Crise, Desemprego e Protesto Social na Cidade de São Paulo". *Anais do IV Congresso Brasileiro de Geógrafos*, vol. 1, Livro 2.
- Kowarick, Lúcio.
1980. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1983. "Lutas Urbanas e Movimentos Populares, Alguns Pontos para Reflexão". *Espaço & Debates*, n.º 8.
1984. "Os Caminhos do Encontro: as Lutas Sociais em São Paulo na Década de 70". *Presença*, n.º 2.
1987. "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma Análise da Literatura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3.
- Krischke, Paulo J.
1984. "Os Loteamentos Clandestinos e os Dilemas e Alternativas Democráticas dos Movimentos de Bairro". In Krischke, P. J. (org.), *Terra de Habitação Terra de Espoliação*. São Paulo, Cortez.
1986. "As CEBs na 'Abertura': Mediações entre a Reforma da Igreja e as Transformações da Sociedade". In Krischke, P. J. & Mainwaring, S., *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*, Porto Alegre, L & PM/CEDEC.
1987. "Movimentos Sociais e Transição Política: Contribuições da Democracia de Base". In Krischke, P & Scherer Warren, Ilse (org.), *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo, Brasiliense.
- Machado da Silva, Luiz A.
1983. "Associações de Moradores: Mapeamento Preliminar do Debate". VII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
1985. "A Respeito de Movimentos Sociais: Rápida Incursão sobre Problemas Teóricos na Produção Brasileira". *Movimentos Sociais: para Além da Dicotomia Rural-Urbano*, Recife, CEPJC.
1986. *Para Repensar o Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos*, X Encontro da ANPOCS, Campos do Jordão.
- Machado da Silva, L. A. & Zicardi, Alicia.
1980. "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos". *Cadernos CERU*, n.º 13, set.
- Machado da Silva, L. A. & Ribeiro, Ana Clara T.
1980. "Paradigma e Movimento Social: Por Onde Vão Nossas Idéias". *Ciências Sociais Hoje*.
- Magalhães, Paulo.
1983. *Movimentos Sociais Urbanos. Um Balanço Crítico da Literatura*, IUPERJ, mimeo.
- Mainwaring, Scott.
1986. "A Igreja e o Movimento Popular: Nova Iguaçu, 1974-1985". In Krischke, P. & Mainwaring, S. (org.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L & PM/CEDEC.
- Mainwaring, Scott & Viola, Eduardo.
1987. "Novos Movimentos Sociais: Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina". In *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense.

- Maranhão, Silvio.  
1980. "Os Movimentos Sociais Urbanos Recentes: o Caso de Pernambuco". *Cadernos CERU*, n.º 13.
- Moisés, José Alvaro.  
1978. "Movimentos de Mobilização Popular na Grande São Paulo". *Contraponto*, n.º 3.  
1979. "Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais". *Revista de Cultura e Política*.  
1982. "Protesto Urbano e Política: o Quebra-Quebra de 1947". In Vários autores, *Cidade; Povo e Poder*, n.º 5. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.
- Moisés, José Alvaro & Martinez-Allier, Verena.  
1977. "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão, o Trem Atrasou". *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, n.º 1, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra.
- Nascimento, Elimar P.  
1985. "Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Menos que um Balanço Crítico, Mais que uma Resenha". In Vários Autores, *Movimentos Sociais: Para Além da Dicotomia Rural Urbana*. Recife, Líder.
- Nunes, Edison.  
1982. "Inventário de Quebra-Quebras nos Trens e Ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981". In Vários Autores, *Cidade, Povo e Poder*, n.º 5, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra.  
1986. "Carências Urbanas e Reivindicações Populares — Notas". *Ciências Sociais*.
- Oliveira, Sonia M. C. de  
1983. "A AMME — Associação de Moradores do Méier — um Novo Padrão de Relação Comunidade/Estado". VII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
- Oliveira, Sonia.  
1984. "O Movimento Associativo e o Debate Sobre a Representação de Interesses: Principais Interpretações". VIII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
- Pechman, Sergio.  
1981. "Algumas Reflexões sobre as Associações de Moradores de Classe Média e Alta no Rio de Janeiro e sua História". V Encontro ANPOCS, Friburgo.
- Ribeiro, Ana Clara T.  
1981. "Movimentos Sociais Urbanos — Registros Brasileiros". V Encontro ANPOCS, Friburgo.
- Ribeiro, Maria T.  
1985. *Movimentos Sociais Urbanos em Porto Alegre*. Tese de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre.
- Sader, Eder.  
1983. "O Protesto sem Juízo: os Saques de Abril". *Desvios*, n.º 2.
- Santos, Carlos N.  
1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Scherer-Warren, Ilse.  
1986. "Os Novos Movimentos Sociais, a Construção da Democracia e o Papel dos Mediadores". X Encontro da ANPOCS, Campos do Jordão.  
1987. "O Caráter dos Novos Movimentos Sociais". In *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense.
- Silva, Ana Amélia.  
1983. "Quebra-quebras de Trens de Subúrbio: Dimensão Política da Opressão". *Espaço & Debates*, ano 3, n.º 10.

Telles, Vera.

1986. "Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas". In Krischke, P. & Mainwaring, S. (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L & PM/Cedec.

1987. "Movimentos Sociais: Reflexão sobre a Experiência dos Anos 70". In *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense.

Valladares, Licia do P.

1976. "Favela, Política e Conjunto Residencial". *Dados*, n.º 12.

1982. "A Luta pela Terra no Brasil Urbano: Reflexões em Torno de Alguns Casos". VI Encontro ANPOCS, Friburgo.

Vink, Nico.

1985. "Base Communities and Urban Social Movements. A Case Study of the Metalworkers' Strike 1980, São Bernardo, Brazil". In Slater, D. (ed.), *New Social Movements and the State in Latin America*. CEDLA 29, the Netherlands, Foris Publications Holland.

Viola, Eduardo.

1987. "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecológica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3.

**Donald Pierson  
e a Sociologia no Brasil \***

*Lúcia Lippi de Oliveira*

A indagação sobre o que é a Sociologia volta e meia retorna ao debate acadêmico. Sabe-se que a Sociologia é uma disciplina que tem como objeto o estudo das "relações sociais", da "sociedade". Mas o que se entende por sociedade não é muito claro e tem se alterado ao longo do tempo. Para alguns autores e correntes, a sociedade é uma reunião de indivíduos, e as análises baseadas na Psicologia e no comportamento individual forneceriam o fundamento para a construção de teorias e pesquisas sociológicas. Para outros, a relação entre os indivíduos em sociedade tem características próprias e só pode ser apreendida tomando-se as representações ou mentalidades coletivas, o todo social, cujo estatuto difere da idéia de sociedade como somatório de indivíduos. Sem explorar as variantes modernas e as combinações entre estas perspectivas, podemos dizer que Spencer, de um lado, e Comte ou Durkheim, de outro, podem ser considerados como paradigmas destas duas vertentes de conceituação de sociedade.

A existência de uma reflexão científica sobre a sociedade supõe ser possível tanto a elaboração de teorias que coloquem em evidência a relação entre fatos singulares, como a confirmação dessas teorias através

da observação sistemática. Assim, a consciência da relativa autonomia do objeto de estudo é considerada uma pré-condição para a existência da Sociologia como uma reflexão científica (Elias, 1981:64). Deixando de lado as pré-condições para a emergência de um saber "científico" sobre a sociedade —, por conseguinte distinto de um saber pré-científico —, e conhecendo os limites mal-definidos neste domínio em relação a outros, sabemos contudo que a Sociologia constitui um campo intelectual possuidor de temas, vocabulário, escolas e profissionais próprios. Assumimos, além disso, o pressuposto de que a Sociologia de um país ou de um tempo é aquilo que os que se autodefinem e são reconhecidos como sociólogos produzem.

A Sociologia no Brasil tem aceito como um marco de sua história a institucionalização das ciências sociais definida pela criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, e pela fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Ao tomar estas iniciativas como ponto de origem da trajetória da moderna sociologia brasileira, os analistas passam a dedicar atenção e espaço à formação da USP, aos mestres franceses que ajudaram a implantá-la, e ao trabalho do professor

\* Este artigo faz parte de uma pesquisa sobre a Sociologia no Brasil desenvolvida no Cpdoc/FGV. Foi apresentado no grupo de trabalho Pensamento Social no Brasil, X Encontro Anual da Anpocs, Campos do Jordão, outubro, 1986.

Florestan Fernandes em sua tarefa de desenvolver e ensinar a Sociologia no Brasil. Não pretendemos negar ou discutir esta história. Queremos, sim, colocar alguns pontos que vão esclarecer a emergência e a difusão dos novos padrões de uma sociologia, chamada a partir de então de "científica", que foram na verdade introduzidos em um campo em que já existia uma tradição, por assim dizer, endógena.

O pensamento sobre a sociedade precedeu no Brasil, como em qualquer lugar, a configuração de uma disciplina chamada Sociologia. Muito antes dos anos 30, os bacharéis, os literatos, os médicos e os engenheiros, influenciados pelas idéias dominantes em sua época, sobretudo européias, já vinham refletindo sobre o meio social em que viviam. Sílvia Romero, Manuel Bonfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, para lembrar alguns nomes, construíram não uma disciplina, mas um campo intelectual e uma tradição. A cultura sociológica do País era, entretanto, considerada inadequada para os novos tempos. Seu compromisso maior ou menor com um *ethos* elitista, aristocrático ou conservador era questionado, e foi em oposição a esta cultura que se importaram novos padrões sociológicos, guiados por uma aura de "neutralidade valorativa" e de "objetividade".

Retomemos o testemunho de Florestan Fernandes sobre o tema. Segundo este autor, dois grandes objetivos guiaram a configuração da Sociologia como disciplina e seu ensino a partir de 1933: educar as novas gerações para as tarefas de liderança, econômica, administrativa e política; e criar recursos para a solução racional e pacífica dos problemas sociais brasileiros" (Fernandes, 1956:198). Estas necessidades não puderam ser plenamente satisfeitas com a mão-de-obra intelectual existente no País. Daí a contratação de especialistas estrangeiros, fazendo com que "a distância intelectual que se havia estabelecido entre o ensino superior brasileiro e o ensino superior europeu ou norte-americano" se atenuasse de modo rápido e construtivo. E, continua Florestan, sob a influência dos especialistas estrangeiros foi introduzida a investigação de campo, levando a Sociologia a se encaminhar na direção dos padrões e ideais do trabalho científico. Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Jacques Lambert, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbouse-Bastide, Samuel Lowrie, Horace

Davis e T. Lynn Smith, entre outros, fazem parte desta galeria de especialistas estrangeiros que ajudaram a Sociologia a alcançar o estatuto de uma disciplina científica. Para tanto foi necessária a "transformação da análise histórico-sociológica em investigação positiva e a introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático de trabalho".

É possível perceber que desta maneira foi implantada uma nova tradição sociológica, que passou a considerar atrasado o pensamento social até então produzido. A nova sociologia veio escorada na valorização do conhecimento positivo obtido através do trabalho de campo controlado, considerado daí por diante como o novo padrão de cientificidade.

Como a questão da cientificidade da Sociologia foi e é problemática, vamos considerar este saber como uma atividade intelectual e lembrar que enquanto tal ele opera dentro de um quadro de referência definido pela tradição. A tradição sociológica não apresenta uma coerência rigorosa nem dispõe de um rígido poder de autoridade; ela apresenta, sim, uma variedade de alternativas que são selecionadas e aceitas em função de evidências apreendidas individualmente e transmitidas pelas instituições. Como nos diz Shils, "as instituições não criam Sociologia, esta é resultado do exercício individual dos sociólogos exercendo seu poder de observação e análise de situações sociais apreendidas segundo um enfoque da tradição sociológica". Se as instituições não produzem Sociologia, elas dirigem, entretanto, a atenção dos sociólogos para certos tipos de situações sociais e reforçam certo veio seletivo de percepção e interpretação da experiência. Ainda segundo Shils, "as instituições criam um meio de ressonância e eco intelectual às idéias sociológicas conferindo a elas um peso maior na competição entre interpretações da realidade social" (Shils, 1970: 762).

O presente texto procura destacar um dos caminhos pelos quais os novos padrões de "investigação positiva" e de "pesquisa de campo" foram introduzidos na tradição brasileira, ganhando a "competição entre interpretações da realidade social". As novas idéias sociológicas procuraram romper com a tradição passada. Escolhemos tratar aqui de Donald Pierson, e para começar vamos ver como ele foi apresentado às novas gerações:

Segundo o *Dicionário de Sociologia*, Donald Pierson é um "Sociólogo norte-americano, nascido em 1900. Como pesquisador da Universidade de Chicago, realizou um trabalho de campo sobre a população de cor na Bahia (1935-1937). Foi professor na Universidade de Fisk. Professor de Sociologia e Antropologia Social (1940-1952) na Escola de Sociologia e Política. Faz parte também, desde 1946, do Instituto de Antropologia da Smithsonian Institution." (1963: 262).

Antônio Cândido, em seu artigo sobre a "Sociologia no Brasil", destaca dois de seus livros: *Negros in Brazil* (1942; tradução em 1945 sob o título *Branços e pretos na Bahia*) e *Cruz das almas* (1953). "Suas orientações teóricas são as da escola de Chicago com preocupação comparativa entre Brasil e Estados Unidos. Para ele (e de seus estudos locais generaliza para o Brasil) não há entre nós preconceito racial propriamente dito, (...) Embora haja discriminação de cor, ela é condicionada em grande parte pela posição social segundo um esquema de classes, onde a mobilidade é possível e constante; não do tipo casta, em que tende a perpetuar segundo a origem étnica." (Cândido, s/d., 2.116).

Guerreiro Ramos, ao mencionar sua passagem pela Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, observa: "Uma coisa interessante é que um homem insignificante teve uma importância muito grande na minha formação cultural. Chama-se Donald Pierson (...) ele apareceu aqui, contratado por uma organização dessas e deu umas aulas sobre sociologia americana, com a qual eu não tinha contato (...) aquela coisa do Donald Pierson me deu um impacto. Eu não tinha exposição à sociologia americana, por volta dos 40. Eu tive um *affair*, com a sociologia americana e resolvi estudá-la profundamente." Guerreiro diz que seus estudos sobre puericultura, mortalidade infantil e medicina popular aplicando a técnica do *survey* foram inspirados na sociologia americana conhecida a partir da apresentação de Pierson. (Ramos, 1981: Cpdoc).

Donald Pierson publicou em 1949 uma bibliografia comentada sobre a Sociologia no Brasil compondo o capítulo "Sociologia" do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasi-*

*leiros*, sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. Segundo Pierson, duas conclusões contraditórias e inexatas marcam os trabalhos que fazem um inventário das obras sociológicas escritas no Brasil: a primeira é de que essas obras existem em profusão, e a segunda, de que elas são virtualmente inexistentes. Circunstâncias especiais explicaram tal desencontro. Uma delas seria o fato de o "material sociológico" estar disperso em diferentes obras sob títulos que ocultam seu conteúdo: obras de História, Geografia, Economia, Ciência Política e Etnologia, o que demonstra a falta de especialização no campo das Ciências Sociais, ou seja, que a Sociologia no Brasil acha-se em sua infância. Somando-se a isso, a falta de bibliotecas e de compreensão dos responsáveis por arquivos públicos dificulta o trabalho dos pesquisadores.

As conclusões de que existe ou não existe um material sociológico na bibliografia brasileira, segundo o autor, derivam de diferentes perspectivas sobre o significado da Sociologia. Pierson nos informa seu ponto de vista sobre o tema e seus critérios de análise:

"A sociologia, como é entendida aqui, é, pois, uma disciplina de pesquisa, não-especulativa e não-normativa, de caráter sistemático, interessada primordialmente no desenvolvimento de suas formulações teóricas por meio de investigações concretas e comparativas, orientadas, por sua vez, por teorias anteriores. Evolui através dos antigos estágios, 1) da filosofia social, 2) da polêmica de 'escolas' sociológicas, para o estágio atual da investigação sistemática de processos sociológicos". (1949:790).

Pierson procura marcar a especificidade da Sociologia através de sua diferenciação de outras disciplinas, como História, Geografia, Antropologia Física, Etnologia, Linguística, Direito e Educação, distinguindo-a também da Filosofia Social, da Ética e da Política Social. Qual é então o campo desta disciplina entendida como "investigação sistemática de processos sociológicos", quais são os "processos sociológicos" objetos desta disciplina?

Um destes processos é denominado "campo da ecologia humana", e seu elenco compreende a origem e as características físicas da população brasileira, os processos de povoamento, de amalgamação e de for-

mação de novas raças; a competição biótica; o imperialismo ecológico; a imigração européia e asiática; a importação de africanos; a utilização de terras, e a origem e os tipos de cidades (Pierson, 1949:791). O material referente a este elenco pode estar presente em vários recenseamentos (federais, estaduais), relatórios oficiais e estimativas de população, assim como em trabalhos de geógrafos, historiadores e estudiosos do tema.

O outro grande campo dos processos sociológicos é chamado de "organização social", e seu elenco reúne estudos sobre "instituições" (especialmente as da escravidão, família e religião), relações de raça, miscigenação, *status* e papel do mestiço, "tipos sociais", conflito, *folkways*, *mores*, atitudes, movimentos sociais, acomodação, assimilação, aculturação (...) isolamento, comunicação, solidariedade, controle social, divisão de trabalho, relações entre classes, seleção social, casamento inter-racial, *status* e papel da mulher e da criança, mobilidade" (p. 793).

O material sociológico, ou seja, os dados referentes à organização social, são encontrados em estudiosos brasileiros. Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, Oliveira Viana, Gilberto Freyre são alguns dos autores citados por Pierson em cujas obras se encontram investigações pioneiras dos processos sociais fundamentais do Brasil. Os historiadores sociais, os folcloristas, os viajantes e os romancistas são citados também como pioneiros da Sociologia.

Se é esta a perspectiva de Pierson, o que diferiria os pioneiros da Sociologia dos sociólogos propriamente ditos?

"A sociologia ainda é em grande parte definida no Brasil (...) conforme conceberam-na Comte e Spencer, antes de sugerirem disciplinas especiais como a psicologia, a economia e a ciência política e antes de ser desenvolvido por parte da sociologia propriamente dita um caráter específico e limitado através dos trabalhos de Simmel, Durkheim e Sumner (...) Apenas pouco antes de encerrar-se o período ora sob *survey* é que começou a ser conhecida no Brasil a mais ou menos recente verificação e reformulação da teoria sociológica nos Estados Unidos" (p. 794).

Supondo que uma tradição sociológica forme uma perspectiva para se analisar,

perceber e interpretar os processos sociais, queremos destacar o papel de Donald Pierson como um dos transmissores de uma linha sociológica norte-americana no Brasil. Uma fonte privilegiada para esta análise está presente nas aulas, artigos e livros didáticos utilizados por Pierson em cursos que formaram os novos especialistas da sociologia.<sup>1</sup>

Donald Pierson organizou dois volumes reunindo o que de mais importante ensinava: *Estudos de Ecologia Humana* (1945) e *Estudos de Organização Social* (1946). O sumário destes dois livros nos esclarece sobre o elenco de tópicos, os conceitos centrais e os processos sociais merecedores da atenção dos sociólogos. Pierson, enquanto professor da Escola Livre de Sociologia e Política, organizou uma série de "Leituras de Sociologia e Antropologia Social" composta de 220 textos mimeografados usados para a orientação teórica e prática dos novos pesquisadores. Foi a partir destes textos que ele organizou os dois volumes acima mencionados. Na Introdução de *Estudos de Ecologia Humana*, Pierson se defende da crítica de que os livros compostos com textos de diferentes autores os estariam apresentando de forma inadequada. Esta crítica corresponderia à percepção de que se deve dar maior importância aos autores do que à matéria. Esta é uma perspectiva atrasada, pré-científica, do tempo em que os "grandes nomes" dominavam as disciplinas sociais. Hoje em dia não são mais os grandes autores, e sim os problemas, os conceitos e a metodologia que concentram o principal interesse.

Esta nova perspectiva, que considera anacrônica a apresentação de diferentes correntes sociológicas, foi igualmente implementada na revista *Sociologia*, órgão de difusão do pensamento das figuras mais importantes da Escola Livre de Sociologia e Política. O perfil da revista e os textos de Donald Pierson confirmam a idéia de que a cientificidade da Sociologia estaria garantida se a investigação tomasse por base a pesquisa empírica.

A ecologia humana, campo relativamente novo, consiste no estudo das relações entre os homens considerando que estas relações são, por sua vez, influenciadas pelo *habitat*. Este campo não estuda as relações entre o meio físico e o homem, objeto da antropogeografia, nem a ação do homem sobre o meio, objeto da geografia humana. Antropogeografia e geografia humana têm como interesse principal a localização espa-



cial. A ecologia humana estaria interessada "no processo de competição e as relações dele provenientes (...) como estas se revelam por índices físicos, principalmente os de espaço" (1945:12-13).

"O fato básico em todas as ciências é a existência, tanto entre os seres humanos como entre as plantas e animais, de uma competição constante por um lugar no solo. Dessa competição se desenvolve, pouco a pouco, certa ordenada configuração vegetal, animal ou humana, configuração esta que não pode ser compreendida através do estudo de uma só planta, animal ou ser humano, ou mesmo de todos, se forem vistos apenas como meros indivíduos. A principal diferença é que, no caso dos seres humanos, esta competição constante, profunda, crua e brutal, não se vê com a mesma facilidade, devido aos efeitos de fenômenos não possuídos pelas plantas e animais, isto é, o costume e a lei" (p. 11).

"No decorrer desta distribuição espacial e especializada de funções, configurações ordenadas das plantas, dos animais ou dos seres humanos e suas instituições, conforme o caso, se desenvolvem; ou, por outras palavras, *comunidades* surgem" (p. 14).

As comunidades são o

"resultado de relações *simbióticas*, enquanto as sociedades são produtos de relações *morais* (isto é, dos *mores*). Assim, as comunidades surgem do simples fato da simbiose, isto é, de *viverem juntos*, no mesmo *habitat*, indivíduos tanto semelhantes quanto diferentes, da 'competição cooperativa' em que eles se empenham; ao passo que as sociedades surgem da comunicação da proveniente coparticipação de experiências, atividades, atitudes, sentimentos, ideais e pontos de vista comuns (consenso)" (p. 14).

"A ecologia humana interessa-se pela formação de *comunidades*, isto é, pela atuação do processo de *competição* e pelas relações *simbióticas* que esta desenvolve e modifica; enquanto que a Sociologia se interessa principalmente pela formação de *Sociedades*, isto é, pelo processo de *comunicação* e pelas relações *morais* que esta desenvolve e modifica" (p. 15).

A ecologia não faz parte da Sociologia mas é campo preliminar ou introdutório a esta disciplina.

Os sumários dos dois livros (anexos 1 e 2) organizados por Donald Pierson podem confirmar a divulgação da teoria sociológica norte-americana no Brasil. Foi a chamada "escola de Chicago" aquela que Pierson ensinou, e que hoje, podemos considerar, faz parte da tradição sociológica brasileira, ou seja, pertence à história desta disciplina no Brasil.

As fontes principais dos artigos traduzidos e divulgados por Donald Pierson são o *American Journal of Sociology*; a *American Sociological Review*; o livro editado por Robert Park, *An Outline of the Principles of Sociology* (1939); o livro editado por E. Burgess, *The Urban Community* (1925); o livro editado por Park e Burgess, *The City* (1925), além da *Enciclopaedia of the Social Sciences*. Esta constatação nos remete diretamente ao perfil da "escola de Chicago", difundida no Brasil por Donald Pierson.

A principal figura da escola de Chicago foi Robert Ezra Park (1864-1944). Suas idéias podem ser conhecidas introdutoriamente pela leitura do artigo "Ecologia Humana" traduzido do *American Journal of Sociology* (vol XLII, n. 1, julho, 1936), presente na coletânea de Pierson. Neste texto Park afirma a "luta pela existência" como o princípio regulador do número de organismos vivos controlando sua distribuição e mantendo o equilíbrio da natureza. A vida social é vista como regulada pela competição, princípio que restabelece o seu equilíbrio toda vez que ele é perturbado. Se a competição e o equilíbrio são princípios gerais, seu funcionamento se diferencia quando tratamos da comunidade ou da sociedade.

A comunidade, entendida como uma população territorialmente organizada, com maior ou menor enraizamento no solo, caracteriza-se por uma interdependência simbiótica entre suas unidades individuais. Quando a competição biótica declina e a luta pela existência assume formas mais elevadas e sublimadas temos a sociedade, forma mais complexa onde a competição cede lugar à comunicação e ao consenso. Estes mesmos princípios, como já vimos, compõem a reflexão e o pensamento de Pierson.

Park valoriza as formas de controle social como os mecanismos ordenadores de antagonismos, de conflitos e da própria

competição — formas básicas de interação da vida social. O controle social é visto como a instância que organiza os antagonismos produzindo acomodações de caráter mais ou menos transitórios.

Competição, conflito, acomodação e assimilação constituem as categorias básicas para a análise da interação social. A competição, outra forma de dizer, a “luta pela existência”, é fenômeno universal e contínuo pertencente à vida natural, ou seja, à vida da comunidade. O conflito, ou seja, a competição organizada, pertence ao universo da sociedade (Coser, 1972). A acomodação é vista como uma forma de regular os conflitos, ainda que eles possam reaparecer a cada novo momento; por sua vez, quando todos os indivíduos partilham de uma herança comum um processo de assimilação já ocorreu na vida social.

Estes conceitos e o interesse de Park por processos de distância social (do qual o preconceito é um tipo) e de mudança social são formulações que respondem às necessidades de seus interesses de estudo e à vida da cidade de Chicago.

Park foi, antes de se tornar um acadêmico, um jornalista interessado nos temas da cidade, da situação social do negro, da vida do imigrante, da corrupção e do crime. Valorizou a cidade como o laboratório para o estudo do novo homem urbano criado pela sociedade industrial.

Seu comprometimento com os temas da vida urbana se conjuga com a crença de que o conhecimento dos fatos possibilita aumentar a qualidade de vida e favorecer o processo democrático na América (Coser, 1972). Seu compromisso com princípios darwinistas pode ser tomado como um caso da ampla influência desta perspectiva no pensamento americano. A “luta pela existência” e a “sobrevivência dos mais aptos” supõem e sugerem que a natureza garante a vitória dos melhores na competição da vida. Esta perspectiva entende a competição como um processo contínuo inscrito na lei natural. Embutida nela está a idéia de que o processo evolutivo significa progresso e este é um bem. Spencer é uma grande figura desta corrente e “teve influência vital sobre a maioria dos fundadores da sociologia americana, especialmente Ward, Cooley, Giddings, Small e Sumner” (Hofstadter, 1963: 33).

Park leva para a Universidade temas que não estavam ainda incorporados pela vida acadêmica. Seus estudos sobre o ajustamento do imigrante, a desorganização fa-

miliar, o conflito étnico e a segregação se desdobram naturalmente de seus interesses pessoais e profissionais.

Park traz para o pensamento norte-americano temas e questões presentes na Sociologia alemã. Seu contato com Simmel e com Windelband, sob cuja orientação fez sua tese de doutorado, o faz repensar a distinção entre comunidade e sociedade, presente na tradição do pensamento alemão e reafirmada pelo trabalho de Tönnies. Park, entretanto, não assume qualquer nostalgia comunitária tão freqüente nos pensamentos à direita ou à esquerda que se desdobram desta temática. Simmel tem vários ensaios traduzidos no *American Journal of Sociology*, e sua presença se faz notar também no trabalho de Louis Wirth, “Urbanism as a Way of Life”. Tönnies tem igualmente ressonância nos escritos e ensinamentos de Park.

“Na realidade, todas as discussões sobre a oposição entre competição e acomodação, conflito e associação, cooperação e hostilidade, fusão e tensão, integração e dissolução, solidariedade e rivalidade, comunhão e revolta e todas as outras formas de concordância e discordância social nos leva, direta ou indiretamente, à obra de Tönnies” (Freund, 1980: 210).

Park reúne, assim, princípios sociológicos derivados da tradição alemã, interesses por problemas sociais que emergem do crescimento das cidades nos Estados Unidos e experiência em enquetes, *surveys* e entrevistas realizados por agências religiosas, governamentais e jornais.

É importante notar, como nos diz Shils, que a Sociologia se tornou institucionalizada primeiro nos Estados Unidos do que em qualquer outro país; e se institucionalizou primeiro na Universidade de Chicago do que em qualquer outro lugar (1970:770).

É por que Chicago? A cidade de Chicago — mas não só ela — teve um formidável crescimento populacional entre 1880 e 1890. Este aumento de população produziu uma crise nos serviços básicos da vida urbana, incluindo o sistema de transporte, policiamento, serviços de luz e gás. O dia-a-dia da cidade colocava em destaque as reflexões sobre os efeitos da industrialização e da urbanização.<sup>2</sup> Estas preocupações se integraram à reflexão sociológica, sendo a Sociologia entendida como um instrumento de reforma social. A Sociologia assumiu

a análise de estratos menos favorecidos que cresciam em tamanho e visibilidade a partir do processo de industrialização e urbanização. O estudo do negro, por exemplo, desenvolvido pelos sociólogos de Chicago, congregava duas origens. De um lado era fruto dos problemas de urbanização e migração vivenciado pelas cidades americanas e, de outro, tinha relações com os temas — competição, conflito, acomodação e assimilação — pertencentes à tradição sociológica que Park assimilou e desenvolveu.

A Universidade de Chicago, criada em 1892, teve o seu apogeu nos anos 20 e 30. Albion Small, fundador do Departamento de Sociologia, e W. I. Thomas (ambos de formação alemã) reuniram o interesse pelo campo teórico e pela observação empírica. Thomas trouxe Park para Chicago, e com ele organizou o ensino universitário, supervisionou as pesquisas dos alunos de pós-graduação, realizou pesquisas próprias e empregou assistentes e colaboradores com bolsas provenientes da própria Universidade, de agências governamentais e privadas. Nos anos 20, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago tinha cursos de pós-graduação, seminários e supervisão de pesquisas, publicava as *Chicago Sociological Series* (ver anexo 3) e abrigava a American Sociological Society, da qual Park foi presidente em 1925.

Esta Universidade recebeu uma geração de novos professores (o Departamento de Filosofia congregava figuras como George Herbert Mead e John Dewey), desfrutou de suporte financeiro autônomo e apresentou grande mobilidade e eficiência em sua estrutura organizacional. Chicago representou uma cultura do *Midwest* que se contrapôs à hegemonia das velhas universidades do Leste, menos receptivas à cultura alemã e aos temas da vida social contemporânea (Friedrichs, 1977: 84). A crença em que o estudo dos fatos contemporâneos não degradava o conhecimento e que este podia ser obtido por meio de enquetes e entrevistas fez parte da cultura sociológica de Chicago. Conhecimento e reformas sociais caminharam juntos, interligando academia e sociedade.

A influência de Park como professor e orientador de pesquisas pode ser inferida pela lista de alguns de seus discípulos: Everett Hughes, Herbert Blumer, Stuart Queen, Leonard Cottrell, Edward Reuter, Robert Faris, Louis Wirth e Franklin Fra-

zier, todos presidentes da American Sociological Society (Coser, 1972:372).

Estas informações, ainda que esparsas, ajudam-nos a acompanhar a tese de Shils: Chicago se manteve como o centro de estudos sociológicos nesta época não só pelo poder e qualidade dos membros de seu *staff* mas também porque lá a Sociologia era a mais institucionalizada, produzia um grande número de trabalhos com a mesma marca, com o mesmo selo, e — complementa este autor — a quantidade, tanto quanto a qualidade, produz atenção e respeito (pp. 792-3).

O período áureo de Chicago ocorreu quando Donald Pierson se formou sob a orientação de Park, e foi a perspectiva da Sociologia de Chicago que ele ensinou, em integração com os ideais da elite paulista, que fundou a Escola Livre de Sociologia. Não foi por acaso que Pierson, por ocasião do falecimento de Park em 1944, escreveu para *Sociologia* uma nota intitulada "Robert Park: Sociólogo-Pesquisador", relatando sua experiência de contato pessoal com Park e a contribuição deste autor na preparação "de *researchmen* sistemáticos e de carreira, 'moldando', por assim dizer, este novo tipo de criatura" (p. 283). Pierson destaca os estudos de Park que abriram novas perspectivas de pesquisa nos campos das relações de raça, do comportamento coletivo, da ecologia humana, das comunidades e sociedades urbanas, da personalidade e do jornal. Além disto, valoriza sua contribuição no campo da metodologia pelo emprego dos métodos de "estudo de caso" e de observação participante, da técnica de "história da vida" e de "mapas para localizar fenômenos ecológicos" (p. 283).

Pierson, na mesma perspectiva de Park, considera a realidade como um dado a ser apreendido, e a grande questão passa a ser o treinamento profissional dos novos sociólogos. Segundo Limongi, "a confiança no desenvolvimento da sociologia e a valorização do trabalho de campo como momento privilegiado da formação profissional (...) encontram aceitação nos meios acadêmicos em constituição" (Limongi, 1986: 13).

#### Considerações finais

Podemos sintetizar os traços da velha Sociologia, a dos pioneiros, em oposição aos da Sociologia moderna, criada pela Escola Livre de Sociologia, da seguinte maneira:

### Antes

- Falta de bibliotecas e arquivos
- Material sociológico espalhado
- Análises histórico-sociológicas
- Falta de especialização dos produtores
- Sociólogo intelectual

Muito ainda deve ser pesquisado para que possamos montar os “capítulos” de uma história da Sociologia no Brasil. Queremos apenas levantar alguns pontos que poderão ajudar no desdobramento deste e de outros trabalhos sobre o tema.

Em primeiro lugar, podemos indagar se os pressupostos da Sociologia desenvolvida em Chicago que foram transplantados para o Brasil, primeiro para São Paulo, correspondiam ou não às necessidades e condições de seu novo *habitat* (para mantermos a linguagem ecológica). As questões originárias do estudo da cidade de Chicago e a atuação dos seus sociólogos tinham muito a ensinar aos que estavam interessados em estudar e atuar sobre a vida paulista. São Paulo vivia a situação de grande metrópole, caracterizada por um processo acelerado de industrialização e urbanização, estando às voltas com problemas decorrentes da imigração e da mobilidade social. Podemos sugerir a proximidade entre a Sociologia de Chicago e a paulista seguindo a epígrafe do artigo de Richard Morse (1978) que cita o depoimento do prefeito de São Paulo em 1914: “São Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas”.

Sem desenvolver aqui esta afirmação queremos lembrar as motivações dos paulistas que contribuíram para a fundação de uma Escola de Sociologia que se autodenominava *livre* e visava “formar uma elite numerosa e disciplinada, sobretudo de administradores e funcionários técnicos, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do governo de nossa terra” (Milliet, 1942:54).

Da lista dos primeiros doadores, responsáveis pela criação dos fundos da Escola, constam os nomes de Roberto Simonsen, Samuel Ribeiro, Conde Modesto Leal, Conde Sílvio de Álvares Penteadó, Arman-

### Depois

- Esforço por criar e organizar fontes
- Material sociológico reunido
- Análises positivas e derivadas da pesquisa de campo
- Treinamento específico e limitado em área particular
- Sociólogo profissional

do de Álvares Penteadó, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Cia. Docas de Santos, *O Estado de São Paulo, Diários Associados, Folha da Manhã*, Paulina de Souza Queiroz, Banco Comercial do Estado de São Paulo. (*idem*).

Sergio Milliet nos indica ainda a conexão entre o passado paulista, principalmente a Revolução Constitucionalista de 1932, e a fundação da Escola:

“A data da criação da Escola liga-se intimamente a uma pressão da inutilidade das guerras civis que levou os paulistas a procurarem noutro campo a solução de seus problemas: o campo da educação e do ensino. Não são os governos os causadores das crises econômicas e sociais, mas o próprio povo. (...) uma população indiferente, mal educada civicamente e com falta de recursos técnicos nas mais elementares especialidades necessárias à vida moderna (...). Todo o problema da época moderna é um problema educacional. De São Paulo não sairão mais guerras civis anárquicas; sairá, isso sim, uma revolução intelectual e científica, suscetível de mudar as concepções econômicas e sociais dos brasileiros; de fazer do nosso país uma grande potência em ação.”

A conexão da Escola com outro momento (1937) é expressa por Roberto Simonsen ao dizer que seu objetivo era criar verdadeiras elites administrativas em consonância com o novo tempo, já que o “fortalecimento do Estado está a demandar o aperfeiçoamento cada vez maior da capacidade dos seus servidores”. Seguindo esta linha de explicações, ele observa: “Registrando a tendência inelutável da época, para uma crescente interferência do Estado nas atividades privadas, os negócios públicos

tornam-se cada vez mais complexos, e exigem dos administradores conhecimentos cada vez mais extensos." E nisto, ou seja, na tarefa de formar servidores do Estado, preparar especialistas, a Escola se diferenciava da USP, cuja finalidade era "preparar professores para as escolas secundárias e elementos especializados nas ciências básicas com alta cultura geral" (Simonsen, 1942:13).

Desde sua fundação, a Escola contou com os professores norte-americanos Horace B. Davis e Samuel H. Lowrie. Davis realizou a primeira pesquisa sobre o padrão de vida dos operários de São Paulo, publicada na *Revista do Arquivo Municipal* e no *Boletim do Ministério do Trabalho*. Se desde seu início a Escola realizou pesquisas, utilizou técnicas de amostragem para obter informações sobre padrão de vida de populações de baixa renda, nos anos 40 seu perfil foi definido pela presença de três figuras: Donald Pierson, Herbert Baldus e Emilio Willems. Estes professores exerceram uma liderança no comando da Escola e garantiram um alto padrão de aprendizado profissional e acadêmico. Foi este comprometimento com a qualidade acadêmica, segundo Limongi, o que possibilitou a aproximação entre a Escola e a Universidade de São Paulo. Pierson contribuiu para a maior academização do projeto original ao organizar a seção de pós-graduação da Escola em 1941. A inovação institucional representada pela pós-graduação encontrou apoio da "comunidade científica em formação que buscava no aprimoramento próprio de sua especialização os recursos para sua auto-afirmação" (Limongi, 1986:19).

Os primeiros cursos da pós-graduação — *Pesquisas Sociais na Comunidade Paulista* (Donald Pierson); *Assimilação e Aculturação no Brasil Meridional* (Emilio Willems, professor da ELSP e da USP); e *Etnologia Brasileira* (Herbert Baldus) — apontam as linhas temáticas desenvolvidas e revelam o sucesso da ELSP como instituição acadêmica, o que contribuiu para a convivência entre os dois centros de formação de sociólogos no Estado de São Paulo.<sup>3</sup>

Por outro lado, podemos nos indagar se a academicização do projeto da Escola, formando "cientistas", não implicou o aban-

dono dos objetivos originais, ou seja, a preparação de especialistas, de técnicos competentes para a administração do Estado.

Através da Escola, pela mão de seus mestres (entre os quais destaquei a figura de Donald Pierson), foi incorporado um novo padrão de se fazer Sociologia e um novo universo temático advindo de uma matriz considerada, à época, como a mais moderna e científica. Como este temário (*estudo de comunidades, assimilação e aculturação, mobilidade social*) foi absorvido e retraduzido pelos profissionais formados na ELSP? Seus ex-alunos se tornaram "cientistas sociais" e foram absorvidos pela USP ou foram trabalhar na administração pública municipal, estadual ou federal? Eis algumas das questões pendentes. Consideramos que o novo modelo de fazer Ciências Sociais deixou marcas na história da Sociologia brasileira para além do sucesso ou fracasso da ELSP em se manter como instituição formadora de um novo tipo de profissional.

A nova tradição sociológica foi implantada e neste esforço para modernizar o conhecimento da sociedade muito se ganhou, muito se perdeu. A geração formada pela Escola criou uma nova mentalidade, desenvolveu linhas de pesquisa que marcaram projetos e instituições posteriores.<sup>4</sup> Por outro lado, estudiosos da vida brasileira, como Oliveira Viana e outros, demoraram a ser novamente lidos e analisados na Universidade, já que sua produção era pré-científica, atrasada. Somente sociólogos que não foram "moldados" por esta forma ou que tiveram um universo mais amplo de conhecimento escaparam a um certo reducionismo decorrente do treinamento que procurou formar o pesquisador.

O novo modelo sociológico foi absorvido supondo que suas teorias eram científicas, o que significava estarem liberas do tempo e do espaço em que foram elaboradas. Passamos também a partilhar de um preconceito em relação à história que não fazia parte da tradição brasileira de estudos sociais. Absorvemos pontos positivos e negativos desta nova perspectiva da Sociologia que de seu centro hegemônico (Chicago) se irradiou para o Brasil e para a Europa.

(Recebido para publicação em junho de 1987)

## ANEXO 1

### Sumário de *Estudos de Ecologia Humana*

#### O Campo da Ecologia Humana

##### Capítulos

I — Ecologia Humana — Robert E. Park .....	21
II — Matéria-objeto da Ecologia Humana — Roderick D. McKenzie .....	38
III — Noções básicas da Ecologia Humana — A. B. Hollingshead .....	53
IV — Histórico da Ecologia Humana — Louis Wirth .....	64
V — “Ecologia Humana” e “Ecologia Internacional” — James A. Quinn —	77
<b>II. A comunidade: Objeto central do estudo ecológico</b>	
VI — A comunidade humana abordada ecologicamente — Roderick D. McKenzie .....	95
VII — Âmbito e problemas da comunidade — Louis Wirth .....	112
VIII — A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral — Robert E. Park .....	127
IX — Desenvolvimento da comunidade metropolitana — N. S. B. Gras .....	143
X — Tendências na organização da comunidade norte-americana — T. Lynn Smith .....	153
<b>III. Alguns conceitos e processos ecológicos</b>	
XI — População do mundo — William F. Ogburn e Meyer F. Nimkoff ..	171
XII — Expansão industrial e interrelações de povos — Roderick D. McKenzie	189
XIII — Agregação — A. B. Hollingshead .....	202
XIV — Migração e mobilidade — A. B. Hollingshead .....	219
XV — Organização ecológica — A. B. Hollingshead .....	237
XVI — Centralização e descentralização urbanas — Homer Hoyt .....	263
XVII — Conceito de “dominância” — A. B. Hollingshead .....	277
XVIII — “Dominância” e organização mundial — Roderick D. McKenzie .....	298
XIX — Sucessão — Robert E. Park .....	316
XX — O aspecto ecológico das instituições — Everett C. Hughes .....	327
XXI — “Áreas naturais” — Harvey W. Zorbaugh .....	329
<b>IV. Algumas pesquisas ecológicas</b>	
XXII — O crescimento da cidade: Introdução a um projeto de pesquisa — Ernest W. Burgess .....	353
XXIII — A hipótese de zonas de Burgess e seus críticos — James A. Quinn ..	369
XXIV — Delinqüência juvenil e desorganização social — Clifford R. Shaw ..	382
XXV — Ecologia da vida familiar — Ernest R. Mowrer .....	389
XXVI — O estudo ecológico de Faris e Dunham sobre perturbações mentais — Ernest W. Burgess .....	396
XXVII — Perturbações mentais em áreas urbanas — Robert E. L. Faris e Warren Dunham .....	406
XXVIII — Estudo ecológico de perturbações — Stuart A. Queen .....	436
XXIX — “Sucessão” em Chicago — Paul Frederick Cressey .....	450
XXX — O Harlem dos negros: Estudo ecológico — E. Franklin Frazier ....	462
XXXI — Distribuição pela cidade da prostituição organizada — Walter C. Reckless .....	480
XXXII — Ecologia de uma cidade latino-americana — Asael T. Hansen .....	495
XXXIII — Estrutura do “grupo de localidade” do Brasil — T. Lynn Smith ....	512
XXXIV — Migração seletiva numa comunidade rural de Alabama — Gilbert A. Sanford .....	529

XXXV — Configurações ecológicas de desorganização de comunidade em Honolulu — Andrew W. Lind .....	541
XXXVI — Segregação de tipos populacionais em Kansas City — Stuart A. Queen .....	558
XXXVII — O suicídio em Minneapolis, Estado de Minnesota: 1928-32 — Calvin F. Schmid .....	563

#### Apêndice

Método para fazer um <i>survey</i> social da comunidade rural — Charles J. Galpin .....	582
-----------------------------------------------------------------------------------------	-----

#### Bibliografia

Bibliografia selecionada .....	593
--------------------------------	-----

## ANEXO 2

### Sumário de *Estudos de Organização Social*

#### I. Introdução

##### Capítulos

I — Processos biológicos e processos sociológicos — E. H. Sutherland .....	11
II — Significado do “ambiente” na vida social — Louis Wirth .....	19
III — Hereditariedade e ambiente à luz do estudo de gêmeos — Frank N. Freeman .....	31
IV — A sociedade e o indivíduo — Charles H. Cooley .....	43
V — Comunicação — Robert E. Park .....	55
VI — Linguagem — Edward Sapir .....	77
VII — Simbiose e socialização: “quadro de referência” para o estudo da sociedade — Robert E. Park .....	109

#### II. “Organização Social” e “Estrutura Social”

VIII — Organização social — Robert H. Lowie .....	139
IX — Estrutura social — A. R. Radcliffe-Brown .....	156
X — “Organização social” e “Estrutura social” — G. Gordon Brown e James H. Barnett .....	174

#### III. Alguns conceitos empregados no estudo da *Organização Social*

XI — Contatos “categóricos” em contraste com contatos de “simpatia” — N. S. Shaler .....	185
XII — “Grupos primários” — Charles H. Cooley .....	190
XIII — “Grupos primários”: essência e acidente — Ellsworth Faris .....	197
XIV — “Ação conjugada” — Robert E. Park .....	210
XV — “Função” em ciência social — A. R. Radcliffe Brown .....	220
XVI — O “Superorgânico” — A. L. Kroeber .....	231
XVII — Cultura “autêntica” e “espúria” — Edward Sapir .....	282
XVIII — “Configurações de cultura” — Ruth Benedict .....	312
XIX — “Temas”: Forças dinâmicas em cultura — Morris Edward Opler ..	348
XX — “Folkways”, “mores” e “instituições” — William Graham Sumner ..	365
XXI — A natureza e significação dos “mores” — Ellsworth Faris .....	372
XXII — “Sanções sociais” — A. R. Radcliffe-Brown .....	383
XXIII — “Controle social” — A. B. Hollingshead .....	391
XXIV — “Totemismo” — Alexander Goldenweiser .....	404
XXV — “Casta” — A. L. Kroeber .....	413

XXVI —	“Casta” e “classe” — W. Lloyd Warner .....	419
XXVII —	“Atitudes sociais” — Ellsworth Faris .....	424
XXVIII —	“Distância social” — Robert E. Park .....	439
XXIX —	“Cultura”, “sociedade”, “impulso” e “socialização” — John Dollard .....	445

#### IV. O estudo da Organização Social

XXX —	A sociedade moderna — Robert E. Park .....	463
XXXI —	O estudo comparativo das culturas — W. I. Thomas .....	486
XXXII —	A ciência do costume — Ruth Benedict .....	497
XXXIII —	A família — Elliot D. Chapple e Carleton S. Coon .....	514
XXXIV —	A família como “unidade de personalidade em interação” — Ernest W. Burgess .....	543
XXXV —	Uma “história natural” da família — Ernest W. Burgess .....	558
XXXVI —	A “sociedade de folk” e a cultura — Robert Redfield .....	566
XXXVII —	Direito primitivo — A. R. Radcliffe-Brown .....	578
XXXVIII —	A cidade e a civilização — Robert E. Park .....	587
XXXIX —	A sociedade urbana — Louis Wirth .....	603
XL —	Urbanismo como modo de vida — Louis Wirth .....	618
XLI —	Distância social na cidade — E. S. Bogardus .....	645
XLII —	Um aspecto negligenciado da organização social — Ralph Linton ..	653

#### ANEXO 3

Autores que contribuíram para os *Chicago Community Studies*, fazendo desta cidade uma das mais estudadas do mundo (Pierson, 1944:284): Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. McKenzie, *The City* (Chicago, 1925); Ernest W. Burgess *et. alii*, *The Urban Community* (Chicago, 1926); W. I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (New York, 1927); W. I. Thomas, *The Unadjusted Girl* (Boston, 1924); Ernest W. Burgess e Leonard Cottrell, Jr., *Predicting Success or Failure in Marriage* (New York, 1939); Edwin H. Sutherland, *The Professional Thief* (Chicago, 1936); Louis Wirth, *The Ghetto* (Chicago, 1931); Herbert Blumer, *Movies and Conduct* (New York, 1933); Charles Merriam, *Chicago; A More Intimate View of Urban Politics* (New York, 1929); Everett Hughes, *The Growth of an Institution: The Chicago Real-Estate Board* (Chicago, 1931); Earl Johnson, *The Central Business District* (tese inédita); Clifford Shaw, *The Jackroller* (Chicago, 1930); *The Natural History of a Delinquent Career* (Chicago, 1931); *Brothers in Crime* (Chicago, 1938); Shaw, et. al., *Delinquency Areas: A Study of the Geographic Distribution of School Truants, Juvenile Delinquents, and Adult Offenders* (Chicago, 1929); Shaw e Henry D. McKay, *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (Chicago, 1942); Nels Anderson, *The Hobo* (Chicago, 1923); Frederick M. Thrasher, *The Gang* (Chicago, 1927); Walter C. Reckless, *Vice in Chicago* (Chicago, 1933); Ernest W. Mowrer, *Domestic Discord* (Chicago, 1928); *Family Disorganization* (Chicago, 1927); *The Family: Its Organization and Disorganization* (Chicago, 1932); Harvey W. Zorbaugh, *The Gold Coast and the Slum* (Chicago, 1929); Robert E. L. Faris e H. Warren Dunham, *Mental Disorders in Urban Areas* (Chicago, 1939); Albert Lepawsky, et. al., *The Government of the Metropolitan Region of Chicago* (Chicago: Universidade de Chicago Press); Ruth Shonle Cavan, *Suicide* (Chicago, 1928); E. Franklin Frazier, *The Negro Family in Chicago* (Chicago, 1939); Paul G. Gressey, *The Taxi-Dance Hall* (Chicago, 1932); Paul F. Cressy, *Population Sucession in Chicago* (tese inédita); E. T. Hiller, *The Strike* (Chicago, 1928); Frances Donovan, *The Schoolma'am* (New York, 1938); H. F. Gosnell, *Negro Politicians* (Chicago, 1935); *Machine Politics — Chicago Model* (Chicago: Universidade de Chicago Press); Bingham Dai, *Opium Addiction in Chicago* (Chicago, 1937); além de outros estudos, inclusive dezenas de artigos publicados em revistas eruditas.



#### Notas

1. Após a redação da primeira versão deste texto tomei conhecimento da pesquisa de Fernando Limongi sobre a revista *Sociologia* e a Escola Livre de Sociologia e Política. Limongi analisa os artigos que Donald Pierson publicou na revista e que foram reunidos no livro *Teoria e Pesquisa em Sociologia* (1945), apontando questões similares às aqui mencionadas.
2. Chicago sofreu um grande incêndio em 1870, e sua reconstrução possibilitou a edificação de prédios considerados marcos iniciais da arquitetura moderna.
3. Sobre a perspectiva da Escola e de Pierson, ver também o texto recém-publicado de Mariza Corrêa (1987).
4. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — CBPE, criado nos anos 50 pode ser tomado como um dos herdeiros da linha de pesquisa da Escola. Sobre o Centro, ver o artigo de Maria Clara Mariani, 1982. A Escola de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, nos anos 60, mantinha em seu ensino uma linha de continuidade com a perspectiva sociológica divulgada por Pierson.

#### Bibliografia

- Azevedo, Fernando de  
1963. "A Sociologia no Brasil". Introdução ao *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre, Globo.
- Cândido, Antônio  
s/d. "A Sociologia no Brasil". *Enciclopédia Delta-Larousse*, 2.<sup>a</sup> ed., v. IV, pp. 2.107-2.123.
- Corrêa, Mariza  
1987. *História da Antropologia no Brasil: 1930-1960. Testemunhos*. São Paulo, Vértice/Unicamp.
- Coser, Lewis  
1972. "Robert Ezra Park". *Masters of Sociological Thought*, Harcourt Brace Javanovich, pp. 357-84.
- Elias, Norbert.  
1981. *Qu'est-ce que la Sociologie?* Paris, Pandora.
- Fernandes, Florestan  
1956. "A Antropologia e a Sociologia no Brasil". In Fernando de Azevedo, *As Ciências no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos.
- Friedrichs, Robert  
1977. *Sociología de la Sociología*. Buenos Aires, Amorrortu.
- Freund, Julian  
1978. "A Sociologia Alemã à Época de Max Weber". In Tom Bottomore e Robert Nisbet, *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Hofstadter, Richard  
1963. *Social Darwinism in American Thought*. Boston, First Beacon Paperback, (1. ed., 1944).

- Limongi, Fernando  
1986. "A ELSP e o Desenvolvimento da Sociologia em São Paulo". São Paulo, Idesp. (dat.)
- Mariani, Maria Clara  
1982. "Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais". In Simon Schwartzan (org.), *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq.
- Milliet, Sérgio  
1942. "Preparação Sociológica". *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 78, março.
- Morse, Richard  
1978. "A Economia de Manchester e a Sociologia Paulista". *Dados*, n. 18.
- Pierson, Donald  
1944. "Robert E. Park: Sociólogo-Pesquisador". *Sociologia*, v. VI, n. 4, outubro.  
— 1945. "Introdução". *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo, Martins.  
— 1945. "Sociologia". In Rubens Borba de Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Souza.
- Ramos, Guerreiro  
1981. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Lúcia Lippí Oliveira. Cpdoc.
- Shils, Edward  
1970. "Tradition, Ecology and Institution in the History of Sociology". *Daedalus*, Fall.
- Simonsen, Roberto  
1943. "Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo". *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
- Szacki, Jerzy  
1982. "The History of Sociology and Substantive Sociological Theories". In Tom Bottomore, Stefan Nowak e Magdalena Sokolowska, *Sociology the States of the Art*. London/California, SAGE.

## As Fontes para a História Social do Brasil Meridional

Altiva Pilatti Balhana  
Cecília Maria Westphalen

É possível dizer, de modo geral, que as fontes para o estudo da História Social do Brasil Meridional são, a rigor, as mesmas fontes para o estudo da História Social do Brasil.

Contudo, é preciso lembrar — e Martius já o fazia quando do seu plano *Como se Deve Estudar a História do Brasil* —, as diferenciações regionais, as diferentes formações regionais.

A título de exemplo, considere-se apenas a formação da população do Brasil Meridional, com a introdução de grandes e variados contingentes migratórios, sobretudo no século XIX e início do século XX, que alteraram profundamente sua estrutura demográfica e, conseqüentemente, sua estrutura social.

Deste modo, seguindo-se uma linha de apresentação dos grandes tipos de fontes para a História Social do Brasil, procurar-se-á privilegiar aqueles que se têm revelado particularmente úteis para o conhecimento das estruturas e da dinâmica dos grupos sociais da Região Sul.

### 1. Documentos Oficiais e Privados que, ao mesmo tempo, Fornecem Dados Estatísticos e Apreciações Qualitativas Diversas

#### a) Oficiais

Neste grupo de documentos estão, por exemplo, os relatórios de presidentes de província e de estado. São valiosos pela

diversidade e abundância das informações que fornecem, sobretudo em se considerando os anexos que incluem, com quadros e tabelas estatísticas. Exemplificar-se-á com os primeiros.

Os presidentes de província apresentavam, regularmente, no mínimo, dois tipos de relatórios que, na prática, pouco se diferenciavam. Um, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião da abertura anual dos trabalhos legislativos; outro, ao transmitir a administração da província ao seu sucessor.

Tais relatórios, porém, apresentam-se com grande diversidade qualitativa. Alguns presidentes, de melhor formação intelectual, chegavam mesmo a abordagens interpretativas das situações provinciais; outros, preocupavam-se com minudências, eram mais ricos em informações; outros ainda, mais apressados, pobres em informações, apenas cumpriam a obrigatoriedade legal da apresentação do relatório. Ainda assim, tais documentos constituem as melhores fontes para o conhecimento do Brasil oficial do século XIX. A Biblioteca Nacional possui, em microformas, as coleções completas desses relatórios, à disposição dos usuários.

De modo geral, os presidentes de província expõem o estado dos negócios públicos e quando se dirigem à Assembléia Provincial, solicitam medidas legislativas necessárias ao seu melhoramento.

Assim, os relatórios tratam de tudo: desde ordem e tranquilidade públicas, segurança individual e propriedade, organização judiciária e administração da justiça, à instrução pública, condição sanitária dos habitantes, população da província, obras públicas etc. A parte econômico-financeira ocupava grande parte, não apenas o comércio, mas também a situação da agricultura, da criação e comércio de gado, e da indústria. Particularmente nos relatórios dos presidentes de província do sul do país, aparecem extensos capítulos e estatísticas diversas acerca da entrada de imigrantes, formação de núcleos coloniais, situação das colônias, sua produção agrícola e artesanal.

As informações, por exemplo, acerca das ocorrências policiais — roubos, estupros, assassinatos —, ou as estatísticas criminais, com mapas dos crimes cometidos e julgados, incluindo identificação dos criminosos (nome, sexo, naturalidade, idade, estado civil, grau de instrução, profissão), natureza do crime e resultado do julgamento, bem como a realização de fandangos, batuques e *sumpfs*, constituem riquíssimas fontes para a História Social.

#### b) Privados

Das instituições privadas, ainda que até o advento da República a Igreja Católica fosse unida ao Estado, foi ela a entidade que reuniu maior soma de documentos de interesse para a História Social.

Vigários, bispos, superiores de ordens religiosas, eram obrigados a remeter relatórios às autoridades eclesiásticas. São listas de desobrigas, róis de paroquianos, relatos de festas religiosas, apreciações acerca de ocorrências, e outros.

Os bispos, por ocasião de sua visita obrigatória ao Papa, também estavam obrigados a fornecer um relatório completo acerca da situação de suas respectivas dioceses.

Como exemplo, são tomados os relatórios anuais da Cúria Metropolitana de Curitiba, dos anos de 1910-14, quando era particularmente grave no Paraná o confronto entre clericais e anticlericais, em torno a algumas posições, como jesuitismo, casamento civil, ensino religioso e outras.

O bispo apresentava, assim, o relatório da Diocese de Curitiba que compreendia, aliás, todo o território do Paraná, incluindo dados gerais sobre a população, com estimativas de católicos e adeptos de outras confissões e seitas religiosas; estatísticas de

batizados, casamentos e óbitos; estatísticas de missas realizadas, de comunhões distribuídas por ocasião da desobriga anual, além de primeiras comunhões; estatísticas de visitas feitas aos enfermos; narrativa das festas solenes havidas. Estatísticas referentes a colégios, e escolas religiosas; estatísticas de igrejas e capelas; inventários dos bens de fábricas, os demonstrativos de receitas e despesas. Capítulo especial era dedicado às medidas relativas à explicação dominical dos Evangelhos e das aulas de catecismo.

A importância dos arquivos paroquiais, por sua vez, é sublinhada pelas inúmeras possibilidades de pesquisa em trabalhos, sobretudo, de história demográfica, pela exploração dos registros de nascimentos, casamentos e óbitos.

Para o historiador social têm particular interesse os livros de Tombo que, via de regra, incluem histórico da paróquia, relatórios do seu movimento, avisos, bulas, noticiário de festividades, missões, provisões de impedimentos matrimoniais etc.

Assim também, os arquivos de irmandades, associações e confrarias religiosas, como as do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, e outras. Em geral, compreendem livros de atas, listas de associados, relatórios e outros.

Em se tratando de arquivos privados, é preciso não esquecer aqueles de organismos que controlam ou orientam certos aspectos da vida econômica, tais como as câmaras de comércio, as associações do comércio, indústria, agricultura, as federações etc. Além das deliberações que fornecem freqüentemente preciosas indicações sobre a situação econômica local e suas incidências sociais, podem ser encontradas listas de comerciantes, indicações sobre a formação das empresas, sobre falências e quebras, relatórios sobre o movimento comercial, listas de industriais, de agricultores etc. Do mesmo modo, os arquivos dos sindicatos, quer patronais, como de operários.

## 2. Censos e Listas Diversas

Os sistemas administrativos coloniais europeus, em especial o espanhol, foram responsáveis pela produção farta e precoce de material informativo sobre as populações americanas. Estas informações compreendem várias modalidades de enumera-

ções de habitantes com finalidades fiscais, religiosas e militares.

No que se refere ao Brasil, elas incluem desde as listas de desobriga e róis de confessados ou comungantes até as relações nominais de habitantes por fogos, as listas de milícias, de irmandades, e outras; os levantamentos de homens disponíveis para a guerra, as matrículas de escravos e tantas mais, bem como dados elaborados sob a forma de mapas parciais e gerais de habitantes.

Todavia, embora toda a riqueza de fontes demográficas para o período colonial, as iniciativas censitárias no Brasil independente foram tardias e irregulares, aparecendo apenas nos meados do século XIX.

#### a) *Listas Nominativas de Habitantes*

Para o estudo da população do Sul do Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX, os principais documentos de base inexistentes, são as listas nominativas de habitantes. A elaboração dessas listas cobriu o período que vai de 1765 a 1836, constituindo séries.

As informações sobre os indivíduos nas listas nominativas indicam o sexo, estado civil, idade, profissão, situação jurídica, e outras. Para as famílias, um dado importante é o número de filhos vivendo com os pais, segundo a idade. Quanto ao domicílio, são importantes todos os dados que permitem caracterizar sua estrutura, isto é, número de habitantes, presença de escravos, agregados, número, cor, idade civil dos mesmos, e outros.

Há listas que trazem informações adicionais sobre a renda familiar, número de animais e plantas cultivadas, venda de animais, preços, e outras.

O Capitão-Mor de cada vila era o responsável pela elaboração das listas, conforme modelo e instruções vindos de Portugal e contava com a colaboração dos párocos para o cumprimento da tarefa. Na realidade, o levantamento era realizado pelos sargentos e cabos de esquadra das companhias de ordenanças, os mapas recapitulativos ordenados também por companhia de ordenanças.

A transição entre a fase dos censos coloniais, elaborados com base nas listas nominativas de habitantes, e a realização do censo imperial de 1872, considerado o primeiro censo geral do Brasil, é assinalada por levantamentos censitários de certa im-

portância, embora sem a regularidade anterior.

Aliás, a maioria dos presidentes de província incluem dados estatísticos sobre a população em seus relatórios, apresentados, muitas vezes, sob a forma de mapas gerais ou parciais agrupando dados demográficos de freguesias, distritos e vilas, obtidos por meio das respectivas Câmaras Municipais ou dos delegados de polícia.

A Lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870, determinou o recenseamento geral da população brasileira com a frequência decenal. Assim, a partir do censo de 1872, foram realizados aqueles de 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

#### b) *Listas Diversas*

##### b.1) *Listas de Regimentos de Milícia*

Dos tempos coloniais ao ano de 1831, as vilas e cidades brasileiras contavam com Regimentos de Milícias, as chamadas tropas de segunda linha. Existem livros-mestres dos regimentos, embora muitos estejam extraviados ou perdidos de todo, os quais nominam individualmente, além da oficialidade do Estado Maior, todos os praças alistados.

Estas listas fornecem a identificação do miliciano, com o nome e o sobrenome, filiação paterna, naturalidade, idade, estado civil, bem como a sua descrição antropológica, com dados acerca da estatura, cor da pele, cor dos olhos, formato do rosto, formato da testa, cor e tipo de cabelo, espessura da sobrancelha, presença ou não de barba, sua densidade, formato e cor.

As listas indicam ainda a posição militar do miliciano dentro da tropa, com a declaração do posto atual, companhia e esquadra às quais pertence, data em que assentou praça, como voluntário ou não. Fornecem também a sua movimentação militar, com as promoções recebidas e as transferências havidas.

São, na verdade, informações demográficas e sociais de primeira ordem sobre essa parcela da população masculina, e que podem ser exploradas por si, pelos dados diretos que incluem, como podem atuar de modo complementar, preenchendo lacunas das listas nominativas de habitantes, permitindo inclusive trabalhos de reconstituição de famílias, na medida em que incluem dados relativos à filiação paterna.

#### b.2) *Listas da Guarda Nacional*

A lei que extinguiu os Regimentos de Milícias criou a Guarda Nacional, “para defender a Constituição, a liberdade; para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas, e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e das costas”.

O alistamento na Guarda Nacional era obrigatório para os cidadãos brasileiros com renda suficiente para ser votante e com idade entre 18 e 60 anos. Em consequência, afora outras isenções previstas na lei, estavam isentos todos aqueles que possuísem renda inferior a 100\$000, além de alguns grupos profissionais. Todavia abrangia ainda ampla parcela da população masculina.

A Guarda Nacional era organizada por municípios e o alistamento realizado por quarteirões, segundo o local de residência do alistado.

Os livros de matrícula dos alistados continham o número de ordem do conscrito, seu nome completo, idade, profissão, estado civil e renda anual.

#### b.3) *Listas Eleitorais do Império*

Adeline Daumard, comentando as listas eleitorais francesas, afirma que elas permitem conhecer o corpo eleitoral e através delas, de maneira aproximativa e provisória, “recensar as fortunas e descrever a estrutura sócio-profissional da cidade, ao menos para seus elementos mais elevados”.

As listas eleitorais existem também para todo o Brasil e permitem para o Segundo Reinado, o estudo dessa importante parte da população constituída pelos *votantes* (eleitores das eleições primárias) e pelos *eleitores* (eleitores das eleições secundárias) sendo os primeiros, afora as exceções legais, os maiores de 25 anos e possuidores de renda líquida anual de 100\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, e os últimos aqueles possuidores de renda líquida de 200\$000.

Eram qualificados nas respectivas paróquias, organizando-se as listas por distrito, quarteirão e ordem alfabética. As listas indicavam o nome do inscrito, idade, profissão, estado civil e renda. O Decreto n. 2.675, de 25 de outubro de 1875, passou a incluir informações sobre domicílio, filiação, e grau de alfabetização. As listas eleitorais constituem importante fonte para o

conhecimento das categorias sócio-profissionais da segunda metade do século XIX.

#### b.4) *Documentos de Origem Fiscal*

Entre as listas diversas, devem constar os documentos de origem fiscal, como os *livros de barreiras*, os *livros de lançamentos de impostos diversos*, os quais contêm listas nominativas de contribuintes, com a indicação das importâncias pagas como, por exemplo, pela passagem das tropas de muires no Registro do Rio Negro, ou pela venda de um prédio urbano, de uma fazenda ou de um sítio, ou ainda o imposto pago pelo funcionamento de uma venda ou de uma casa comercial.

Os documentos de Alfândega, como as listas de mercadorias importadas ou exportadas, dígitos pagos, também contêm indicações preciosas para o estudo da sociedade e o seu gênero de vida.

### 3. *Monografias em Série*

São documentos que reúnem para indivíduos ou para famílias, dados que permitem reconstituir numerosos aspectos da condição social, da origem social, das relações sociais e até mesmo dos comportamentos sociais. Assim, por exemplo, as atas do estado civil ou os registros paroquiais da pessoa deixam assentos — seja no registro civil, seja no registro paroquial — de seu nascimento, casamento e morte. Pode ainda aparecer nos arquivos cartorários, com o seu testamento e inventário.

#### a) *Registros Paroquiais*

Os acervos custodiados pelos arquivos paroquiais compreendem, via de regra, livros de batizados, casamentos, óbitos, crismas, índices de batismos, livros de Tombo, livros de contabilidade e outros.

Para o historiador social, assim como para o historiador demógrafo, os livros de batizados, casamentos e óbitos, são dos mais importantes. Sobretudo no Brasil que, adotando desde cedo as disposições tridentinas, tanto no período colonial, como na maior parte do Império, os registros de nascimentos, casamentos e óbitos eram realizados unicamente perante a autoridade religiosa da paróquia.

Afora algumas lacunas, motivadas por perdas e extravios, em geral estes livros apresentam continuidade de registros para as três séries consideradas. Quase sempre

também estão ordenados cronologicamente, por mês e ano.

No caso, por exemplo, de uma das mais antigas paróquias do Paraná, a de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, cujos registros datam do final do século XVII, os livros do século XVIII e os das duas primeiras décadas do século XIX, apresentam-se em coleções separadas, conforme a condição jurídica e social dos batizados, nubentes e defuntos. Geralmente, a discriminação é indicada no título ou no termo de abertura do livro, segundo se destinava aos assentos de "baptistérios de servos", ou "baptizados de pardos e escravos, forros e administrados", ou "baptizados de bastardos e pretos", ou de "baptizados de brancos e homens libertos", e assim do mesmo modo para os registros de casamentos e de óbitos.

A partir de 1883, aparece o primeiro livro em que os assentamentos são realizados indiscriminadamente em único livro para "baptizados de brancos, bastardos e escravos da matriz da Vila de Nossa Senhora da Luz e capelas filiais". Do mesmo modo, os assentamentos de casamentos e óbitos passam a ser feitos sem discriminação alguma. Não existe, nos livros referência ou justificativa para o novo procedimento.

No que diz respeito ao conteúdo dos registros, sua melhor ou pior qualidade, ou seja o número e precisão das informações anotadas, depende em grande parte da pessoa encarregada de redigi-las. Porém, foram sempre observadas as exigências canônicas, garantindo sua excelência para os estudos de história social e demografia histórica.

#### b) Registros do Estado Civil

A Lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870, estabeleceu o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, regulamentada pelo Decreto n. 5.604, de 25 de abril de 1874, reformado pelo Decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888.

O serviço do registro civil compreende três livros, sendo um para o registro de nascimentos, outro para o de óbitos e outro para o de casamentos. Como auxiliar, há mais um livro para o registro de editais de proclamas.

No registro civil, especialmente no que se refere aos nascimentos e óbitos, intervêm os declarantes, o oficial do registro e as testemunhas. Nos assentos de casamentos intervêm ainda as partes contratantes e o juiz.

O registro do casamento é realizado segundo fórmulas legais, ao passo que os de nascimentos e de óbitos, segundo fórmulas oficiais estabelecidas pelo governo central ou federal.

Deste modo, o conteúdo do registro de nascimentos, casamentos e óbitos é constante e uniforme nas suas partes essenciais, variando apenas quando, por exemplo, no caso do casamento, este é realizado por procuração, se existem escrituras antenupciais ou se um ou ambos os cônjuges são viúvos.

No caso do sul do Brasil é preciso lembrar a Lei n. 1.144, de 11 de setembro de 1861 que regulou o casamento de *católicos* que poderia ser celebrado conforme o rito religioso dos nubentes, regulamentada pelo Decreto n. 3.069/63. A imigração, com a introdução de novas crenças e novas atitudes, trouxe a necessidade de outra forma de casamento, mais adequada à nova realidade social do Império. Essa lei inovou, passando para a autoridade civil a competência de dispensar os impedimentos e aquela de julgar da nulidade desta forma de casamento.

Contudo, embora estas preliminares, somente com a República, em virtude da separação entre a Igreja e o Estado, é que o casamento perdeu o seu caráter confessional, instituído o casamento *civil* pelo Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1891.

Os testamentos e, sobretudo, os inventários e partilhas *post-mortem*, constituem monografias de alto interesse para o estudo das sucessões e das heranças, são numerosos e existem para todo o Brasil e alguns datam mesmo do final do século XVI. Os antigos cartórios de órfãos são particularmente ricos, pela obrigatoriedade legal da realização do inventário.

O testamento é uma disposição, ou declaração solene, da vontade do testador, sobre aquilo que deseja que se faça depois de sua morte. Essa disposição naturalmente se refere aos seus bens, à sua fortuna.

O inventário dos bens precede às partilhas e tem por fim apurar o que constitui a herança, depois de deduzido o passivo. As partilhas fazem cessar o estado de comunhão sobre todos os bens da herança, distribuindo-a entre os herdeiros.

Os testamentos apresentam informações sobre a sua própria natureza, sobre a qualificação do testador, naturalidade, filiação, data de nascimento, número de filhos maiores e menores, legítimos, naturais ou adotivos, estado no momento de testar (*in-extre-*

mis etc.), bem como se alfabetizado ou não.

Em geral, incluem súplicas de ordem religiosa, com invocações, rogações, petições e encomendações da alma à Santíssima Trindade, Jesus, Maria e aos santos protetores etc.

Estabelecem determinações a serem observadas quanto ao corpo, ao sepultamento, ao funeral, aos cuidados espirituais *post-mortem* (missas etc.).

Fazem a declaração dos bens móveis e imóveis (com suas confrontações), das dívidas ativas e passivas, e outros. Dispõem acerca dos bens, enumerando os herdeiros e indicando as respectivas repartições dos bens, bem como ainda sobre os legados (materiais e espirituais).

Nomeiam ainda o testamenteiro ou testamenteiros (cônjuge, filho, parente, estranho), e podem conter codicilos. Afinal, possibilitam observações quanto à hierarquia e círculo social, mentalidades, usos e costumes, fatores econômicos, regras de direito, terminologia arcaica, razões de deserdação na *praxis* etc.

Os inventários, além do inventariante, indicam o nome do inventariado, data do óbito, local do mesmo e a *causa-mortis*, bem como o estado civil do falecido, nome do cônjuge, filiação, existência de herdeiros, seu número, se diretos ou colaterais, os seus nomes, sexo, estado civil, idade, grau da parentesco e legitimidade.

Incluem a descrição pormenorizada dos bens móveis, imóveis e outros, das dívidas ativas e passivas, suas respectivas avaliações judiciais, o total do espólio, os impostos de transmissão.

A partilha principia pelos bens móveis, passando aos bens de raiz e depois às dívidas ativas, tirando-se a meação do cabeça do casal para se lhe adjudicar e, finalmente, a do defunto, para se repartir pelos filhos não tendo disposto da terça (ou, mais tarde, da sua meia), porque havendo, adjudica-se na forma determinada pelo testamento.

A seguir, a cada um de *per si*, o escrivão faz as entregas aos herdeiros, na forma das cotas ordenadas pelo juiz. Os herdeiros colocam-se de posse das suas respectivas porções, em virtude dos formais de partilhas que, para efeito, lhes foram passados.

#### c) Outras Monografias em Série

As Cartas de Alforria constituem copiosos documentos cartorários, de extraordiná-

rio interesse para o estudo da sociedade brasileira ao tempo da escravidão.

Alforria era o ato jurídico pelo qual o senhor, por sua livre vontade concedia a liberdade ao escravo que, de imediato, passava a gozar de personalidade e capacidade jurídica como todo cidadão livre. Ela podia ser concedida a título oneroso ou gratuito. Ainda, por fideicomisso, a prazo ou sob condição. No entanto, a alforria devia ser registrada em tabelião para que o liberto fosse reconhecido como tal perante a lei e as autoridades.

De modo geral, as Cartas de Alforria, numerosas no século XIX, trazem as seguintes indicações: nome, nação de origem, cor, nome do senhor, filiação (geralmente materna), os motivos da liberdade, a quantia paga, declaração de liberdade, data em que a carta foi outorgada, assinaturas de duas testemunhas e do tabelião, e data do registro da carta.

Algumas vezes, as cartas incluem profissão do senhor, ofício do escravo e o endereço daquele. No caso da alforria condicional, a carta continha suas condições, inclusive que podiam tornar suspensa, ou sem efeito, a libertação concedida.

Outras séries judiciárias, como os *livros de protocolo de audiências* dos diversos juizados, tanto cíveis, como criminais, registram as audiências realizadas, indicando datas, autoridades presentes, partes interessadas, informações sobre as mesmas, assunto da audiência (manutenção de posse, ação de alimentos, penhoras, partilha de bens etc.), fornecendo material também de interesse para o historiador social.

#### 4. Monografias Isoladas

Como o seu nome está a indicar, são reunidos neste tipo de fontes para a história social, arquivos privados, como os arquivos de família e os arquivos de empresas, publicados ou inéditos, que não se inserem em uma série. Neles se encontram livros de contas, correspondência ativa e passiva, memórias e lembranças, enfim, material rico de informações sobre seus autores, como também sobre o seu grupo social e seus interesses. Aqui também se enquadram livros, notícias, de caráter mais ou menos hagiográfico, publicados à época ou inéditos ainda recentemente, bem como ainda certos documentos semi-privados, como os testamentos ológrafos, em geral muito raros para constituírem uma série e que, muitas vezes, podem conter testemu-



nhos reveladores de certas situações sociais que escapam aos documentos públicos seriadados de caráter mais formal.

#### a) Impressas

Entre as monografias isoladas já impressas, encontram-se os livros de memórias, os livros de viagens, os livros de comentários sobre assuntos de relevância no cenário local ou nacional, e outros, publicados ainda no século XIX. Exemplificar-se-á com algumas obras relativas ao Brasil Meridional.

Assim, as *Memórias Economopolíticas sobre a Administração Pública do Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves, publicadas em 1822, tratam em particular da Província do Rio Grande de São Pedro; o *Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul*, de João Cezimbra Jacques, publicado em 1885; a *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina escrita no Rio de Janeiro em o Ano de 1816*, por Paulo José Miguel de Brito, publicada em 1829; a *Memória Histórica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Município*, escrita por Antonio Vieira dos Santos, em 1850, e publicada somente em 1922, constitui um dos exemplos de monografias isoladas impressas, compreendendo dois volumes; e também, o pequeno livro, publicado em São Paulo, em 1860, por Salvador José Correia Coelho, sob o título *Passeio à Minha Terra*.

Devem ainda ser referidas as monografias impressas concernentes e esta ou aquela família, ou a esta ou aquela personalidade, ainda que quase sempre revestidas de aura hagiográfica. Um bom exemplo para a história social é constituído pelo livro *Pae e Patrono*, de Moysés Marcondes, publicado em 1923, sobre a figura de seu pai, o conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, líder do Partido Liberal na Província do Paraná.

#### b) Arquivos de Família

Ainda que muitas vezes extraviados e mesmo perdidos, os arquivos de família apresentam extraordinário interesse para a história social. Via de regra, incluem cartas expedidas ou recebidas, livros de contas, documentos familiares e outros.

No Paraná, no século XIX, como de resto em todo o Brasil, o filho-família ao casar-se e deixar a casa paterna para constituir patrimônio próprio, com negócios

próprios embora ligados aos negócios da família, abria os seus livros de contas e os seus borradores, onde registrava todas as transações comerciais realizadas, de compra e venda, com as respectivas despesas e receitas, assim como as cartas expedidas e o seu conteúdo.

O exame, por exemplo, da contabilidade do Barão dos Campos Gerais, de 1834 a 1894, permitiu penetrar nos mecanismos do comércio de muarens no Sul, a formação e condução das tropas, as invernações, formas e condições de comercialização, preços, lucros, além de inversões e até mesmo gastos suntuários.

O gênero de vida que levavam os senhores da fazenda, desde o vestuário pessoal, ao de cama e mesa, o mobiliário, o refinamento dos costumes, a composição alimentar da mesa, podem ser vistas pelas compras feitas.

Até mesmo as ocorrências de regozijo, como as festas e os casamentos, são vistas através dos livros de contas, bem como aquelas de luto, a morte, as cerimônias fúnebres.

#### 5. Documentação Qualitativa Diversa

Neste item, enquadram-se papéis de toda natureza, difíceis, portanto, de uma classificação genérica, abrangente, mas que constituem o conjunto de testemunhos contemporâneos.

Aqui estão, por exemplo, as obras científicas que, no entanto, fornecem observações e depoimentos dos mais pertinentes e sagazes acerca da vida social brasileira, sobretudo no século XIX, haja vista a obra de Saint-Hilaire que, como botânico, visitou províncias brasileiras, particularmente do Sul.

Certos livros, como o de *Perdigão Malheiros* sobre a escravidão, o de *Sebastião Ferreira Soares* sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império, o de *Tavares Bastos* sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e a instauração do esquema federal, constituem obras indispensáveis para a compreensão das estruturas sociais e econômicas do século XIX.

Porém, são os jornais e as revistas publicados no século XIX, que noticiam e cobrem matéria diversa, sempre de importância para a pesquisa histórica.

Márcia Elisa de Campos Graf, a partir da metodologia inaugurada por Gilberto Freyre, publicou *Imprensa Periódica e*

*Escravidão no Paraná*, evidenciando a riqueza informativa da imprensa periódica para a história social.

O historiador paranaense, Romário Martins — seguido depois por Osvaldo Pilotto —, registrou a presença de 295 jornais e periódicos diversos que circularam em Curitiba, de 1854 a 1907, e de 156 no interior do Paraná, para o mesmo período, totalizando 451 títulos.

É verdade que a maioria desses jornais e revistas, tiveram vida efêmera, circulando com apenas um ou dois números. Entretanto, o seu aparecimento constitui indicador para o conhecimento da vida social. Outros foram mais duradouros, como *O Dezenove de Dezembro* que se publicou em Curitiba de 1.º de abril de 1854 a 15 de fevereiro de 1890, com hiato de apenas 17 meses e 21 dias quando interrompeu sua circulação, totalizando 3.936 números.

Nas províncias do Sul, com o desenvolver da imigração, surgem interessantes jornais e revistas, publicados em língua estrangeira, sobretudo o alemão, o polonês e o italiano, e dirigidos especificamente aos colonos. O Paraná também as teve, como *Der Pionier* (1881), *Der Beobachter* (1889), *Gazeta Polska y Brazylje* (1892), *Il Corriere d'Italia* (1893) e outros.

Jornais críticos e chistosos, como *O Mascarado* (1861), *O Esfola Gato* (1866), *O Diabo Azul* (1878), também apresentam grande interesse para a história social dos costumes.

Os almanaques periódicos, pelo seu conteúdo, apresentam idêntico interesse.

#### 6. Documentação Figurativa

Uma forma especial de material objeto da conservação do historiador, é oferecida pela documentação figurativa (fotografias, desenhos, plantas, mapas etc.). As fotografias particularmente devem atrair a atenção do pesquisador brasileiro, pois que muito cedo estiveram presentes no Brasil.

Também não podem ser esquecidos pelo historiador social certos trabalhos pictóricos que constituem reconstituições de casas e aspectos da vida cotidiana, como a obra

de Debret que, com argúcia, deixa observações pertinentes até mesmo acerca da história dos costumes.

#### 7. Arquivos Oraís

Desde o final do século XIX, a fonografia já aparecia aos historiadores como auxiliar de pesquisa. Todavia, foi o aparecimento do pequeno gravador portátil, de tecnologia apurada de gravação, até os mais sofisticados e potentes mini-gravadores, que possibilitou o alargamento da atualização de depoimentos gravados com vistas à formação dos chamados arquivos orais, com registros sistemáticos e exaustivos dos dados.

No Brasil, os arquivos orais podem ser particularmente úteis, não só por suprirem a carência ou insuficiência de fontes acerca de processos históricos recentes, mas sobretudo pela rapidez desses processos nos últimos anos, haja vista, por exemplo, a ocupação e posse da terra em áreas novas não ocupadas e colonizadas.

Tal é o caso do Paraná, em que as terras do Norte, do Sudoeste e do Oeste do Paraná, foram colonizadas particularmente a partir de 1920. Charles Morazé, tratando dessa matéria, já teve oportunidade de observar que, no Brasil, muitas vezes, o geógrafo, *malgré lui*, torna-se historiador.

Como se depreende do rápido arrolamento apresentado, as fontes para o estudo da história social são numerosas e diversificadas. Sua qualidade e quantidade atendem amplamente às exigências impostas pela metodologia própria da história social em suas múltiplas áreas e direções de pesquisa, quer de sociedades urbanas ou rurais, grupos sociais ou políticos, mobilidade social, movimentos sindicais ou movimentos estudantis, enfim, muitas das áreas negligenciadas pela historiografia tradicional.

De igual modo, tais possibilidades heurísticas produziram não apenas uma abertura temática, como também o alargamento cronológico das possibilidades de pesquisa em história social.

### Núcleo de Documentação Cultural

#### 1. Objetivos e Estrutura

O Núcleo de Documentação Cultural — Nudoc, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará — UFC, foi criado pela Resolução n. 4. Consuni, de 9 de março de 1983 e inaugurado a 17 de junho do mesmo ano.

Tem como objetivo geral contribuir para a preservação da memória do Ceará no âmbito da História e das Tradições Populares e produzir conhecimentos, através de uma postura crítica, sobre seu processo de desenvolvimento.

São objetivos específicos do Nudoc:

a) implementar as atividades científicas e culturais através da constituição de acervos documentais, da produção e divulgação de conhecimentos; b) contribuir para a preservação e organização do acervo existente na UFC relativo à área de atuação do Nudoc; c) localizar documentos privados existentes no Estado do Ceará, incentivando sua doação ao Nudoc; d) reunir, tratar, restaurar, conservar e difundir os documentos sob sua guarda; e) assegurar a salvaguarda de arquivos, coleções e documentos avulsos privados e sua valorização sob o enfoque dos estudos históricos e tradi-

ções populares; f) indexar, armazenar e recuperar informações sobre os temas de que trata o Nudoc existentes em instituições públicas ou privadas, ou arquivos privados no Estado do Ceará para consulta pública; g) conjugar as atividades internas de documentação e pesquisa do Nudoc com as atividades implementadas por órgãos externos à UFC; h) criar condições de apoio às atividades de pesquisa dos Departamentos da UFC afetos à área de atuação do Nudoc; i) colocar o acervo do Nudoc à disposição dos interessados; j) captar recursos de fontes financiadoras para projetos e/ou programas específicos de pesquisa.

Suas áreas de atuação compreendem a História e as Tradições Populares que serão implementadas através de dois setores: Documentação e Pesquisa. O primeiro está dividido em três subsetores: Arquivo, Audiovisual (Fototeca, Fonoteca e Filmoteca) e Biblioteca. O setor de Pesquisa, com os subsetores de História e Tradições Populares (Técnicas, Crenças, Costumes e Meios de Expressão Cultural), envolve: a) a localização e coleta de materiais passíveis de serem doados e necessários à composição do acervo documental, assim como a própria *produção de documentos* de natureza audiovisual que, de alguma forma, colaborem para a preservação da memória cearense; e b) a *análise e interpretação* dos

dados constantes do acervo complementados por dados de outras fontes.

A estrutura organizacional do Nudoc envolve o Comitê de Coordenação Executiva e o Comitê Consultivo. A primeira Coordenadora do Nudoc é a Prof.<sup>a</sup> Teresa Maria Frota Haguette (1983-1987). O Nudoc filiou-se à Anpocs em 1987.

## 2. Atividades Desenvolvidas

a) *Dicionário Histórico Biográfico* — Objetiva a estruturação da vida de personagens ligadas ao mundo político, intelectual, econômico, artístico e religioso que desempenharam papel de destaque nos vários segmentos da sociedade local.

b) *A História Oral* representa um instrumento valioso na reconstituição da história recente quando o ator social vai, pouco a pouco, desvendando aspectos obscuros ou desconhecidos do passado.

O Projeto de História Oral do Nudoc já dispõe de 238 horas de entrevistas gravadas com lideranças políticas, industriais, sindicais e comunitárias que estão sendo processadas e colocadas à disposição do público.

c) *Arquivo* — O Nudoc recebeu a doação de uma valiosa Coleção de Telegramas (ativos e passivos) do Pe. Cícero Romão Batista, assim como uma coleção de recortes de jornais antigos do jornalista Clóvis Barroso. Este material já está catalogado e à disposição da comunidade.

O Setor de Arquivo e Documentação do Nudoc já catalogou as 238 fitas cassete do Programa de História Oral que estão prontas para consulta. Vários são os dossiês de assunto que estão sendo montados pelo setor, com a participação de bolsistas: Sindicalismo; Greves; Salários; Reforma Agrária; Projetos Agrícolas (DNOCS-Sudene etc.); Constituinte; Reforma Tributária; Pacto Social; Igreja; Assembléia Legislativa; Prefeitura Municipal; Câmara Municipal; Partidos (PDS, PTB, PSB, PMDB, PT e PC); Eleições para prefeito (1985); Eleições para Governador (1986); Governador Gonzaga Mota; o Grupo Gonzaguista; os Coronéis (Virgílio Távora, César Cals, Adauto Bezerra).

Vale ressaltar a importância deste trabalho que não só propicia dados primários para certas pesquisas em andamento como contribui para a criação de um acervo documental para a comunidade.

d) *Biblioteca* — O Nudoc recebeu doação de material impresso variado do Banco do Nordeste do Brasil e da Sudene da ordem de, aproximadamente, 700 volumes. Adquiriu, também, através de compra, aproximadamente, 700 livros-títulos que tratam de sua área de atuação.

### e) *Pesquisas*

1) Convênio Finep/FCPC/Nudoc: o Nudoc desenvolve, a partir de abril de 1983, uma pesquisa sobre A História do Ceará: Política, Indústria e Trabalho — 1930/1964 que está sendo financiada pela Finep e é renovada a cada ano. O referido projeto está no seu quarto ano de desenvolvimento.

São as seguintes as pesquisas em andamento:

Almeida, Maria Izelda Rocha. *A História da Indústria de Óleos Vegetais no Ceará: 1960-1986*; Aragão, Elizabeth Fiúza. *A História da Indústria Têxtil no Ceará: O Fator Trabalho — 1880-1950*; Ferreira, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Sobral: 1878-1978*; Haguette, André. *CIC e FACIC: Um Estudo da Burguesia Cearense*; Haguette, Teresa Maria Frota. *A História Política da Zona Norte do Ceará*; e Ribeiro, Francisco Moreira. *As Esquerdas no Ceará: 1947-1964*. (Tese de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento da UFC).

### 2) Convênio BID/CNPq/FCPC/Nudoc

O Nudoc desenvolve o projeto A Pequena Propriedade Face a uma Situação de Mudança, desde fevereiro de 1984, visando ao acompanhamento de novas tecnologias adaptadas ao pequeno produtor que estão sendo implantadas através de outros 30 projetos da UFC.

3) O Nudoc, em convênio com o Banco do Nordeste do Brasil S/A promoveu o Primeiro Concurso sobre História do Ceará aberto à comunidade cearense, no intuito de incentivar a pesquisa fora da Universidade, sobre a História do Ceará no Século XX nos seus aspectos social, político ou econômico. O primeiro prêmio coube ao trabalho de Alberto Santiago Galeno: "Território dos Coronéis" e o segundo ao trabalho de Gisela Schimmelpfeng, "A Participação Alemã no Desenvolvimento Sócio-Econômico do Ceará". As duas monografias, que exibem originalidade e rigor documental, serão publicadas na coleção *Estudos Históricos* do Nudoc.

### 3. Publicações

O Nudoc edita *Série Idéias*, na qual já saíram seis cadernos, enquanto outros títulos aguardam publicação e *Coleção Estudos Históricos*, da qual 9 volumes estão escalados para publicação, todos frutos das pesquisas realizadas no Nudoc, a saber:

- Vol. I — *O PCB no Ceará: Ascensão e Declínio — 1922-1947*, de Francisco Moreira Ribeiro (206 pp.);
- Vol. II — *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará: 1954-1964*, de Maria Glória Wornald Ochoa (127 pp.);
- Vol. III — *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*, Benedito Genésio Ferreira (263 pp.);
- Vol. IV — *A Trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o Setor de Fiação e Tecelagem, 1880-1950*, Elizabeth Fiuza Aragão (120 pp.);
- Vol. V — *As Eleições de 1954 e 1958 no Ceará: Os Partidos e suas Lideranças*, Glória Maria dos Santos Diógenes (108 pp.);
- Vol. VI — *A História da Indústria de Óleos Vegetais no Ceará — 1934-1960*, de Maria Izelda Rocha Almeida (180 pp.);
- Vol. VII — *Território dos Coronéis*, de Alberto Santiago Galeno (61 pp.);
- Vol. VIII — *A Participação Alemã no Desenvolvimento Sócio-Econômico do Ceará*, de Gisela Paschen Schimmelpfeng (67 pp.);
- Vol. IX — *A Comunidade de Joazeiro na Guerra dos Coronéis: Relação entre as Oligarquias Agrárias, Setores Comerciais, Camadas Urbanas e Rurais nas Primeiras Décadas do Século XX no Ceará*, (Tese de Mestrado, de Marcelo Ayres Camurça Lima, 273 pp.).

#### Endereço:

Nudoc  
Av. da Universidade, 2768  
Benfica  
60.000 — Fortaleza — CE  
Tel.: (085) 243-6058

## Pesquisas em Andamento \*

**Fiori, Neide Almeida (UFSC)**

*Escola Colonial Alemã em Santa Catarina:  
Resposta a um Desafio*

A pesquisa refere-se à reconstrução do social, no final do século XIX, em Colônia Blumenau. No estudo será dada ênfase à análise da comunidade rural de Pomerodê. A metodologia abrange estudo de documentos, de normas legais e de bibliografia referente à época (com ênfase em bibliografia didático-pedagógica). A pesquisa visa caracterizar a "escola colonial alemã" enquanto experiência da cultura germânica intimamente relacionada com os valores do protestantismo luterano. Pretende-se estudar o conteúdo didático-ideológico de atuação escolar, com ênfase a influência de Pestalozzi (valor dado à prática) e Jahn (valorização do exercício físico), aspectos esses

que se pretende relacionar com o então nascente "nacionalismo" alemão.

**Dpc:** 1987/Pc/Fin: CNPq/Pub: "O Perfil Ideológico da 'Escola Estrangeira' em Santa Catarina", *Revista de Antropologia*, v. 29, 1986.

**Machado, Maria Helena et alii (Fiocruz)**

*Dinâmica do Emprego em Saúde no Brasil, 1976-1984*

Constituem objetivos da pesquisa: 1) atualizar a informação disponível sobre o emprego em saúde, de tal modo a abranger o período estudado e estabelecendo um banco de dados (único no Brasil) sobre esse assunto; 2) identificar tendências gerais da dinâmica do emprego em saúde; 3) avaliar o impacto da crise sócio-econômica sobre

\* Esta seção divulga pesquisas em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação ou na Editora do *BIB*. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; pesquisador (es) associado (s); título do projeto, breve descrição do projeto, em 10, linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações: Data do início da pesquisa (**Dip**); Data prevista para conclusão (**Dpc**); Estado atual da pesquisa: Estudos preliminares (**Ep**); Versão preliminar (**Vp**); Publicada (**P**); Pesquisa de campo (**Pc**); Versão definitiva (**Vd**); Instituição (**ões**) financiadora (s) (**Fin**); e Publicações recentes relacionadas com a pesquisa, incluindo referências completas (**Pub**).

as dimensões quantitativas e qualitativas do emprego em saúde, consideradas como tendências "conjunturais".

**Dip:** 1986/**Dpc:** 1987/Vp/Fin: OPS/UFMG/ENSP/IBGE

**Machado, Maria Helena et alii (Fiocruz)**  
*Situação da Força de Trabalho Feminina em Saúde, 1970-80*

Pretende-se analisar, em particular, a tendência do setor de saúde à feminilização (20% da força de trabalho em saúde é constituída de mulheres) em todo o país no período 70-80.

**Dip:** 1986/**Dpc:** 1987/Vp/Fin: OPS/UFMG/ENSP/IBGE

**Miyamoto, Shiguenoli (Unicamp)**  
*Política Externa e Partidos Políticos*

O objetivo da pesquisa é perceber como os partidos políticos tratam as questões das relações internacionais e da política externa brasileira. O período considerado vai de 1945 a 1986, fazendo-se um corte nos anos 1945/1965; 1966/1979; 1980/1985; 1986...

**Dip:** 1986/**Dpc:** 1987/Ep

**Silva, Vera Alice Cardoso (DCP/UFMG)**  
*História Administrativa de Minas Gerais, 1889-1980*

A política externa foi deliberadamente formulada a partir do pressuposto de trocas com o governo norte-americano. A conclusão indica que a estratégia funcionou bem durante o governo democrata de Truman (marcado pelas tensões da Guerra da

Coréia) e encontrou obstáculos quando se instalou o governo republicano de Eisenhower. A pesquisa foi feita nos seguintes arquivos: Vargas, Oswaldo Aranha, Góes Monteiro, San Thiago Dantas e Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos.

**Vd:** 1984/**Pub:** encontra-se em fase de tradução para publicação para a Editora Paz e Terra.

**Trejo, José Othon Queiroz (PUC-RS)**  
*Impacto das Novas Tecnologias Computadorizadas sobre a Força de Trabalho e o Sindicalismo em Porto Alegre*

Num momento em que o Brasil procura sair da sua crise econômica e política, as mudanças tecnológicas desempenham um papel muito importante. Com este panorama surgem as Novas Tecnologias Computadorizadas (NTCs) e começam a introduzir-se maciçamente no Brasil. Nossa preocupação é estudar os impactos das NTCs sobre a força de trabalho e suas formas de organização, e da consciência que os trabalhadores desenvolvem nos marcos de seus sindicatos. Pretendemos estudar os impactos econômicos dentro do processo de trabalho em sua relação com os impactos políticos sobre as organizações dos trabalhadores. Isto significa entender a introdução das NTCs como uma relação social onde se unem as determinações técnicas, econômicas e políticas.

**Dip:** 1985/**Dpc:** 1987/Pc/Fin: Finep/**Pub:** "Impactos Sociais das Novas Tecnologias", *Jornal do CREA*, Porto Alegre, abril, 1986; "Força de Trabalho e Novas Tecnologias: Reestruturação e Formas de Subordinação no Brasil", Iespe/PUC-RS, abril, 1986, mimeo.

## Teses e Dissertações \*

**Alvim, Maria Rosilene Barbosa**

*Constituição da Família e Trabalho Industrial. Um Estudo sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária.* Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UF RJ, 1985, 633 pp. Orientadora: Lygia Maria Sigaud.

Importância da família no processo de proletarianização em geral e particularmente no processo de proletarianização no Brasil. A família como mediadora em um processo de transformação das condições de vida de um grupo de trabalhadores que tem suas relações de subordinação alternadas. O recrutamento de famílias para ocupar funções industriais não faz mudar o modelo de autoridade familiar presente nas famílias de origem rural. Recrutamento de famílias realizado diretamente por uma fábrica têxtil a partir da década de 30. A direção fabril utiliza a força de trabalho contida na família como mulheres, jovens do sexo

masculino e crianças, e mantém o chefe de família e sua esposa fora das ocupações fabris principais sem que isto leve à perda da importância da autoridade do chefe de família. Ao contrário, a fábrica tem neste chefe de família um medidor necessário para a disciplina fabril dos operários, passado e presente desta família operária.

**Arandia, Alejandro Kuajara**

*O Desenvolvimento Capitalista e a Diferenciação Social da Pequena Produção Rural no Rio Grande do Sul.* Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986, 154 pp. Orientadora Anita Brumer.

Trata-se de uma caracterização da pequena produção rural ao nível da dinâmica da categoria social camponesa, considerando a problemática de sua transformação capitalista, com base na tendência à diferenciação social entre os pequenos agricul-

\* Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país, ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor; título e subtítulo do trabalho; grau obtido; área de estudo; instituição; ano; número de páginas; nome do orientador; e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.



tores do Rio Grande do Sul, tendo em vista sua crescente inserção no circuito do capital. Partindo da análise dos principais marcos de desenvolvimento capitalista no Brasil e no Rio Grande do Sul, observou-se: a) a presença significativa de pequenos produtores bastante modernizados, onde as idéias de lucro e expansão econômica são bastante desenvolvidas; b) existência de um tamanho mínimo de área explorada que permite ao pequeno produtor resistir à expropriação; c) que o desenvolvimento capitalista na agricultura não se apresenta de uma forma única, podendo combinar diversos tipos de relações de trabalho.

**Barbosa, Livia Neves de Holanda**

*O Jeitinho Brasileiro. Um Estudo de Identidade Social.* Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1986, 400 pp. Orientador: Roberto Da Matta.

Este trabalho aborda o "jeitinho" e suas diferentes modalidades em dois momentos distintos na sociedade brasileira, como ritual e como elemento de identidade social. De acordo com a nossa interpretação, o jeitinho enquanto ritual se situaria entre dois universos ideológicos existentes entre nós, atualizando, quando acionado, diferentes valores. Consideramos também como parte de nossa interpretação que esse ritual adquiriu o sentido que lhe atribuímos devido a uma atualização peculiar da ideologia individualista no seio da sociedade brasileira, que enfatiza ao nível simbólico o atributo da igualdade e acarreta implicações distintas para a noção de indivíduo.

**Centurião, Luiz Ricardo Michaelsen**

*Relações Sociais em Estabelecimentos Penitenciários.* Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986. Orientador: Sérgio Alves Teixeira.

Este trabalho procura analisar aspectos das relações sociais mantidas num estabelecimento penitenciário entre presos, agentes penitenciários e psicólogos. Observam-se os mecanismos de manipulação de poder subjacentes à comunicação entre os três grupos. É salientado o processo de rotulação, a manutenção de um relacionamento antagônico entre os três grupos e a incapacidade da

instituição de manter uma atuação coerente com os objetivos sociais de um estabelecimento penitenciário.

**Diehl, Astor Antônio**

*Os Círculos Operários: um Projeto Sócio-Político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964).* Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987, 206 pp. Orientador: René E. Gertz.

Partindo das encíclicas sociais, o estudo procura mostrar como elas se refletiram no pensamento e na ação do clero e do laicato brasileiro. Os Círculos Operários no Rio Grande do Sul são analisados neste contexto, estudando-se o seu processo de criação e expansão no Estado, sua estrutura, sua forma de atuação, sua situação frente a outras organizações operárias, suas relações com o Ministério do Trabalho, as razões de seu sucesso e de seu declínio ao final do período indicado.

**D'Oliveira, Vania R. Azevedo**

*O Processo de Acumulação de Capital e suas Conseqüências Sócio-Econômicas na Agricultura: O Caso de Pelotas.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987, 174 pp. Orientador: Mário Riedl.

O trabalho analisa o processo de desenvolvimento sócio-econômico de Pelotas destacando a época áurea da pecuária e das charqueadas e a fase atual, onde dominam na economia as grandes agroindústrias de processamento de pêssego, integradas com os camponeses. Mostra-se que, quando a atividade econômica de Pelotas se fazia com capital local, os lucros eram reinvestidos na economia pelotense, gerando riquezas, situação que se modifica com a entrada de capital forâneo, uma vez que se dá a evasão do lucro e do capital. Num segundo momento, analisa-se a situação atual do município e dos camponeses integrados com as agroindústrias de processamento de pêssego.

**Emmi, Marília Ferreira**

*Estrutura Fundiária e Poder Local — O Caso de Marabá.* Mestrado em Planejamento Social. Núcleo de Altos Estudos da

Amazônia, Universidade Federal do Pará, 1985, 172 pp. Orientador: Jean Hebette.

Estudo sobre as relações entre as transformações da estrutura fundiária e as mudanças no poder político de Marabá. Investigação das particularidades que marcaram a associação de um processo de estruturação do domínio político com o processo de apropriação das terras públicas. Análise do modo pelo qual se conformou uma estrutura de poder em moldes aproximadamente oligárquicos, detectando-se os mecanismos responsáveis pela transformação dessa forma peculiar de mando em relação ao domínio da terra. Reconstitui-se a história social dos grupos envolvidos, suas situações conflitivas e as diferentes formas de atuação do Estado Nacional visando proteger os interesses do grande capital.

**Ferreira, Adir Luiz**

*O Poder Tecnocrático no Estado Pós-64 e a Política da Abertura nos Anos de Figueiredo.* Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986, 265 pp. Orientador: César Marcello Baquero.

Analisa-se a tecnocracia na estrutura estatal do Brasil no pós-64 e sua ação no governo Figueiredo (79/85). Examina-se as conseqüências da evolução deste poder através do planejamento econômico. O espaço tecnocrático é visto como co-partícipe do pós-64: Desenvolvimento & Segurança. Analisa-se o caso da Seplan, como coordenadora deste espaço, relacionando-se a sua capacidade com a sua imagem e a legitimidade econômica do governo. Nas conclusões mostra-se um objetivo fundamental da "abertura"; preservar o autoritarismo da intervenção estatal concomitante à liberalização política. Ao final verificou-se uma mudança na legitimidade do período: Desenvolvimento & Liberalização.

**Fridman, Luis Carlos**

*A Consciência Bizarra.* Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1985, 113 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

A tese destina-se ao aprofundamento da obra de Antonio Gramsci, compreendido como um dos mais férteis autores marxistas

do século XX. Trata primordialmente do conceito de *consciência bizarra*, pouco explorado pelos estudiosos e teóricos que se debruçaram sobre a vida e a obra do pensador e dirigente político italiano. Essa noção gramsciana traz uma contribuição original ao conceber as formas de consciência das classes subalternas de uma combinação entre o velho e o novo na cultura, isto é, entre as credences, superstições e bruxarias com princípios da ciência e da filosofia mais modernas e avançadas. Analisam-se, também, as noções de *folclore*, *senso comum*, *bom senso* e *filosofia*, que aparecem, na obra de Gramsci, como os momentos diferenciados de expressão da "bizarria". Com isso, o trabalho procura salientar o lugar destacado e original de Gramsci no campo do marxismo, pois foi através de suas notas teóricas que surgiu uma nova visão acerca da tomada de consciência das classes subalternas, com iniciativas de caráter político e cultural, na direção de uma filosofia coerente e homogênea, própria de uma nova concepção do mundo.

**Jaccoud, Luciana de Barros**

*"Na Lei ou na Marra..." Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968).* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1986, 183 pp. Orientador: Sílvio Marcello Maranhão.

Desenvolveu-se em Pernambuco, a partir de meados da década de 50, um intenso processo de organização das classes sociais subordinadas, expresso sobretudo na emergência de quatro importantes movimentos sociais: Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais, Associações de Moradores e Sindicatos Urbanos. Estes movimentos, relacionados nacionalmente com o processo de avanço político das classes trabalhadoras no período da "democracia populista" (1945-1964), e no estado, com a emergência da chamada "Frente do Recife", passaram a representar tanto um pólo de ação social, como espaço reivindicatório das demandas específicas das classes trabalhadoras, como um pólo de ação política, como canal de lutas democráticas e de ampliação da participação daquelas classes. Este trabalho visa resgatar o significado histórico e o papel social e político daqueles movimentos, através da análise de sua organização e seu desenvolvimento, entre 1955 e 1968.

**Lang, Alice Beatriz da S. Gordo**

*Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: Representação e Sociedade.* Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987, 352 pp. Orientadora: Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Através da análise do relacionamento social e político e da ação parlamentar do político paulista Adolpho Gordo, o trabalho procurou delinear o significado da representação parlamentar e apreender aspectos da sociedade da Primeira República, período em que Adolpho Gordo atuou, inicialmente como deputado e posteriormente como senador. O estudo se baseia, de modo especial, em extensa documentação que pertenceu a esse político. Mostra a extrema complexidade que revestia a representação parlamentar, considerada quanto à concessão do mandato e quanto a seu exercício, apontando os múltiplos grupos e instâncias que interferiam na relação eleitor-representante. A existência de certa complexidade na organização social do período é mostrada pela ação de diversos grupos, de natureza variada, que procuravam influenciar a atuação dos parlamentares, visando o atendimento de seus interesses específicos.

**Lima, Roberto Kant de**

*Legal Theory and Judicial Practice: Paradoxes of Police Work in Rio de Janeiro City.* Doutorado em Antropologia, Harvard University. Orientador: David Maybury-Lewis.

No Brasil, práticas policiais ilegais e dispositivos constitucionais autoritários são freqüentemente responsabilizados com exclusividade pelos defeitos no funcionamento de nosso sistema democrático. No entanto, observação mais acurada demonstra que a ideologia jurídica elitista teoricamente defende princípios constitucionais igualitários mas, na prática, discrimina na aplicação da lei através de práticas judiciais e policiais oficiais ou não. A partir de uma etnografia das práticas policiais na cidade do Rio de Janeiro em 1982, o trabalho discute como a aplicação idealmente igualitária da lei se converte, de fato, em uma administração seletiva e discriminatória da justiça, respaldada nas práticas judiciais e nas categorias jurídicas que informam nosso processo

penal. Teórica e praticamente, as redes de relações que se constituem no Judiciário, e as práticas policiais ilegais complementam — e não contradizem — o sistema judicial.

**Lopes, José Sérgio Leite**

*A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés".* Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1986, 907 pp. Orientadora: Lygia Sigaud.

A tese trata da constituição de um sistema de dominação específico na fábrica têxtil da Companhia de Tecidos Paulista, no município de Paulista, PE, sobre os seus operários, no padrão fábrica-vila operária; e trata também das condições sociais de produção de uma resistência a tal sistema de dominação por parte dos trabalhadores. A tese utiliza-se de material de pesquisa proveniente de trabalho de campo etnográfico e também de material documental historiográfico, abrangendo desde a constituição de fábrica no início do século, os anos 30 e 40 em que tal fábrica tornou-se a maior têxtil do país, até os anos 50 e 60, quando manifestou-se de forma mais intensa as contradições daquele sistema de dominação.

**Maciel, Maria Lucia**

*Televisão e Dependência: Brasil, 1968-1978.* Mestrado em Sociologia, Université Libre de Bruxelles, 1980, 100 pp. Orientador: Juan Soto Godoy.

O objetivo deste estudo foi o de identificar o poder exercido pela televisão (em particular a TV Globo) em suas ligações com o poder do Estado, dentro de um projeto de dominação ideológica que favorece frações de classe dominante locais e transnacionais. Estuda-se a TV Globo enquanto poder paralelo e associado ao Estado, reforçando as condições de dependência externa no período indicado, tanto política quanto economicamente.

**Maciel, Maria Lucia**

*A Pesquisa em Ciências Sociais e seu Contexto Político. Brasil, 1968-1982.* Doutorado em Sociologia, Université de Paris VII —

Jussieu, 1985, 215 pp. Orientador: Pierre Ansart.

Dentro de uma preocupação mais ampla de identificar as condições sociais da produção da ciência, este estudo teve por objetivo definir e analisar a relação entre a pesquisa institucionalizada em Ciências Sociais e o contexto político no Brasil, do autoritarismo à abertura. Tomando como um dos pontos mais marcantes deste período a criação, diversificação e expansão de instituições mais ou menos autônomas com relação à Universidade, foram estudados os casos do Cebrap, Cedec, PPGAS/Museu Nacional e Iuperj, visando a uma comparação Rio/SP em análise histórica e politicamente contextualizada da organização da produção científica neste campo específico. As mudanças observadas durante o período na relação contexto político/organização da pesquisa/prioridades temáticas acompanham um movimento que identificamos como sendo "do isolamento à participação".

**Miyamoto, Shiguenoli**

*O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)*. Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1981, 287 pp. Orientadora: Maria do Carmo Campello de Souza.

O objetivo da dissertação foi traçar a evolução do pensamento geopolítico nacional, desde seus primórdios. Para isto, realizou-se um levantamento exaustivo das obras publicadas desde a década de 1920, analisando-se as propostas nelas contidas. O problema das fronteiras, a divisão territorial, a mudança da Capital Federal e a geopolítica dos transportes foram alguns dos itens estudados. Chegou-se à conclusão de que os autores nacionais enfatizaram, em grande número de casos, a possibilidade de o país ascender à categoria de Potência Mundial, apoiada em seus fatores geográficos. Ao mesmo tempo, respaldaram-se em autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, defendendo um regime centralizado para que tal objetivo pudesse ser alcançado.

**Miyamoto, Shiguenoli**

*Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico (Geopolítica e Política Externa no Brasil Pós-64)*. Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1986,

486 pp. Orientadora: Maria do Carmo Campello de Souza.

Procurou-se mostrar, neste texto, que a política externa brasileira, ao contrário do que dizem as análises geopolíticas tanto nacionais como latino-americanas, não foi implementada apoiada nas teorias geopolíticas. No período pós-64 a ênfase maior foi dedicada aos temas político-econômicos no âmbito da ONU, do GATT, da OIT, contra as medidas protecionistas etc. Para a realização do trabalho fez-se uma análise do discurso geopolítico brasileiro, latino-americano e da política externa brasileira do período. Foram também realizadas entrevistas com diplomatas e militares ligados ao EMFA, ao Conselho de Segurança Nacional, à ESG e outras instituições.

**Oliveira Filho, João Pacheco de**

*"O Nosso Governo": Os Ticuna e o Regime Tutelar*. Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1986, 502 pp. Orientador: Otávio Alves Velho.

Focaliza as relações entre o grupo indígena Ticuna e órgão oficial de assistência ao índio, destacando especialmente o período entre 1942-72. Conceitua tal universo de interação como um campo político inter-societário, descrevendo e analisando o surgimento e organização do chamado "campo de ação indigenista". Criticando as análises dualistas do contato interétnico e da mudança sociocultural, que reduzem a unidade de uma situação à oposição tradicional x moderno, o texto mostra como a atualização do regime tutelar entre os Ticuna produz uma íntima articulação entre papéis e significados dos nativos e da administração, promovendo uma aderência e solidariedade que se baseia justamente no entendimento diferenciado e em legitimidades contrastantes. Aborda ainda a questão das fontes de legitimação do processo de dominação, indicando como isso se dá também na ótica dos índios, em decorrência de certa forma de organização social e de um modo de entendimento das ações humanas veiculado pela cosmologia Ticuna.

**Pacheco, Moema de Poli Teixeira**

*Família e Identidade Racial — Os Limites da Cor nas Relações e Representações de*

*um Grupo de Baixa Renda*. Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 144 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Esta dissertação pretende ser um estudo da questão racial numa comunidade de baixa renda de Niterói. Parte do questionamento da identidade racial, levantando as categorias que são elaboradas, a forma como são atribuídas e a que pessoas, procurando apreender os momentos em que surgem como limite das relações dos indivíduos, das famílias e do grupo, assim como em suas representações. A análise dos princípios que orientam esse tipo de distinção social permitiram que se percebesse como a questão se coloca diferentemente para esses diversos domínios do social.

**Pandolfi, Maria Lia C. de A.**

*Na Margem do Lago: Um Estudo sobre Sindicalismo Rural*. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1986, 169 pp. Orientador: Gadiel Perruci.

O movimento social, no qual estão envolvidos camponeses de várias regiões do país, é analisado, no âmbito da dissertação, a partir da atuação de 13 sindicatos rurais, congregados no "Pólo Sindical do Submédio São Francisco — BA e PE". O estudo enfatiza aspectos relativos à estru-

tura e dinâmica interna da organização, bem como as orientações, as mediações e as articulações políticas que, num plano mais geral, definem o caráter assumido hoje pelo movimento. Procurou-se, sob esta ótica, analisar o papel desempenhado pela Igreja, partidos e entidades classistas na formação do movimento e, também, o processo de lutas enquanto *locus* de construção de uma nova consciência política e de uma identidade de classe.

**Perlongher, Nestor Osvaldo**

*O Negócio do Michê. Prostituição Viril em São Paulo*. Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1986, 339 pp. Orientadora: Mariza Corrêa.

A tese aborda os relacionamentos entre jovens *michês* (prostitutos viris) e seus clientes (homossexuais adultos) no circuito do chamado "gueto gay" do centro da cidade de São Paulo. Após um levantamento histórico e geográfico das distribuições territoriais e categoriais, voltou a registrar as redes de sociabilidade "nômade" que informam os encontros e as transações, agrupam-se os atributos de valor que entram em jogo nos contatos da prostituição em séries de idade, classe, gênero, raça, para captar os mecanismos de conversão de intensidades libidinais em segmentos monetários, no quadro global de agenciamentos entre desejos sexuais e códigos sociais.

**Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil (IBGE-UNICEF)**

A comemoração do Ano Internacional da Criança em 1979 ensejou a publicação — a pedido do UNICEF — de um primeiro volume do Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. A este volume inicial, constituído de um conjunto de tabelas sobre diferentes aspectos demográficos, sociais, econômicos, nutricionais etc., de crianças e mães no Brasil — seguiu-se um convênio firmado entre o UNICEF e a Fundação IBGE para a publicação sistemática de dados e análise sobre crianças, jovens e mães no Brasil.

Dentro deste convênio, foram publicados dois volumes do Perfil em 1982. O volume sobre as Características Sócio-Demográficas desses segmentos da população utiliza as estatísticas do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — PNAD, realizados, respectivamente, em 1970 e 1977. Os dados destes inquéritos estão organizados no volume a partir de quatro temas básicos: Características Sócio-Demográficas; Características Sócio-Econômicas das Famílias; Trabalho e Rendimento e Educação. O outro volume publicado em 1982 caracteriza o estado nutricional de crianças em idade pré-escolar (1 a 5 anos) e a situação alimentar e sócio-econômica de suas famílias no Estado de São Paulo e na Região Nordeste, utilizando os dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar — ENDEF, levantados pelo IBGE no período 1974-75. A realização destes Perfis permitiu a implementa-

ção, dentro do IBGE, de um campo de pesquisas e análises contínuas de informações qualitativas e quantitativas sobre estes segmentos da população brasileira. As atividades dos pesquisadores do IBGE neste campo incluíram também:

— A publicação do Perfil Estatístico sobre Crianças e Mães no Brasil — Situação de Saúde em 1981, baseado no Plano de Tabulações Especiais da PNAD-81 que incluiu um Suplemento sobre o Tema "Saúde".

— A publicação, em 1986, do Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, dedicado à análise dos Aspectos Sócio-Econômicos da Mortalidade Infantil em Áreas Urbanas.

Além destas publicações, o grupo de pesquisadores organizado em função do convênio IBGE/UNICEF foi responsável pela elaboração do Suplemento PNAD-85, dedicado à investigação de alguns aspectos da situação sócio-econômica do menor nas regiões metropolitanas brasileiras. Este suplemento, que foi a campo entre outubro e dezembro de 1985 nos domicílios que compunham a amostra da PNAD nas regiões metropolitanas do país e no Distrito Federal, investigou questões referentes à Educação e uso do tempo para crianças entre 7 e 14 anos (período de escolarização obrigatória), guarda das crianças entre 0 e 6 anos de idade, trabalho para crianças de 5 a 9 anos e para a população de 10 a 17 anos, bem como questões refe-

rentes à fecundidade e mortalidade infantil e aos filhos de 0 a 17 anos de idade que não residiam com a mãe nos domicílios investigados. Este suplemento constitui-se numa tentativa primeira de investigação sistemática deste segmento da população brasileira. Utilizando a potencialidade do IBGE como órgão de pesquisa e sua infra-estrutura na aplicação de uma pesquisa do porte da PNAD (80.000 domicílios nas áreas em que foi aplicado este suplemento), a análise dos dados obtidos permitirá uma primeira abordagem da questão do menor a nível nacional baseada em estatísticas mais precisas e não apenas em estimativas, como ocorre freqüentemente.

Os dados deste Suplemento serão analisados a partir das tabulações regulares constantes da publicação do IBGE, bem como de tabulações especiais a serem divulgadas no volume do Perfil Estatístico que versará, exclusivamente, sobre a Situação do Menor nas Regiões Metropolitanas do Brasil.

Finalmente, como parte das atividades do grupo, será organizado brevemente um banco de dados permanentemente atualizável que permitirá a implantação de um Sistema Contínuo de Índices e Indicadores para o Acompanhamento da Situação Sócio-Econômica das Crianças no Brasil.

Maiores informações sobre as atividades deste grupo podem ser obtidas através de contatos com qualquer de seus membros:

Rosa Maria Ribeiro da Silva  
Lilibeth Maria Cardoso Roballo Ferreira  
Márcia Bandeira de Mello Leite  
Elisa Lustosa Caillaux  
IBGE

Departamento de Indicadores Sociais  
— Deiso  
Av. Visconde de Niterói, 1.246 —  
bloco B — 11.º, sala 1.110-D  
20941 — Rio de Janeiro — RJ  
Tel.: (021) 248-3191

**bib****PEDIDO DE ASSINATURA****RBCS** — Revista Brasileira de Ciências Sociais**BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico

Preencha este formulário e o envie para o endereço abaixo acompanhado de um cheque nominal e cruzado no valor da opção de assinatura desejada.



	<i>Individual</i>	<i>Institutional</i>
<input type="checkbox"/> Assinatura anual da RBCS (3 números)	Cz\$ 800,00	Cz\$ 1.600,00
<input type="checkbox"/> Assinatura anual da RBCS (3 ns.) + BIB (2 ns.)	Cz\$ 1.000,00	Cz\$ 2.000,00
<input type="checkbox"/> Assinatura anual do BIB (2 números)	Cz\$ 400,00	Cz\$ 800,00
<input type="checkbox"/> Números atrasados RBCS (cada exemplar)	Cz\$ 400,00	Cz\$ 600,00
<input type="checkbox"/> Números atrasados BIB (cada exemplar)	Cz\$ 250,00	Cz\$ 500,00

NOME: .....

ENDEREÇO: .....

CIDADE: ..... ESTADO ..... CEP ..... TEL: .....

INSTITUIÇÃO: .....

DATA: .../.../19....

Publicação e comercialização  
 Editora Revista dos Tribunais Ltda.

**EDIÇÕES VÉRTICE**

Rua Conde do Pinhal, 78 (01501) SÃO PAULO, SP  
 Atende-se pelo Serviço de Reembolso Postal cobrando as despesas.

**FOR SUBSCRIBERS OUTSIDE BRASIL**

	<i>Individual</i>	<i>Institutions</i>
<input type="checkbox"/> Annual subscription of RBCS (3 issues)	US\$ 70.00	US\$ 100.00
<input type="checkbox"/> Subscription of RBCS including BIB (2 issues)	US\$ 90.00	US\$ 130.00

NAME: .....

ADDRESS: .....

INSTITUTION: .....

Please send a chek to: ANPOCS  
 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
 Av. Dr. Arnaldo 1973, São Paulo, SP (Cep 01255)



PROCEDENCIA CEA  
AQUÍ DO DOAÇÃO  
DA DATA 11/01/88 TAMBÉM



Impresso nas Oficinas da  
GRÁFICA EDITORA LTDA.  
Fone: 918-5711 — São Paulo  
C. G. C. 46.295.564 / 0001.08

### Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

**BIB 1**, *Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica". **BIB 2**, *Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 3**, *Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências". **BIB 4**, *Lucia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada". **BIB 5**, *Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978". **BIB 6**, *Alba Zahar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura". **BIB 7**, *Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil". **BIB 8**, *Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 9**, *Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos". **BIB 10**, *Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil". **BIB 11**, *Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente". **BIB 12**, *Maria Tereza Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas". **BIB 13**, *Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica". **BIB 14**, *Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica". **BIB 15**, *José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate". **BIB 16**, *Aspásia Camargo, Lucia Hippólito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 17**, *Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica" e *Leôncio Martins Rodrigues*, "Temas de Ciências Sociais". **BIB 18**, *Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente". **BIB 19**, *Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil". **BIB 20**, *Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro". **BIB 21**, *Sonia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica". **BIB 22**, *Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 23**, *Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexões sobre a Literatura dos Anos 70 e 80.

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais  
Editoria do BIB  
Rua da Matriz, 82 — Botafogo  
22.260 — Rio de Janeiro — RJ